

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

ARAGUACY PAIXÃO ALMEIDA FILGUEIRAS

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ARTESANATO
EM – COMUNIDADES RURAIS NO CEARÁ
– O BORDADO DE ITAPAJÉ-CE –**

FORTALEZA

2005

ARAGUACY PAIXÃO ALMEIDA FILGUEIRAS

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ARTESANATO
EM COMUNIDADES RURAIS NO CEARÁ
- O BORDADO DE ITAPAJÉ-CE -**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho

FORTALEZA

2005

ARAGUACY PAIXÃO ALMEIDA FILGUEIRAS

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ARTESANATO
EM COMUNIDADES RURAIS NO CEARÁ
– O BORDADO DE ITAPAJÉ-CE –**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Aprovada em 17/03/2005

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Rosemeiry Melo Carvalho
Universidade Federal do Ceará – UFC

Dr. Paulo Roberto Fontes Barquete
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Silvio, Ivna e Iana: razões de minha existência. Ao meu amor, pelo companheirismo, incentivo e compreensão. Às minhas pequenas, por tantos momentos privados das suas descobertas, pela minha ausência durante um período tão lindo da vida! Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus: princípio, meio e fim de tudo. A luz que SEMPRE me ilumina e me guia por mais tortuosos que sejam os caminhos.

À minha família: ao Sílvio que há vinte e dois anos me apóia, incentiva e acompanha lado a lado. Um homem de verdade, o meu amor. Às queridas Ivna e Iana, razão de nossas vidas. Compensarei minha ausência.

Aos meus queridos pais Joana e Rogério, base de minha vida. Lutadores e vencedores: verdadeiros heróis.

Aos meus sogros e “pais de minhas filhas”, Sílvia Helena e Nailton, pelo carinho e atenção. Meu obrigada especial à Sílvia Helena, por tudo o que fez e fará por nós.

Ao Prof. Dr. Casimiro Filho, pela orientação amiga, confiança, apoio e respeito ao meu ritmo e estilo na elaboração dessa dissertação.

Ao Dr. Paulo Roberto Fontes Barquete, pelas excelentes colaborações na elaboração desse trabalho.

À Prof^a Dra. Rosemeiry Melo Carvalho pelas contribuições, presença e envolvimento profissional, sempre disponível durante todo o Curso. À amiga Rose pelo desprendimento, disposição e ajudas intermináveis, ombro amigo, companheirismo e compreensão: uma amiga sem limites. Meu eterno agradecimento.

À amiga Clarisse Ferreira Gomes, pela simplicidade e beleza interior, pela força e ajuda que me deu. Um anjo durante um período difícil de minha vida. Alma divina, iluminada, única.

À amiga Silvânia Souza Monte, grande impulso na realização deste curso. Uma referência profissional e como ser humano.

Ao Departamento de Economia Doméstica – meu passado e meu futuro. Às professoras deste Departamento: amigas, atenciosas, compreensivas.

Um agradecimento especial às bordadeiras de Itapajé. Pessoas lindas, ingênuas, batalhadoras.

À Prefeitura de Itapajé pela disposição de toda estrutura local.

Ao sociólogo Ésio Lousada, presença indispensável ao grupo das bordadeiras, pela cortesia, disponibilidade e competência.

À Luízinha Braga (Secretária de Educação), por acreditar e investir no potencial das bordadeiras. Uma mãe.

À Iara, pela generosidade em me apresentar às bordadeiras, acompanhar, subir a serra e auxiliar na pesquisa. Pelas informações prestadas e aquisição de folhetos, catálogos e livros, com os quais pude conhecer melhor a história de Itapajé. Uma pessoa maravilhosa. Meu agradecimento especial.

À Socorro e ‘tia’ Luízinha pelo acolhimento maravilhoso em sua casa em Itapajé.

Ao amigo Madson Luís de Oliveira, que tão gentilmente cedeu fotos desse paraíso muitas vezes assolado pela seca: Itapajé.

Às Professoras Dra. Patrícia Verônica e Dra. Irlles Mayorga, e ao Prof. Ahmad Saeed Khan, PhD, por acreditarem no meu empenho e comprometimento.

Aos demais professores do Departamento de Economia Agrícola que, através do conhecimento, forneceram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Economia Agrícola, imprescindíveis à consecução desse trabalho, em especial à Margareth, pela atenção a mim dispensada.

À Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – FUNCAP, por cumprir tão honrosamente sua missão, acreditando e investindo nas possibilidades de crescimento intelectual do ser humano para serem revertidas no desenvolvimento da comunidade do Estado do Ceará.

A todos que de alguma forma colaboraram para o progresso desse trabalho: auxiliando, emprestando material, incentivando... enfim, que me motivaram e que agora vemos o resultado.

Aos meus amigos Júlia, Miguel e Etevaldo, pelos bons momentos, e também pelos de angústia e de alegria, de sorrir e de chorar. Hoje sou só sorrisos. Mesmo que nossos caminhos sigam por rumos diferentes, lembrarei e guardarei sempre todos esses momentos comigo. Do curso de nivelamento; dos estudos nos finais de semana; e, como não lembrar, das provas às segundas-feiras; dos almoços arranjados; dos restaurantes nem sempre decentes, do Paraíso do Frango e da tia Naíde (que ficamos na vontade). ...E como é bom saber que em nenhum momento nos desentendemos. Deus nos iluminou para que pudéssemos nos compreender assim como aceitar nossas diferenças. O meu muito obrigada a Ele por nós termos nos conhecido. Um enorme beijo, e sucesso para todos!

Você verá que é mesmo assim, que a história não tem fim. Continua sempre que você responde sim à sua imaginação, à arte de sorrir cada vez que o mundo diz não. (GUILHERME ARANTES).

“O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranqüilas. (...). Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam. (...). Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na casa do SENHOR por longos dias.” (Salmo 23).

RESUMO

Relata a importância que o artesanato representa para as comunidades que o produzem, caso do município de Itapajé-CE. Os resultados obtidos através de comparabilidade entre: os fundamentos da pesquisa bibliográfica, os dados de estudos, os registros e os censos para obter os índices selecionados, e a pesquisa de campo, revelam que o impacto da renda proveniente do bordado no orçamento doméstico é significativo; além de promover o bem-estar das famílias estudadas. Estes resultados enfatizam como o artesanato pode ser uma atividade economicamente promissora, capaz de preencher alguns dos espaços que a agricultura familiar vem deixando. O estudo também apresenta aspectos preponderantes da formação da qualidade de vida das bordadeiras que são refletidos através: da renda e do consumo, da educação e da saúde, da cultura e da tradição, além da criatividade. Todos esses elementos são importantes na busca de melhor desenvolvimento humano daquela comunidade. Além disso, os resultados obtidos através dessa pesquisa apontam a atividade do bordado como sendo uma importante ferramenta de crescimento socioeconômico capaz de ajudar a amenizar as concentrações de renda e as desigualdades sociais que fazem parte da vida dessas famílias; podendo ser também aplicada em programas de políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Artesanato, aspectos socioeconômicos, qualidade de vida

ABSTRACT

Is about the importance of the handicraft for the communities, specially the one investigated at Itapajé-CE. The results - obtained through the comparison between the bibliography search, the study data, the registration, and the field research - show the importance of the handicraft for the domestic budget, improving the family comfort. This investigation emphasize the handicraft as a promiser acitivity, that fills the familiar agriculture budget. The results also reflect important advances in the craftswoman quality life, specially at the consumption, education, health, culture, tradition and criativity. All of this elements above mentioned are important for the human progress at Itapajé. The results indicate the handicraft activity as an important socioeconomic tool, that could be useful for relief the income concentration, the social inequality and be applied in social public politics programs.

Key Words: Handicraft, socioeconomics aspects, quality life

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	O IDH em apresentação tridimensional.....	31
FIGURA 2	Distribuição das bordadeiras segundo a faixa etária.....	46
FIGURA 3	Garotos aparando linhas.....	46
FIGURA 4	Garota parou a tarefa escolar para aparar linhas.....	46
FIGURA 5	Distribuição dos membros nas famílias das bordadeiras segundo a faixa etária	47
FIGURA 6	Fases da produção do bordado.....	49
FIGURA 7	Distribuição das bordadeiras segundo o gênero.....	50
FIGURA 8	Participação dos membros das famílias na atividade do bordado, por sexo.....	50
FIGURA 9	Frequência escolar das bordadeiras.....	53
FIGURA 10	Distribuição das bordadeiras segundo a escolaridade.....	54
FIGURA 11	Motivos pelos quais a entrevistada não frequentou ou parou de frequentar a escola.....	56
FIGURA 12	Distribuição das bordadeiras segundo o estado civil.....	58
FIGURA 13	Distribuição das pessoas chefes de família.....	59
FIGURA 14	O lixo e as doenças.....	69
FIGURA 15	Evolução da taxa de fecundidade total, Brasil e Grandes Regiões – 1940/2000.....	84
FIGURA 16	Mulher bordando à mão e homem bordando à máquina.....	100
FIGURA 17	Varais nas ruas.....	100
FIGURA 18	Loja do Pra-Ita.....	102
FIGURA 19	Visão da loja para a BR-222.....	102
FIGURA 20	Logomarca da loja do Pra-Ita.....	103
FIGURA 21	Bordado cheio à mão e à máquina em tecido plano.....	109
FIGURA 22	Bordado rechiliê e aplicação em tecido plano.....	109
FIGURA 23	Bordado e aplicação à mão na malha.....	109
FIGURA 24	Senhora bordando à mão, garoto bordando à máquina.....	110
FIGURA 25	Bordadeiras na loja da cooperativa e loja do Pra-Ita.....	112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	Distribuição das ocorrências de tipologias do artesanato no Estado do Ceará.....	21
TABELA 2.	Frequência absoluta e relativa da idade da entrevistada.....	46
TABELA 3.	Frequência absoluta e relativa da idade dos jovens.....	48
TABELA 4.	Distribuição de horas/dia trabalhadas pelas entrevistadas.....	51
TABELA 5.	Anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio.....	55
TABELA 6.	Indicador educação: variáveis.....	61
TABELA 7.	Escolaridade dos filhos das bordadeiras.....	61
TABELA 8.	Indicador educação: satisfação.....	62
TABELA 9.	Indicador saúde: variáveis.....	63
TABELA 10	Indicador saúde: satisfação.....	66
TABELA 11	Indicador moradia: variáveis.....	66
TABELA 12	Indicador moradia: satisfação.....	70
TABELA 13	Indicador formas de vida e lazer: variáveis.....	71
TABELA 14	Indicador formas de vida e lazer: satisfação.....	73
TABELA 15	Indicador situação ocupacional: variáveis.....	74
TABELA 16	Indicador situação ocupacional: satisfação.....	75
TABELA 17	Indicador relações de consumo: variáveis.....	78
TABELA 18	Indicador relações de consumo: satisfação.....	79
TABELA 19	Indicador expectativa de vida: variáveis.....	83
TABELA 20	Indicador expectativa de vida: satisfação.....	85
TABELA 21	Indicador renda: variáveis.....	86
TABELA 22	Indicador renda: satisfação.....	91
TABELA 23	Índice de desenvolvimento humano das bordadeiras de Itapajé/CE.....	93
TABELA 24	Contribuição e participação de cada um dos indicadores que compõem o índice de qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé/CE (situação I).....	95

TABELA 25	Contribuição e participação de cada um dos indicadores que compõe o índice de qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé/CE (situação II).....	96
-----------	--	----

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS.....	10
	LISTA DE TABELAS.....	11
1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Problemática.....	15
1.2	Objetivos.....	17
1.2.1	Objetivo geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	Estrutura do trabalho.....	17
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1	O Artesanato.....	18
2.2	Do Artesanato nacional ao cearense.....	20
2.3	O Artesanato e a cultura.....	24
2.4	Estudos empíricos.....	26
2.5	Indicadores de qualidade de vida.....	28
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Caracterização da área de estudo.....	34
3.2	Fonte de dados e seleção e definição da população a ser estudada....	36
3.3	Métodos de análise.....	37
3.3.1	Análise tabular descritiva.....	37
3.3.2	Construção dos índices.....	37
3.3.3	Análise qualitativa.....	44
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	45
4.1	Perfil socioeconômico e cultural das famílias estudadas no município de Itapajé-CE.....	45
4.1.1	Idade.....	45
4.1.2	Sexo.....	48
4.1.3	Grau de instrução.....	53
4.1.4	Tamanho e composição da unidade familiar.....	56

4.2	Análise da qualidade de vida e do desenvolvimento humano das famílias das bordadeiras de Itapajé-CE.....	60
4.2.1	Acesso à educação.....	60
4.2.2	Condições de saúde.....	63
4.2.3	Condições sanitárias e de moradia.....	66
4.2.4	Formas de vida e lazer.....	70
4.2.5	Situação ocupacional.....	73
4.2.6	Relações de consumo.....	77
4.2.7	Expectativa de vida.....	80
4.2.8	Renda.....	85
4.3	Análise da contribuição de cada indicador nos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé - CE.....	92
4.4	O bordado na vida, na cultura e nas representações sociais das bordadeiras de Itapajé-CE.....	98
4.4.1	O Bordado na cultura local.....	104
4.5	Tipologias, técnicas, formas de produção e comercialização do artesanato.....	108
5	CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	116
5.1	Conclusões.....	116
5.2	Sugestões.....	119
6	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	121

F512a	<p data-bbox="367 1384 1145 1568">Filgueiras, Araguacy Paixão Almeida Aspectos socioeconômicos do artesanato em comunidades rurais no Ceará – O Bordado de Itapajé-CE / Araguacy Paixão Almeida Filgueiras – Fortaleza, 2005. 130f.</p> <p data-bbox="367 1590 1145 1680">Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Rural.</p> <p data-bbox="367 1702 1145 1780">1. Artesanato. 2. Aspectos socioeconômicos. 3. Qualidade de vida. 1. Título.</p> <p data-bbox="861 1803 1021 1848">CDD 745.2</p>
-------	--

1 INTRODUÇÃO

Artesanato é aquilo que todo mundo sabe o que é. (Benedito Crosse).

1.1 Problemática

Considerando a forte relação **artesanato x moda**, uma vez que a ligação entre esses dois elementos tem-se evidenciado mais e mais nas últimas coleções de muitos e importantes estilistas e grifes, este trabalho procura focar o artesanato, especificamente o bordado, como fonte de geração de renda para a população rural do Estado do Ceará. A inserção e, conseqüentemente, a valorização do bordado têm permitido crescimento da produção e, obviamente, estímulo às bordadeiras em muitos municípios cearenses.

O Ceará tem representatividade na sua economia nas mais diversas expressões de arte. Madeira, barro, metal, couro, palha, cipó, fios e tecidos são as matérias-primas mais utilizadas para os trabalhos artesanais no estado, sendo os dois últimos de maior utilização em rendas, bordados e tecelagem. As atividades artesanais estão tradicionalmente alocadas por todo o Estado com certas tipologias concentradas em algumas regiões. Segundo a Central de Artesanato do Ceará (CEART), a exploração da atividade do bordado no estado concentra-se nos municípios de Maranguape e Itapajé, sendo este último, o de maior volume de produção e o local de investigação deste trabalho.

Após uma revisão histórica, verificou-se que, já em 1875, ocorreu a primeira aquisição de uma máquina de costura no município de Itapajé. Embora incipiente, as primeiras peças começaram a surgir, mas o desenvolvimento do bordado deu-se predominantemente de forma manual. A evolução do artesanato como atividade econômica, especialmente do bordado no município de Itapajé, apresentou dificuldades iniciais decorrentes da implantação de uma atividade, que até a década de 60 ainda era desconhecida de muitos e, conseqüentemente, não se constituía em uma fonte potencial de geração de renda.

Com a ação precursora de pessoas que, sem medir esforços, tiveram a visão futurista e se empenharam no desenvolvimento do bordado neste município. A partir da década de 1980, este se tornou referência no estado do Ceará, tendo, inclusive, o título informal de “Capital do Bordado”.

Posteriormente, a partir da década de 1990, este setor recebeu apoio do governo - municipal e estadual - buscando organização do setor produtivo visando uma maior inserção

dos profissionais envolvidos no potencial econômico do município, através da: garantia de qualidade dos produtos, intensificação do *marketing*, articulações organizadas de financiamento, expansão de vendas e de distribuição, fomento do associativismo e profissionalização da mão-de-obra. Esse conjunto de ações teve importantes reflexos na representatividade da produção do bordado na economia do município de Itapajé.

Tendo em vista a relação – **artesanato, moda, economia e cultura** –, o presente estudo analisa os aspectos socioeconômicos do artesanato em comunidades rurais no Ceará. A comunidade de Itapajé foi escolhida como objeto deste estudo por ser um local tradicional em bordados, que vem tentando explorar todas as potencialidades de inserção no mercado de forma a melhorar seu contexto socioeconômico. Dessa forma, pretendeu-se analisar a importância do artesanato como elemento propulsor na produção tanto sob os aspectos da inovação que proporciona, da preservação da cultura popular, da mão-de-obra utilizada, como também o fator econômico que favorece as unidades produtoras.

Diante do exposto e vislumbrando o desenvolvimento desse trabalho, colocam-se as seguintes perguntas: Em que formas o artesanato é produzido na comunidade? Qual é a inserção de mercado do artesanato que é produzido na comunidade? Que tipo de mercado recebe a produção do artesanato local? Qual a importância do artesanato para a identidade cultural da comunidade? O turismo tem dinamizado a produção do artesanato na região? Qual a contribuição da renda proveniente do artesanato para o orçamento familiar? Como o trabalho artesanal influencia o nível de qualidade de vida da população estudada? Em que níveis se encontram a qualidade de vida e o desenvolvimento humano das pessoas envolvidas com a atividade do bordado? O desenvolvimento a seguir pretende dar respostas a essas perguntas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

✦ Analisar os aspectos socioeconômicos do artesanato (tipologia bordado) através do estudo de caso com bordadeiras do município de Itapajé – Ceará.

1.2.2 Objetivos específicos

✦ Identificar e conhecer o perfil socioeconômico da comunidade que trabalha com bordado;

✦ Verificar e analisar os Índices de Qualidade de Vida e de Desenvolvimento Humano da comunidade pesquisada;

✦ Compreender o papel do bordado na identidade cultural da comunidade;

✦ Identificar as formas de produção, comercialização e o tipo de mercado que recebe o bordado produzido pela comunidade.

Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo é a introdução. O segundo capítulo compreende à revisão de literatura, contextualizando-se todas as abordagens exploradas no trabalho. Em seguida, o terceiro apresenta a metodologia aplicada para obtenção e análise dos dados coletados. No quarto capítulo, apresenta-se e discute-se os resultados obtidos. E, por fim, no quinto, mostra-se as principais conclusões, a partir das quais elaborou-se algumas sugestões com a finalidade de maior aproveitamento do potencial existente nas comunidades pesquisadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Identificar, resgatar e promover os principais produtos de forte identidade regional, coloca em evidência suas raízes, sua história e sua trajetória. (BARROSO NETO, 2002, p. 29, mód.II).

Visando a melhor compreensão do texto, inicia-se com uma abordagem sobre o artesanato: conceito e importância para o presente estudo. Em seguida será feita sua contextualização no Estado do Ceará, tanto no aspecto econômico quanto nas tipologias trabalhadas. Apresenta-se, ainda, alguns estudos empíricos sobre o tema e uma breve discussão sobre os índices de qualidade de vida.

2.1. O Artesanato

A produção do artesanato pode ser questionada em virtude do crescimento acelerado da industrialização. Alguns autores acreditam que as características do mesmo venham sofrendo, ao longo do tempo, alterações na sua apresentação em virtude da concorrência com produtos industrializados.

Porém, convém ressaltar que o artesanato pode se tornar competitivo em relação ao similar industrializado por apresentar personalização de suas peças, bem como aspectos artísticos e culturais intrínsecos a sua concepção e produção, características mais perceptíveis e desejáveis por consumidores mais exigentes, que, normalmente têm maior poder aquisitivo.

Todavia, percebe-se, ainda, algumas disparidades do artesanato diante das inovações tecnológicas e das exigências do mercado consumidor, tendo em vista, as incipientes formas de criação, de produção, de administração e de comercialização.

De acordo com Pereira (1979), devido à coexistência do processo de industrialização e da evolução tecnológica, o artesanato tende a sofisticar-se em alguns casos, uma vez que já despertou interesse e preocupação nos cientistas sociais e administradores em virtude de sua inserção por diversas áreas, econômicas e/ou sociais, até mesmo nos países mais desenvolvidos já que até há pouco tempo somente os países subdesenvolvidos demonstravam maior importância.

Nesta perspectiva, o artesanato tende a guardar as características essenciais dos elementos produzidos, mas com a introdução de algumas inovações. Mantendo suas qualidades tradicionais, o produto continuará sendo absorvido pela comunidade que o produz mas, ao mesmo tempo, as inovações serão válidas se modificarem de forma positiva a atrair mais clientes e, conseqüentemente mais venda sem perder a identidade.

As diversas técnicas artesanais, que representam imensas reservas culturais, podem ser compreendidas entre: a pintura, a escultura, a cestaria, o mobiliário, os trançados, a cerâmica, a tecelagem, a culinária, as vestimentas, os adornos pessoais, os instrumentos de trabalho e os utensílios domésticos em geral. Dentre essas técnicas, tem-se as tipologias que são suas subdivisões; onde o fazer diferencia o produto final, uma vez que a matéria-prima quase sempre é a mesma ou similar.

Especificamente no Brasil, o artesanato tem sido visto como sistema de produção, que representa empreendimento econômico. Ele também pode ser considerado como um instrumento estratégico de desenvolvimento regional por atingir parcelas significativas da população. Além disso, o artesanato tem custo de investimento relativamente baixo, que utiliza na maioria das tipologias existentes matéria-prima natural disponível.

Outro benefício que o artesanato promove é a inserção da mulher e do adolescente em atividades produtivas, estimulando a prática do associativismo e fixando o artesão no local de origem. Assim, o artesanato é visto como um dos meios de ocupação e atividade de geração de renda.

De acordo com Ribeiro (1983, p.13), o artesanato

Compreende um elenco de técnicas, o emprego de determinadas matérias-primas, bem como um repertório de elementos decorativos, às vezes privativo de certos segmentos residenciais, grupos domésticos ou mesmo indivíduos. O conjunto desses procedimentos técnicos seletivos contém informações de caráter estético, simbólico-religioso, social e étnico, constituindo o estilo tribal ou o macroestilo, correspondente a uma área cultural.

Lima e Azevedo (1982, p.18), enfocam o processo produtivo definindo o artesanato como:

... uma atividade predominantemente manual de produção de bens, exercida em ambiente doméstico ou pequenas oficinas, postos de trabalho ou centros associativos, no qual se admite a utilização de máquinas ou ferramentas, desde que não dispensem a criatividade ou a habilidade individual e de que o agente produtor participe, diretamente de todas ou quase todas as etapas da elaboração do produto.

Canclini (1983), expressa a dificuldade em definir o artesanato devido ao fato de que sua identidade e seus limites têm se tornado complexos nos últimos tempos porque os produtos considerados artesanais modificaram-se ao se relacionarem com o mercado capitalista, a indústria cultural, o turismo e com as novas formas de lazer, comunicação e arte. Desse modo, sugere-se conceituar o artesanato como “o desenvolvimento de uma atividade que passa de geração em geração, com técnicas rudimentares que refletem uma cultura, seus hábitos ou cotidiano, através de suas experiências de vida e que são fonte de renda, utilizando quase sempre matérias-primas disponíveis facilmente ao seu alcance.”

O contexto sociocultural sobressai quando se relata as ações que acontecem durante sua execução, uma vez que, geralmente os artesãos são moradores de uma mesma comunidade e têm relações intrínsecas entre si, seja nos costumes, no consumo, no comportamento e nos valores.

2.2 Do artesanato nacional ao cearense

A expansão territorial brasileira e sua miscigenação (culturas indígenas, africanas e européias), interferem e influenciam diretamente na classificação e regionalização do artesanato. O regionalismo no artesanato possibilita grande diversificação das técnicas e das tipologias verificando-se, dessa forma, uma riqueza muito grande nos artigos produzidos. As características regionais possibilitam ao consumidor, por muitas vezes, visualizar e identificar a origem das peças, fato que facilita ou oportuniza o processo de comercialização. Conforme Salles (1977), embora o artesanato típico de uma região apresente marcas significativas, pode exceder os seus limites ou, ainda, acontecer interpenetrações recíprocas, isto é, artesanatos de regiões vizinhas podem apresentar peças características mas, ao mesmo tempo, elementos comuns, sem perder a identidade de cada uma.

Considerando a grande extensão territorial do Brasil, pode-se imaginar o quanto há de diferenciações no artesanato brasileiro; das cinco regiões é possível enumerar os produtos mais representativos de cada uma, ou ainda de cada estado. Temos, por exemplo, as peças em pedra sabão de Minas Gerais, a renda renascença de Pernambuco, cerâmica marajoara do Pará, os cristais de Santa Catarina, cestas e trançados em buriti do Maranhão e as cerâmicas indígenas do Mato Grosso, que são algumas das manifestações culturais possibilitadas pela diversidade de materiais, métodos e técnicas existentes. (PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO/MDIC, 2003).

Dentre os estados da região Nordeste, o Ceará é um dos principais centros produtivos de artesanato, possuindo uma estrutura de desenvolvimento e apoio à atividade, levando ao aproveitamento do potencial econômico e à preservação da cultura local. Tendo em vista o objeto desse trabalho, outro aspecto a ser considerado é que no Ceará um terço dos municípios trabalha com a tipologia rendas e bordados, sendo estes responsáveis por quase 40% de todo o Nordeste (Banco do Nordeste, 2002), conforme pode ser observado na TABELA 1:

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE TIPOLOGIAS DO ARTESANATO NO ESTADO DO CEARÁ

TIPOLOGIAS	REGISTROS	% NO ESTADO	% NA REGIÃO
1. Rendas e Bordados	104	30,3	38,5
2. Cestarias e Trançados	66	19,2	31,7
3. Tecelagem	49	14,3	36,3
4. Cerâmica	32	9,3	19,8
5. Madeira	30	8,7	21,6
6. Couro	28	8,2	31,1
7. Metal	17	5,0	44,7
8. Outros	16	4,7	22,5
9. Tecidos	1	0,3	16,6
10. Pedras	0	0	0
11. NR	0	0	0

TOTAL	343	100%
-------	-----	------

FONTE: Banco do Nordeste, 2002.

No Ceará, 76,1% dos municípios produzem artesanato (Banco do Nordeste, 2002), fato este que evidencia a importância que o setor apresenta no Estado, tanto no aspecto socioeconômico quanto cultural.

A elaboração de estudo do setor artesanal nordestino justifica-se pela importância dessa atividade para o turismo, para a redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais, para o aumento de alternativas econômicas, além de outros aspectos fortemente ligados à promoção do desenvolvimento regional. (BANCO DO NORDESTE, 2002; p.10)

Acreditando que o artesanato pode ser um produto competitivo por agregar valores positivos de comercialização referentes à personalização, aos aspectos artísticos e culturais inerentes a cada um, mas que precisa se adequar às exigências do mercado consumidor. O Banco do Nordeste disponibiliza uma série de instrumentos que envolvem melhorias nos meios de produção, tecnologia, qualificação e design.

O Farol do Desenvolvimento é um dos instrumentos que o Banco do Nordeste utiliza para ‘conhecer a realidade social, aproximar os agentes produtivos, implementar soluções práticas com foco no desenvolvimento auto-sustentável’. E, tendo observado o elevado número de demandas relativas ao artesanato, criou o Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Nordeste, o CrediArtesão. Esse programa compreende desde a estruturação da cadeia produtiva do artesanato, passando pela capacitação e promoção, até à comercialização. (BANCO DO NORDESTE, 2002).

O potencial de crescimento do artesanato cearense pode ser verificado em virtude da grande concentração de artesãos, produção diversificada e boa aceitação do produto no mercado. Segundo o Banco do Nordeste, em pesquisa realizada junto a todos os municípios do Estado, as tipologias com maiores possibilidades de crescimento são rendas e bordados, cestarias e trançados e a tecelagem. No referido estudo verifica-se, ainda, que os maiores problemas de produção, são a falta de padronização dos produtos, de organização da produção e de capital de giro.

A tipologia bordado é considerada como o artesanato de maior expansão em todo o Ceará ocupando grande contingente de mão-de-obra feminina de caráter doméstico, isto é, são donas de casa que têm também a responsabilidade sobre a produção artesanal. A situação

mais comum é a utilização de parte de familiares como ajudantes e aprendizes na produção do artesanato. Esta relação de produção familiar garante a continuidade do saber, habilitando novos artesãos, mas também dificulta a profissionalização do setor, quando se objetiva tornar, efetivamente, uma atividade economicamente produtiva.

Fleury (2002, p. 103), discorre sobre a atividade artesanal produzida na família, que gera renda para a mesma: “(...) é fator complementar de renda e laço de solidariedade social, uma vez que integra seus membros unindo-os nas tarefas e que vai se sucedendo através das gerações”. O trabalho das bordadeiras contribui também para a comunidade pelo que representa como expressão de arte criativa através dos diferentes modelos que trabalham e, por isso, não pode nem deve se esvaír com o passar dos anos.

Quando a produção do bordado não é familiar, a mão-de-obra é obtida através de grupos de produção, associações ou cooperativas, percebendo-se algumas vezes, a utilização de prestadores de serviços e de buscas em aprimoramento e qualificação.

Novas atividades que surgem no comércio e na indústria são fatores que interferem na sucessão do trabalho do bordado entre as gerações, pois nem sempre as gerações mais novas podem se dedicar exclusivamente ao bordado, mas o que se verifica é que a aprendizagem do mesmo vem, ao longo do tempo, sendo repassada de avós para filhas (os) e netas (os). “A subsistência do artesanato está fundamentada na tradição familiar e no fato de que o próprio trabalho tem funções socioeconômicas e lúdicas”. (FUNARTE, 1986, p. 71).

Outro aspecto a ser considerado é o turismo, que está cada vez mais freqüente na região em virtude dos incentivos e propagandas que o governo do estado promove. Este fato apresenta duas vertentes antagônicas: por um lado gera novas formas de trabalho, fazendo com que as pessoas abandonem o que culturalmente já sabem fazer para trabalhar em serviços ligados, por exemplo, à hotelaria. Essas mudanças de atitudes profissionais podem significar que os potenciais criativos sejam esquecidos ao longo do tempo.

Por outro lado, as relações entre as atividades turísticas e o artesanato têm-se apresentado cada dia mais forte, uma vez que os turistas, ansiosos por lembranças de suas viagens, procuram no artesanato um meio de satisfação. Nessa relação está presente a expansão do comércio do artesanato e o aumento dos pontos de venda. Locais como a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Mercado Central, Avenida Monsenhor Tabosa, Feirinha da Beira Mar, CEART, Barracas da

Praia do Futuro e ainda o Aeroporto Pinto Martins, são espaços estratégicos de comercialização que fazem parte do roteiro turístico de todo aquele que vem à Fortaleza.

Em 1999 a Secretaria de Turismo do Estado definiu seis Macrorregiões Turísticas (MRT): Fortaleza Região Metropolitana (FRM), Litoral Oeste/Ibiapaba, Litoral Leste/Apodí, Serras Úmidas/Baturité, Sertão Central e Araripe/Cariri. Essas macrorregiões são interligadas e complementadas pelos contrastes das unidades geoambientais do litoral, das serras e do sertão. As praias da Costa Solnascente como Beberibe, Canoa Quebrada, Prainha e Aracati são grandes centros de artesanato de renda assim como as praias da Costa Solpoente - Flecheiras, Guajirú, Acaraú e Almofala. Embora apresente características mistas de sertão e serra, o município de Itapajé está inserido na macrorregião Litoral Oeste/Ibiapaba pela sua posição geográfica no estado (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2002).

2.3 O Artesanato e a cultura

O conjunto de práticas sociais e culturais materialmente presentes que se reproduzem através dos trabalhos dos artesãos, confere a tradição existente nos seus locais de produção. As particularidades inerentes à determinada área permitem a descoberta de categorias sociais plenas de significados e que muitas vezes permitem o acesso as suas peculiaridades e de suas criações.

À medida em que as evidências do passado se apresentam qualitativa e quantitativamente diferentes, a história cultural adquire significados distintos nas diversas regiões brasileiras. Nesta abordagem, Fleury (2002), aponta duas características da cultura: as transformações que acontecem gradualmente de uma geração para outra, e a tendência de se homogeneizar com a proximidade das pessoas envolvidas ao mesmo tempo de se diferenciar com a distância social. Desta forma, pode-se afirmar que o padrão e a intensidade de interação entre os indivíduos refletem diretamente na identidade de determinada cultura.

Conceituar cultura é um tanto quanto complexo. Laraia (1997, p. 25), definiu cultura em amplo sentido etnográfico como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Desse modo percebe-se que cultura contempla todas as possibilidades de realização humana, contrapondo-se à idéia de que ela é nata ao ser humano, mas adquirida ao longo de sua vida, caracterizando-se como um aprendizado.

Sobre a história e o uso do termo cultura, Raymond Williams (1992, p. 10) afirma que:

Começando como o nome de um processo – cultura (cultivo) de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana – ele se tornou, em fins do século XVIII, (...) um nome que informava ‘o modo de vida global’ de determinado povo.

E ainda:

i) *um estado mental desenvolvido* – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por ii) *os processos desse desenvolvimento* – como em “interesses culturais”, “atividades culturais”, até iii) *os meios desses processos* – como em uma cultura considerada como “as artes” e o “trabalho intelectual do homem”. (p. 11, grifo do autor).

Embora todos os conceitos sejam usuais, o sentido geral é o mais comum. A cultura configura um processo com ênfase nas atividades sócio-culturais (estilos de arte, de linguagem, de trabalho intelectual) e no espírito formador de um modo de vida global.

Da mesma forma que cultura, a tradição também é um processo de reprodução em ação histórico-social. Assim, muitos dos elementos-chave do processo cultural são reunidos por esse conceito. Em ambas definições, as relações predominantes entre pessoas e grupos são fundamentais e necessárias.

Para Fagundes (2001), identidade é o sistema dominante através dos seus mecanismos de controle, transmitidos e disseminados no caráter repetitivo das necessidades vivenciadas no cotidiano, configurada pelas representações da realidade, ideologias, crenças e valores. Assim, cultura, tradição e identidade englobam aspectos, vivências e conhecimentos que interagem e integram a história e a vida de determinado lugar e ou de certos povos, seus aspectos cognitivos e comportamentais, formadores da herança cultural.

Lousada (2002), afirma que a influência artística e cultural proveniente de índios e europeus durante a colonização do estado do Ceará, faz parte da formação do município de Itapajé, de suas peculiaridades etnográficas. O artesanato é uma parte integrante dessas influências e se constitui numa característica básica da região, atividade intrinsecamente relacionada aos valores do lugar onde se desenvolve.

Neste mesmo pensamento, Pereira (1957), relata que na formação histórica das cidades brasileiras, as atividades artesanais iam se diversificando e se desenvolvendo como um complexo de trabalho relativamente organizado, à medida em que os núcleos populacionais da Colônia se expandiam. Esse complexo configurava-se em linhas ocupacionais cujo conteúdo e expressão, em termos de demandas e oportunidades ocorrentes, estavam diretamente ligadas à origem e ao crescimento dos centros comunitários.

De acordo com Vives (1983), o saber e o fazer tradicionais, símbolos do meio, podem ser representados também no artesanato. Essa simbologia possibilita uma interpretação do homem e de sua cultura, formando um conjunto capaz de tornar significantes os elementos que o constituem. Nisto, consiste a análise de uma identidade cultural, o papel mais importante do artesão tradicional na sociedade contemporânea.

Por traduzirem sentimentos e comportamentos, os objetos artesanais podem ser vistos como mensagens transmissoras de informações, de características e sinais de determinado povo ou grupo. Solidificadas essas mensagens, configura-se assim, a identidade deste grupo, a sua cultura.

2.4 Estudos empíricos

Abordar o artesanato em estudos científicos tem sido uma constante entre pesquisadores que vêm nesse setor grandes possibilidades de exploração seja no campo sociológico, antropológico, do design ou da economia, entre outros. Algumas referências podem ser listadas e utilizadas para se conhecer que, há algum tempo, o artesanato – em todas as tipologias existentes – tem sido objeto de estudo e exploração na pesquisa, seja mercadológica, social, cultural, etc. Portanto, será apresentada a seguir, uma cronologia desses estudos, por considerarmos a relevância dos mesmos para este trabalho.

Desde longas datas o governo brasileiro vem desenvolvendo ações que contemplam as artes populares, como o folclore, a culinária, o artesanato. No século XIX foram distribuídos folhetos que difundiam técnicas de marcenaria, encadernação, pinturas, tintas e vernizes, tecelagem, cerâmica, etc., paralelos ao movimento de Liceus de Artes e Ofícios. O *Compêndio da Arte Rendária* (1896), de Rosalina Pinheiro de Paiva, é exemplo de divulgação de uma tipologia artesanal.

De acordo com Salles (1977), o artigo 57 da Constituição Brasileira de 1937 mostra o artesanato como uma das formas de atividade econômica protegidas pelo Estado, formando, ao lado da indústria, uma das seções do Conselho de Economia Nacional.

Posteriormente, o Ministério da Educação inicia a publicação da série *Manual de Tecnologia*, sendo um deles o Renda (1955), de Nair Maria Becker. E, paralelamente a isso, o Ministério da Agricultura adota política de proteção e estímulo ao artesanato rural e traça normas para a formulação de um programa de desenvolvimento do artesanato feminino em áreas rurais, como também lança publicações traduzidas da literatura universal relativas aos trabalhos manuais.

Em 1948 o Ministério das Relações Exteriores realizou a I Semana do Folclore que aconteceu no Rio de Janeiro. Nesta, destacou-se a Exposição de Arte Popular que contemplava peças de cerâmica, madeira, louça, instrumentos musicais, vestuário e adornos pessoais, rendas de crivo bilro e crochê, cestarias etc.

Uma pesquisa foi realizada em 1958, pelo Banco do Nordeste, para estudar os aspectos econômicos das atividades artesanais. Os principais objetivos desse estudo foram avaliar a importância em relação à renda e emprego, e verificar problemas de mercado e perspectivas de desenvolvimento. Tal pesquisa deteve-se mais aos estados da Bahia e do Ceará, tantos na coleta de dados quanto nas ações decorrentes da mesma. (PEREIRA, 1979).

Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte foram alguns dos estados nordestinos que desenvolveram estudos e projetos (1960) mas, por diversos fatores, não foram efetivamente colocados em prática embora tenham servido de exemplo e proporcionaram elementos para a formulação de planos de trabalho objetivos na assistência às atividades artesanais. (PEREIRA, 1979)

Utilizando-se dos dados dos estudos desses estados e os da pesquisa anteriormente relatada, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) reestruturou as ações voltadas para esse segmento e implantou o projeto de incorporação de uma sociedade de economia mista com finalidades assistenciais. Em princípio, daria prioridade à estrutura e assistência nas comunidades onde se concentrava a produção, disponibilizaria supervisão e a comercialização da produção.

Essas ações no Nordeste despertaram para a importância econômica da atividade no Nordeste. Desde então, foram lançadas outras ações, em nível federal, para o desenvolvimento e estímulo das artes que são de conhecimento público como: o Museu de Artes e Técnicas Populares (SP), o Instituto Nacional do Folclore (RJ) com a Fundação Nacional da Arte.

Em 1977, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e a Comissão Consultiva do Artesanato através do Decreto Nº 80.098/77 de 08/08/1977; cujo objetivo foi a integração das esferas de ação dos diversos organismos que existem no país, sistematizando a maneira de agir e fazer com que os referidos enfoques se complementem produzindo uma ação conjugada e conseqüentemente, mais eficaz. A efetiva aplicação de ações desse Programa abre amplos caminhos para a promoção do artesanato, transformando-o em atividade produtiva, promotora do homem, difusora da cultura, devidamente organizada, interna e externamente. (PEREIRA, 1979).

Pode-se citar uma pesquisa realizada pelo Governo Estadual do Ceará, entre o período de 14/02 a 14/03/2002 em 16 municípios cearenses, incluindo o município de Itapajé. A referida pesquisa objetivou avaliar as ações operacionalizadas nos grupos de artesãos dos municípios sob a coordenação do Ceart (Central de Artesanato do Ceará) no que se refere a treinamento, design e consultoria, além de traçar o perfil socioeconômico dos artesãos, formas de comercialização dos produtos e dificuldades na produção e comercialização. Constata-se na pesquisa citada que 71% (R\$ 157,00) da renda das famílias provêm de programas como bolsa-escola, aposentadoria, auxílio-alimentação e da agricultura, enquanto 29% (R\$ 96,34)

são obtidos da produção artesanal, considerando-se, dessa forma, forte representatividade na renda familiar. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004).

Girão (1984), estudou os focos rendíferos brasileiros e mais detalhadamente os cearenses, enfocando suas características mais importantes no campo folclórico e sua semelhança com as de outras regiões brasileiras e mesmo estrangeiras. Já no Museu Arthur Moreira Lima – RJ existem pesquisas que procuram estudar a renda e a rendeira em todos os aspectos que possam interessar à ciência antropológica.

Outra pesquisadora que conviveu com artesãs foi Fleury (2002), que explorou, durante dois anos, o trabalho das rendeiras de Flecheiras (Trairi-CE) participando e analisando seu cotidiano, sua identidade e sua cultura.

Considerando que a produção artesanal tipologia renda e bordado é o aspecto de maior representação econômica (Banco do Nordeste, 2002), e que a renda vem sendo abordada em diversos trabalhos científicos, vislumbra-se uma grande oportunidade de estudar a tipologia bordado. Percebe-se, assim, que não só o trabalho artesanal, mas todos os aspectos que o circundam são importantes fontes de pesquisa nos mais diversos campos de estudo.

2.5 Indicadores de qualidade de vida

Qualidade de vida é tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na vida. Estas palavras foram ditas por Amartya Sen (2003) – responsável pela metodologia para a construção de índices de desenvolvimento humano utilizados pelo Banco Mundial – indicam que qualidade de vida é um estado no qual existem possibilidades de ampliação das capacidades e das alternativas de escolha dos indivíduos.

Por ser uma temática relativa e subjetiva, a conceituação de Qualidade de Vida passa por diversas abordagens. Alguns autores consideram o ideal de qualidade de vida quando são fornecidas à família ou comunidade o mínimo que lhe garanta a sobrevivência, com o pleno atendimento das necessidades básicas.

A Teoria das Necessidades definida por Abraham Maslow (*apud* Rocha, 2001), está relacionada ao conjunto de necessidades humanas organizadas hierarquicamente pela prioridade de satisfação: fisiológicas, segurança, sociais, estima e de auto-realização. De acordo com essa hierarquia, existe motivação para suprir uma necessidade somente após ter sido satisfeita a anterior, mesmo que parcialmente. Entretanto, esse modelo não é universal e a

referida hierarquia é variável conforme as realidades econômicas e sociais em sociedades distintas.

A homeostase, esforço automático do corpo humano em manter uma constante, é o princípio de tudo, logo, esta característica auto-reguladora de um sistema é a principal motivadora das necessidades, uma vez que as variáveis externas tendem a alterar o padrão e novas condições precisam ser satisfeitas e assim, ocorre a volta do equilíbrio.

Cebotarev (1982), relata que a ‘qualidade de vida satisfatória’, onde as necessidades básicas são subdivididas em necessidades de subsistência e necessidades para a formação humana, favorecem o bem-estar, uma vez que são indispensáveis ao desenvolvimento humano em sociedade. As primeiras compreendem às biofisiológicas (alimentação, saúde, higiene, vestuário, moradia, etc.) e as seguintes referem-se às necessidades para formação intelectual (condições de capacitação intelectual, de conscientização e prática da cidadania, participação associativa, etc.).

Considerando a complexidade de fatores que interferem na qualidade de vida de seus habitantes a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sob consultoria da PUC/MG, desenvolveu um método para determinar o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU/BH), indicador de qualidade de vida que determinada região (bairro ou conjunto de bairros) oferece aos seus moradores e àqueles que buscam os serviços ali existentes. O IQVU/BH foi construído com o objetivo de ser utilizado como ferramenta para avaliação do cumprimento de metas, avaliação do impacto de programas sociais e de focalização.

Diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos no sentido de identificar o nível de qualidade de vida de algumas localidades, como o de CUNHA (2003), ALMEIDA (2002), NEIVA (2000), BARRADAS (1999) e MONTE (1999), entre outros, encontrados na biblioteca setorial do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de oportunizar à área acadêmica e ao setor público o conhecimento de realidades que necessitam de melhorias no que se refere às condições de vida das comunidades.

Historicamente, os indicadores econômicos se sobrepunham aos sociais, mas paulatinamente, vem ocorrendo uma inversão nestes, embora o critério econômico ainda seja preponderante. Desta forma, cidades que apresentavam uma ‘economia dinâmica’ eram cada vez mais favorecidas pois recebiam maiores repasses e as que pouco cresciam ou as estagnadas eram ainda mais penalizadas.

A formulação desses índices também podem fornecer informações sobre o grau de desenvolvimento e crescimento econômico. Há considerável diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. Conforme relatam Barros, Carvalho e Franco (2003), o crescimento econômico é representado exclusivamente por dados numéricos através de índices, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e Produto Nacional Bruto (PNB); enquanto que para a representação do desenvolvimento inclui-se variáveis como níveis de educação, de saúde, de consumo diário de calorias; itens que refletem as variações nos diversos aspectos qualitativos de determinado grupo estudado.

Dentre diversos indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), é uma medida simples e geral do nível do desenvolvimento humano e seu principal objetivo é oferecer um contraponto a outro indicador bastante utilizado: o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica no aspecto desenvolvimento, e relaciona-se diretamente ao fator renda.

Publicado pela primeira vez em 1990, o IDH foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975, tendo variado um pouco ao longo dos primeiros anos de existência. Desde então, vem sendo utilizado como referência e fonte de dados para políticas públicas em níveis municipal, estadual, federal e mundial.

Além de utilizar o PIB per capita, o IDH considera também outros dois componentes que têm enfoque mais social: a Longevidade e a Educação. O indicador renda é mensurado pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, eliminando as diferenças de custo de vida entre os países); o de longevidade utiliza números de expectativa de vida ao nascer; e a educação é avaliada pela taxa de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no IDH, que varia de zero a um, onde, quanto maior esse valor, melhor a qualidade de vida da localidade em questão.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), o Brasil subiu no *ranking* do IDH, passando da 65^a posição em 2003 para a 72^a em 2004. A Figura 1 demonstra os níveis comparativos entre o Brasil, a América Latina e o Mundo.

Na Figura 1 verifica-se que na variável educação o Brasil se aproxima mais dos países ricos (diferença de 0,06) e fica mais distante na dimensão renda (diferença de 0,21). Em relação à média mundial, a dimensão educação (índice 0,75) é a mais avançada, e saúde (0.70), a mais baixa. Percebe-se, ainda, que o Brasil tem o mesmo índice de renda da média mundial e ligeiramente superior ao da América Latina. Ficando abaixo da média latino-americana em esperança de vida mas supera em muito a média dos 175 países pesquisados em educação.

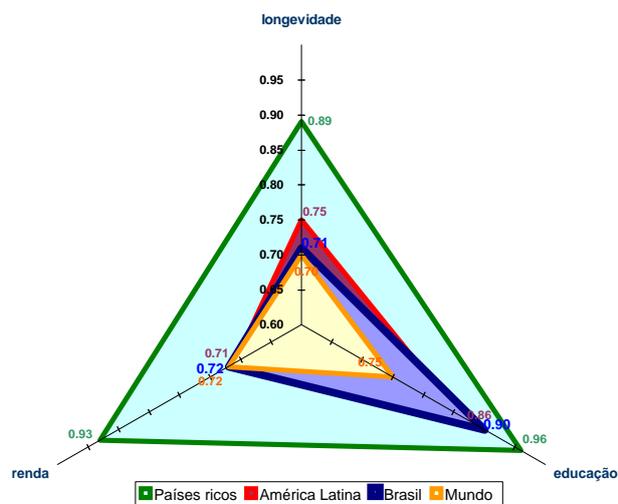


FIGURA 1 – O IDH EM APRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL
 FONTE: RDH, 2004.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE (2004), mostra que a concentração de renda é mais elevada no Nordeste e menos elevada no Sul. Retratando, dessa forma, o elevado nível de pobreza no Nordeste comentado por Lemos (2002, p. 92/93): “dentre os estados brasileiros Maranhão, Piauí e Ceará apresentam os menores índices de renda *per capita* nos domicílios com até dois salários mínimos. (...). Em

1999, a população cearense que sobrevivia em domicílios com até três salários mínimos de renda tinham uma renda *per capita* de US\$ 0,86.”

Em 2003, 27,8% dos ocupados ganhava até um salário mínimo e 1,3% recebia mais de 20 salários mínimos. Mas nos domicílios, considerando as remunerações de todos os moradores, a proporção de casas com rendimento de até um salário mínimo era de 12,9% e os domicílios que recebiam mais de 20 salários era de 3,9%. Os maiores percentuais na faixa de mais de 20 salários foram encontrados no Centro-Oeste.

Em termos relativos ao estado do Ceará, Fortaleza apresenta o maior Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) 0,792, seguida de Sobral e Maracanaú (0,631). Os valores mais baixos foram encontrados nas cidades de Aiuaba (0,094) e Salitre (0,045), indicando as condições de vida mais difíceis, segundo os dados do Anuário do Estado do Ceará. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004).

Entre os novos indicadores socioeconômicos que foram desenvolvidos, podem ser citados: o índice de condições de vida (**ICV**) [Fundação João Pinheiro/IPEA/IBGE (2003)], o índice de qualidade de vida (**IQV**) [Almeida (2002)], o índice de pobreza humana (**IPH**) e o índice de exclusão social (**IES**) relatados por Lemos (2002), o índice de qualidade dos municípios (**IQM**) [SEMARH (2004)] e o índice de desenvolvimento humano municipal (**IDH-M**) do Instituto Pólis (2004). Barros, Carvalho e Franco (2003), afirmam que sistematicamente “esses indicadores sintéticos têm padecido de uma grave dificuldade: não são capazes de estimar o grau de desenvolvimento ou carência de cada família mas, apenas um nível médio para um país, estado, município ou mesmo bairro pode ser calculado”, por este motivo, criaram o índice de desenvolvimento da família (**IDF**).

Conforme apresentado anteriormente, o cálculo de índices como o IDH e o IQV, diferem, entre outros aspectos, em relação ao número de variáveis utilizadas. De acordo com Lemos (2002) e Barros, Carvalho e Franco (2003), a definição de índices compostos por um pequeno número de variáveis é considerada perigosa por sintetizar informações pouco relacionadas e que efetivamente não retratam fidedignamente o índice esperado.

A escolha das variáveis depende fundamentalmente de como se vê e entende-se a realidade que se quer avaliar e a visão ideal que se tem de cada situação. No presente estudo serão utilizadas as seguintes variáveis, para a construção dos índices IQV e IDH, na amostra pesquisada: Educação, Higiene e saúde, Moradia, Formas de vida e lazer, Consumo, Situação ocupacional, Expectativa de vida e Renda. A variável renda será verificada nos níveis familiar e per capita.

Para possibilitar maior abrangência na detecção dos objetivos, propostos, essas variáveis serão decompostas em sub-itens. A descrição detalhada de cada uma delas será feita no capítulo 3, a seguir.

3 METODOLOGIA

Um projeto não é uma reta entre dois pontos estáticos (o problema e sua resposta), mas uma espiral, em que cada segmento é mais denso e complexo que seu antecedente. (...) constituindo-se em estágios intermediários de um processo dinâmico. (BONFIM, 1999, p.34).

3.1 Caracterização da área de estudo

O estudo foi desenvolvido em Itapajé, cidade centenária reconhecida no Estado e fora dele pela qualidade do seu bordado artesanal. Distante 125km de Fortaleza, Itapajé ocupa 399km² da parte meridional da Serra de Uruburetama. Está situada a 262 metros de altitude, localizada pelas coordenadas geográficas: latitude 3°41'12"S e longitude 39°35'10"W. (SILVA , 2000). Tem como principal acesso a rodovia BR-222, sendo sua população composta de 41.093 habitantes, sendo 66,82% na área urbana e 33,18% na área rural (Anuário do Ceará 2004). Entre serras, depressões e planícies aparecem zonas de várzea muito férteis que permitem a formação de pequenos núcleos urbanos.

Em princípio essa formação leva as pessoas a explorarem os recursos naturais de subsistência mas, muitas delas, devido a heranças culturais e históricas, têm o artesanato como forte alternativa de fonte de renda. O Município possui **oito distritos** distribuídos entre serra e sertão. Algumas das comunidades e/ou distritos se destacam por desenvolverem a atividade artesanal continuamente, envolvendo por muitas vezes todos os membros da família. Eis algumas delas: Aguaí, Baixa Grande, Barracão, Iratinga, Pitombeira, São Tomé, Serrote do Meio, Soledade, Câmara, Barateiro, Conjunto São Francisco, Padre Lima e Rua das Dútras (assim designada por haver diversas pessoas desta família com indústria e comércio de bordados).

A história de Itapajé teve início em meados de 1837 e, com ela a do artesanato. A habilidade de desenvolver produtos de barro herdada dos antepassados indígenas foi, durante muito tempo, forma de produção dos habitantes nativos. Por volta de 1875 foi adquirida a primeira máquina de costura de Itapajé. Conforme Lousada (2002), a compra do equipamento levou à aprendizagem da costura e, para complementar e enfeitar as peças, surgiu o bordado à mão. A arte foi aos poucos tomando consistência e espaço e, por volta de 1930, o ponto cruz, rechiliê, crochê e o bordado cheio disputavam espaço nas artes manuais desenvolvidas pelas mulheres, principalmente para roupas femininas e infantis; em 1937 algumas mulheres se organizaram e o artesanato tomou cunho comercial, mesmo que de forma incipiente. Na década de 60 o comércio passou a se intensificar e um processo gradativo de substituição da atividade manual pelo uso da máquina, foi acontecendo.

Na década de 70 acontece a primeira Feira Municipal de Bordados com a exposição e comercialização dos produtos das bordadeiras locais e dos municípios vizinhos. O evento fortaleceu a produção, o mercado foi se expandindo e, na década de 80, o bordado atingiu seu apogeu principalmente nas peças de moda feminina. (LOUSADA, 2002).

O centro histórico de Itapajé apresenta ainda algumas edificações que mantêm o padrão arquitetônico da primeira metade do século XIX, quando a sede do Município viveu as transformações sociais impulsionadas pelo comércio do algodão, exemplificadas pela antiga Casa da Cadeia, o casario do Centro de Comércio e a casa de Quintino Cunha. Hoje, Itapajé conta com [praças arborizadas e bucólicas](#), e outros equipamentos públicos mantidos pela Prefeitura Municipal. Com mais de 40 mil habitantes, Itapajé possui uma economia próspera baseada principalmente no comércio varejista, no artesanato e na cultura da banana, e é passagem obrigatória de viajantes do norte e meio-norte do País.

Sua imagem de cidade turística é reforçada pelo verde circundante da serras de matas nativas, fontes e piscinas naturais de águas cristalinas e clima ameno, que possibilitam agradáveis passeios pelas suas trilhas, onde é possível contemplar o santuário natural com que foi abençoado o Município. Imensos paredões esculpidos pela ação do tempo assumem formas surpreendentes e atraem a atenção dos viajantes. As famosas pedras (do Frade, da Caveira e da Noiva) e serras são os mais significativos elementos físicos do município. São visualizadas de quase todos os pontos da cidade e intimamente identificadas com a imagem e o caráter de Itapajé. Desse modo, verifica-se que a atividade turística possui grande importância na atração de turistas e investimentos, devendo ser incentivada e sustentavelmente explorada.

O poder municipal de Itapajé, percebendo o potencial turístico da região, tem desenvolvido ações como “Itapajé nas trilhas do Ecoturismo” e, vinculando ao artesanato, tem alocado pontos de apoio e vendas no roteiro do circuito turístico.

Investir no desenvolvimento turístico do Município requer planejamento para promoção e consolidação do setor na localidade e circunvizinhanças, vinculando-o a um projeto de nível maior, como o estadual ou regional. O Prodetur-Ne (Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste), criado em 1991 pela SUDENE, é resultado da uma iniciativa de governantes nordestinos que visavam a dinamização da economia da região.

As ações deste programa têm levado à consolidação e expansão da atividade ajustando-a aos moldes globalizados cuja característica principal vem sendo “a transformação de atividade de lazer espontâneo para uma necessidade a ser preenchida por produtos especializados que são produzidos no circuito do mercado, fortemente armado em torno de tecnologias midiáticas e de uma dinâmica baseada no espetacular, no fabuloso, na moda.” (FARIAS e NOGUEIRA, 2003, p. 16). O Governo do Estado do Ceará vem seguindo esta linha de ação, direcionando-a a partir dos modelos de turismo internacional, com padrões de países desenvolvidos.

A implementação e intensificação da atividade turística devem estar baseadas não somente como uma alternativa promissora, fonte de emprego e aumento da renda, mas, e principalmente, na qualidade da infra-estrutura, na manutenção e não degradação dos recursos naturais; além de impedir a desestruturação das atividades tradicionais. Enfim, articular uma relação positiva entre o local, o ambiente, os modos de vida tradicionais e as comunidades.

3.2 Fonte de dados, seleção e definição da população a ser estudada

Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados dados de natureza primária, obtidos através da pesquisa direta realizada com as bordadeiras e complementados com informações obtidas junto à Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, do Banco do Nordeste, da Secretaria de Empreendedorismo e Ação Social do Governo do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal de Itapajé assim como também de publicações do BN, IBGE e PNUD, à medida do necessário.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi uma entrevista mediante questionário, envolvendo questões abertas e fechadas referentes aos aspectos pessoais, sociais e econômicos. Através destes, buscou-se coletar informações sobre o perfil socioeconômico e a qualidade de vida das bordadeiras.

Antes da elaboração final do questionário foi realizado um pré-teste com bordadeiras para verificar a adequação das perguntas ao foco da pesquisa.

Itapajé é um município que tem, como atividades artesanais, o trabalho com bordado, madeira e barro. Entretanto, o bordado, como já citado anteriormente, se sobressai pela quantidade produzida, pelo valor da produção e pelo número de pessoas e famílias envolvidas na atividade.

O grupo das bordadeiras constitui o objeto deste estudo. Apesar de estarem distribuídas por todo o Município de Itapajé, a atividade concentra-se em algumas comunidades, tais como: Barateiro, Camará, Pedra D'Água, Iratinga, Padre Lima e na Sede do Município. Nessas comunidades são produzidas peças com bordados feitos à mão e à máquina. A amostra é composta por quarenta entrevistadas, todos artesãs, distribuídas nas comunidades acima relacionadas.

Uma vez que diversos municípios desenvolvem o bordado, optou-se por um estudo de caso. Tendo em vista o contexto no qual a pesquisa foi realizada, seus resultados podem fornecer parâmetros para os Projetos de Qualificação e Melhoria do Artesanato Cearense, que poderão ser implementados por Instituições como CEART, SEBRAE-CE – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa ou SETE – Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal e outros tipos de políticas públicas.

3.3 Métodos de análise

3.3.1 Análise tabular descritiva

Os dados coletados na pesquisa direta junto à população do Município de Itapajé (de grupos de trabalho artesanal, residentes em áreas próximas - bairros ou comunidades), foram agrupados em tabelas para a obtenção de informações sobre frequência absoluta e frequência relativa.

3.3.2 Construção dos índices

Para se chegar a uma definição de Desenvolvimento Humano além da dimensão econômica, foram consideradas outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Todas as extensões ou variações do IDH demonstram que expandir o número de indicadores favorece à construção de um índice sintetizador da realidade da comunidade. Considerando que o desenvolvimento social é multidimensional, trabalhou-se neste estudo com os seguintes indicadores: educação, higiene e saúde, condições sanitárias e de moradia, formas de vida e lazer, relações de consumo, expectativa de vida e renda. Estes indicadores

foram constituídos com base nas variáveis e nos escores atribuídos a cada uma, conforme descrito a seguir:

a) Educação – considerado o grau de instrução.

VARIÁVEL	ESCORE
Analfabeto, alfabetizado, ensino fundamental incompleto	1
Ensino fundamental completo, ensino médio incompleto	2
Ensino médio completo, nível técnico	3
Nível Superior	4

B

b) Higiene e saúde – este indicador inclui os serviços públicos disponíveis, uso de medicamentos alopáticos e caseiros, prática de vacinação, doenças ocorridas nos últimos cinco anos.

VARIÁVEL	ESCORE	
Posto de saúde c/ primeiros socorros	Não	1
	Sim	2
Presença de médico / agente de saúde	Não	1
	Sim	2
Frequência do médico	Inexistente	1
	Mensal	2
	Semanal	3
	Diária	4
Tipo de remédio mais utilizado	Caseiro	1
	De farmácia e caseiro	2
	De farmácia	3
Ocorrência de vacinação (*)	Grupo I	1
	Grupo II	2
	Grupo III	3
Incidência de doenças nos últimos 5 anos (**)	Grupo I	1
	Grupo II	2
	Grupo III	3
	Grupo IV	4
	Grupo V	5

(*) Grupo I	Antipólio/varíola/tríplice
Grupo II	As anteriores mais sarampo/BCG
Grupo III	As anteriores mais MMR/meningite/hepatite/gripe
(**) Grupo I	Diarréia/verminoses
Grupo II	Catapora/papeira/sarampo/rubéola
Grupo III	Pneumonia/tuberculose
Grupo IV	Hipertensão/doenças cardíacas, renais e reumáticas
Grupo V	Nenhuma doença

c) Condições sanitárias e de moradia – neste indicador constam o grau de posse, tamanho e qualidade das residências além da existência de saneamento básico.

VARIÁVEL	ESCORE	
Situação de posse	Alugada	1

	Própria	2
Tipo de construção	Taipa	1
	Tijolo sem reboco	2
	Tijolo com reboco	3
Cobertura da casa	Telha	1
Tipo de piso	Barro	1
	Cimento	2
	Cerâmica	3
Fonte de iluminação	Energia elétrica	1
Destino das fezes	Proximidades de plantações	
	Jogadas no lixo	1
	Fossa séptica	2
Destino do lixo	Proximidades de plantações e ou rios	1
	Enterrado / Queimado	2
	Coleta	3
Abastecimento de água	Sim	1
Tratamento dado à água	Nenhum / cõa	1
	Filtrada / clorada	2
	Purificador	3
Número de cômodos	Até 4 cômodos	1
	5 ou 6 cômodos	2
	Mais de 6 cômodos	3

d) Formas de vida e lazer – as respostas obtidas neste item levam o pesquisador a conhecer valores quanto à família e às formas disponíveis e desejadas de lazer.

VARIÁVEL		ESCORE
O que representa a família para você	Importante	1
	Tudo na vida	2
O que mais a assusta	Falta de saúde / doenças	1
	Violência / drogas	2
	Falta de trabalho / não poder estudar	3
O que é mais importante na vida	Ter trabalho, qualquer que seja / saúde	1
	Ter família e filhos / ter um bom emprego / ter um bom marido	2
	Ter tempo para lazer, amigos e parentes	3
O que prefere fazer nas horas de folga	Assistir TV / rádio	1
	Visitar parentes, amigos / tomar banho de lagoa, açude	2
	Descansar / ler	3
O que precisa ser feito na comunidade para melhorar	Atendimento médico e odontológico / saneamento	1
	Escolas primárias e secundárias / locais para produção do artesanato	2
	Açude, ponte / melhoria das estradas	3
	Escolas de nível superior	4

Que divertimento deveria ter na comunidade	Quadra de esporte / parque infantil	1
	Pólo turístico / praça / teleposto	2
	Cinema / Clube	3

e) Situação ocupacional – analisada com base na utilização do tempo e de que forma este possibilita a entrada de renda na família.

VARIÁVEL		ESCORE
Da entrevistada (o)	Artesã (o)	1
	Artesã (o) e agricultor (a)	2
	Artesã (o) e funcionário público	3
	Artesã (o) e comerciante	4
Do parceiro (o)	Não tem	1
	Artesã (o)	2
	Artesã (o) e agricultor (a)	3
	Agricultor, pedreiro, outros	4
	Funcionário público, comerciante ou aposentado	5

f) Relações de consumo – identifica-se como a família gasta sua renda na aquisição de bens de consumo durável e nos alimentos.

VARIÁVEL		ESCORE
Número de refeições feitas por dia	Até 3	1
	4 ou 5	2
	6 ou mais	3
Proporção da renda gasta com alimentação	Mais de 50%	1
	50%	2
	Menos de 50%	3
Consumo mensal de combustível	Mais carvão, menos gás butano	1
	Mais gás butano menos carvão	2
	Somente gás butano	3
Posse de bens duráveis	Possui pelo menos um dos bens do Grupo I	1
	Possui pelo menos um dos bens dos Grupos I e II mas não do III e IV	2
	Possui pelo menos um dos bens dos Grupos I, II e III mas não do IV	3
	Possui pelo menos um dos bens do Grupo I II, III e IV	4
Grupo I	Fogão a gás, rádio, máquina de costura, ferro de passar, filtro	
Grupo II	TV, bicicleta, geladeira, sistema de som	
Grupo III	Telefone fixo/celular, vídeo cassete, moto	
Grupo IV	Antena parabólica, automóvel, caminhão	

g) Expectativa de vida – constitui-se das informações inerentes ao número de natalidade, mortalidade e anos de vida.

VARIÁVEL		ESCORE
Número de gravidezes	Mais de 5	1
	De 3 a 5	2
	Até 2	3
Resultado das gestações	Nenhuma	1
	Menos de 50% vivos	2
	Mais de 50% vivos	3
	Todos vivos / Não teve filhos	4
Idade dos filhos quando morreram	Até aos 3 meses	1
	De 4 meses a 1 ano	2
	Acima de 1 ano	3
	Nenhum morreu / Não teve filhos	4
Causa das mortes	Desidratação, diarreia	1
	Indefinida, mal de sete dias	2
	Problemas da mãe	3
	Sem mortes	4
Número de pessoas por família	De 7 a 8	1
	De 5 a 6	2
	De 3 a 4	3
	Até 2 pessoas	1
Idade média da família	Até 28 anos	2
	De 29 a 56 anos	3
	De 57 a 84 anos	4

h) Renda – composta pelos valores apresentados quanto a salário, aposentadoria, rendas do governo e renda obtida com a produção artesanal.

VARIÁVEL		ESCORE
Salário, agricultura e/ou comércio	Não têm	1
	Até R\$ 80,00	2
	Entre R\$ 81,00 e R\$ 160,00	3
	Entre R\$ 161,00 e R\$ 240,00	4
	Entre R\$ 241,00 e R\$ 320,00	5
	Entre R\$ 321,00 e R\$ 400,00	6
	Acima de R\$ 400,00	7
Bordado	Até R\$ 100	1
	De R\$ 101 a R\$ 200	2
	De R\$ 201 a R\$ 300	3
	De R\$ 301 a R\$ 400	4
	De R\$ 401 a R\$ 500	5
	Maior que R\$ 500	6
Fontes do Governo	Não têm	1
	Até R\$ 20,00	2
	Entre R\$ 21,00 e R\$ 40,00	3

	Entre R\$ 41,00 e R\$ 60,00	4
	Entre R\$ 61,00 e R\$ 80,00	5
	Acima de R\$ 80,00	6
Aposentadoria / Pensão	Não têm	1
	Até R\$ 260,00 (1 Salário Mínimo)	2
	Entre R\$ 261,00 e R\$ 520,00 (1 a 2 SM)	3
	Entre R\$ 261,00 e R\$ 520,00 (1 a 2 SM)	4
	Acima de R\$ 780,00 (de 3 SM)	5
Renda Familiar Total	Até 1 Salário Mínimo (R\$ 260,00)	1
	Entre 1 e 2 SM	2
	Entre 2 e 3 SM	3
	Entre 3 e 4 SM	4
	Acima de 4 SM	5

A obtenção do IQV é proveniente da média da somatória da contribuição de cada indicador, calculada a partir da seguinte fórmula:

$$C_s = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max_i} P_{max_i}} \right] \quad (1)$$

Para quantificar o índice de qualidade de vida utilizou-se a fórmula do IQV, dada por:

$$IQV = \frac{1}{k} \sum_{s=1}^k [C_s] \quad \text{Sendo } k = 1, \dots, 8 \quad (2)$$

Onde:

C_s = Contribuição do s -ésimo indicador

s = Número de indicadores ($s = 1, \dots, k$)

j = Número de artesãs ($j = 1, \dots, n$)

i = Número de variáveis ($i = 1, \dots, m$)

E_{ij} = Escore da i -ésima variável obtida pela j -ésima artesã

P_{ij} = Peso da *i-ésima* variável definido pela *j-ésima* artesã

E_{max_i} = Escore máximo da *i-ésima* variável

P_{max_i} = Peso máximo da *i-ésima* variável

De acordo com Mendes Segundo (1998), o IQV pode ser avaliado em: excelente, bom, regular ou ruim; e a mensuração do nível de satisfação do entrevistado em relação às atuais condições de cada variável pode ser definida como:

Baixa satisfação	1
Média satisfação.....	2
Alta satisfação	3

De acordo com Leroy (2002), o índice ideal de Qualidade de Vida de uma população ou comunidade é verificado quando esta alcança o nível de satisfação máxima em todos os desejos e anseios indispensáveis ao desenvolvimento do homem em sociedade, e é entendido como um estado atual de condições de vida e não como um estado esperado. Para Almeida, (2002), a satisfação plena de determinada comunidade está diretamente ligada à qualidade e quantidade dos bens e serviços disponíveis e/ou consumidos no meio em que vive, embora a conceituação do ideal de qualidade de vida seja um tanto quanto subjetiva. O paradigma do desenvolvimento aborda, dentre outras questões, que as necessidades humanas materiais e não materiais são relativas, assim como também conhecer o que é ideal para cada grupo estudado.

Utilizando as variáveis acima especificadas, foram calculados os índices de Qualidade de Vida e de Desenvolvimento Humano das comunidades estudadas. A diferença entre eles está na utilização das variáveis. Para o cálculo do Índice de Qualidade de Vida foram utilizadas todas elas, enquanto que para determinar o Índice de Desenvolvimento Humano, foram utilizadas apenas as variáveis relacionadas aos indicadores de Renda, Educação e Longevidade.

A metodologia a ser utilizada para a construção do IDH da localidade adotou as adaptações sugeridas pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA/IBGE (2003), ao IDH oficial. Procurando manter a fidelidade aos princípios do IDH e garantir sua comparabilidade, o PIB per capita foi substituído pela renda familiar per capita e as taxas de alfabetização de adultos e de matrícula pela frequência à escola. Considerando as diferenças nas unidades dos indicadores, fez-se necessário reduzi-los a uma escala comum para comparação e agregação. Este processo consiste em, a partir dos indicadores de Renda, Educação e Longevidade, calcular o IDH através da

média simples da contribuição desses indicadores, aos quais foram atribuídos pesos iguais, de acordo com a metodologia adotada na pesquisa, conforme a equação (3).

$$IDH = \frac{1}{k} \sum_{s=1}^k [C_s] \quad \text{Sendo } k = 1, \dots, 3 \quad (3)$$

3.3.3 Análise qualitativa

A análise qualitativa enfoca os aspectos referentes à identidade cultural através da imagem da mulher bordadeira e de seu papel nas manifestações culturais associadas ao artesanato. Especificamente procurou-se explorar o papel da mulher no processo de produção (inspiração, tipos, formas, quantidade e destino), qualificação e geração de renda financeira obtida pela sua participação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O desenvolvimento é um processo que resulta da transformação das condições históricas e de vida de uma sociedade em seu conjunto. (LEMOS, 2002, p.13).

4.1 Perfil socioeconômico e cultural das famílias estudadas no município de Itapajé-CE.

Pretende-se aqui apresentar as características pessoais tanto da entrevistada quanto da sua família tais como idade, sexo, grau de instrução e tamanho e composição da família. Convém salientar que foram entrevistados homens e mulheres mas, devido a representatividade feminina ser bem superior (90%), a apresentação será feita com a denominação 'entrevistada'.

4.1.1 Idade

Conforme citado anteriormente, as informações contidas nessa seção referem-se inicialmente aos dados relativos à idade, seja ela da entrevistada ou da família. A TABELA 2 e Figura 2 mostram que 50% das entrevistadas (do total de 40, 36 são mulheres e 4 são homens) têm idade entre 21 e 40 anos. De acordo com o IBGE (2003), considera-se idade economicamente ativa, o intervalo que compreende a partir dos dez anos de vida até aos sessenta. Portanto, observou-se mais minuciosamente as pessoas que estão com idade a partir de dez anos, uma vez que em muitas famílias até as crianças participam da atividade artesanal, muitas vezes até por necessidade de sobrevivência imediata.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DA IDADE DA ENTREVISTADA

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Mulheres		Homens	
< 20 anos	3	7.5	2	5,5%	1	25%
De 21 a 40 anos	20	50	18	50%	2	50%
De 41 a 60 anos	13	32.5	12	33,3%	1	25%
> 60 anos	4	10	4	11,2%	0	0
Total	40	100	36	100%	4	100%

FONTE: Dados da pesquisa.

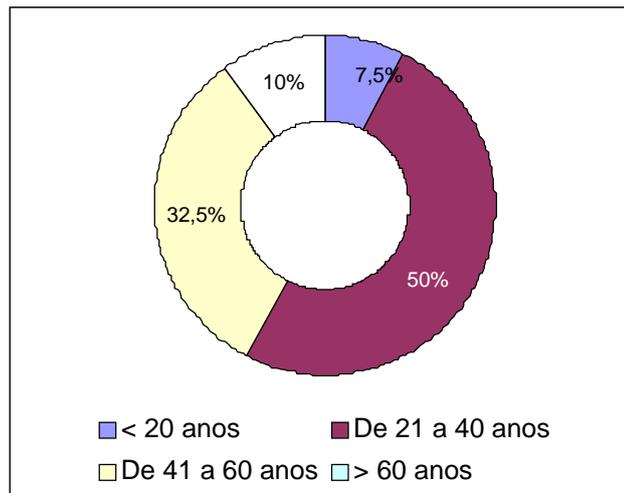


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS BORDADEIRAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA
 FONTE: Dados da Pesquisa

As Figuras 3 e 4 mostram crianças que, entre os estudos e as brincadeiras, trabalham em alguma das etapas da produção do bordado.



FIGURA 3 – GAROTOS APARANDO LINHAS



FIGURA 4 – GAROTA PAROU A TAREFA ESCOLAR PARA APARAR LINHAS

Convém ressaltar que o fator idade tem grande importância quando se relaciona à atividade artesanal – uma vez que a arte passa de geração em geração – e, principalmente quando essa população é por

demais jovem como visto nos gráficos a seguir. O contingente verificado de pessoas abaixo de vinte anos reflete negativamente nas condições de vida da família, pois, segundo Monte (1999), um maior número de pessoas em idade improdutiva aumenta os encargos das pessoas que trabalham e esse tipo de estrutura leva a família à condição de pobreza.

Em relação à distribuição da idade, dentre as 166 pessoas que formam as 40 famílias pesquisadas, verifica-se o resultado demonstrado na Figura 5 e na TABELA 3. Observa-se que quase 80% (79,6%) dessa população concentram-se em idade inferior a 40 anos e, sendo todos envolvidos com a atividade artesanal. Este fato revela que a população é jovem o que leva a crer que o hábito de bordar vai perdurar por diversas gerações, podendo significar potencialidade de crescimento da atividade. Durante as observações, verificou-se que grande parcela das crianças trabalha na limpeza das peças, ou seja, na etapa que compreende à apara de pontas de linha.

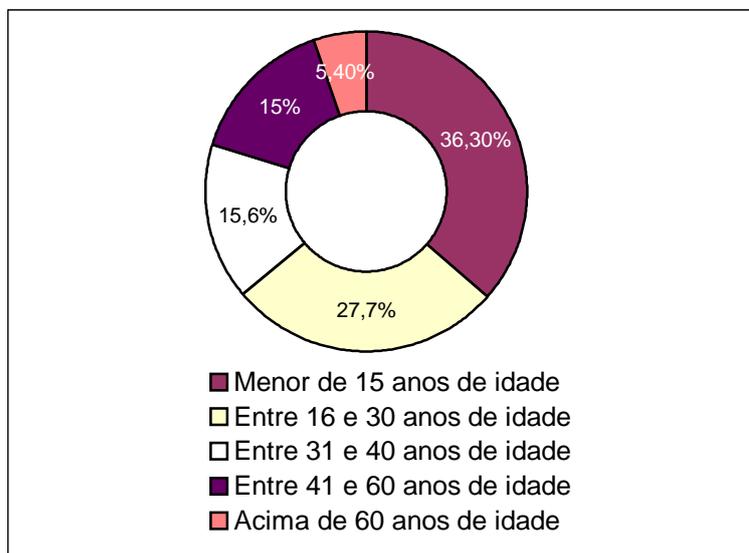


FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS NAS FAMÍLIAS DAS BORDADEIRAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

FONTE: Dados da Pesquisa

TABELA 3 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DA IDADE DOS JOVENS

DISCRIMINAÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
< 10 anos de idade	30	38

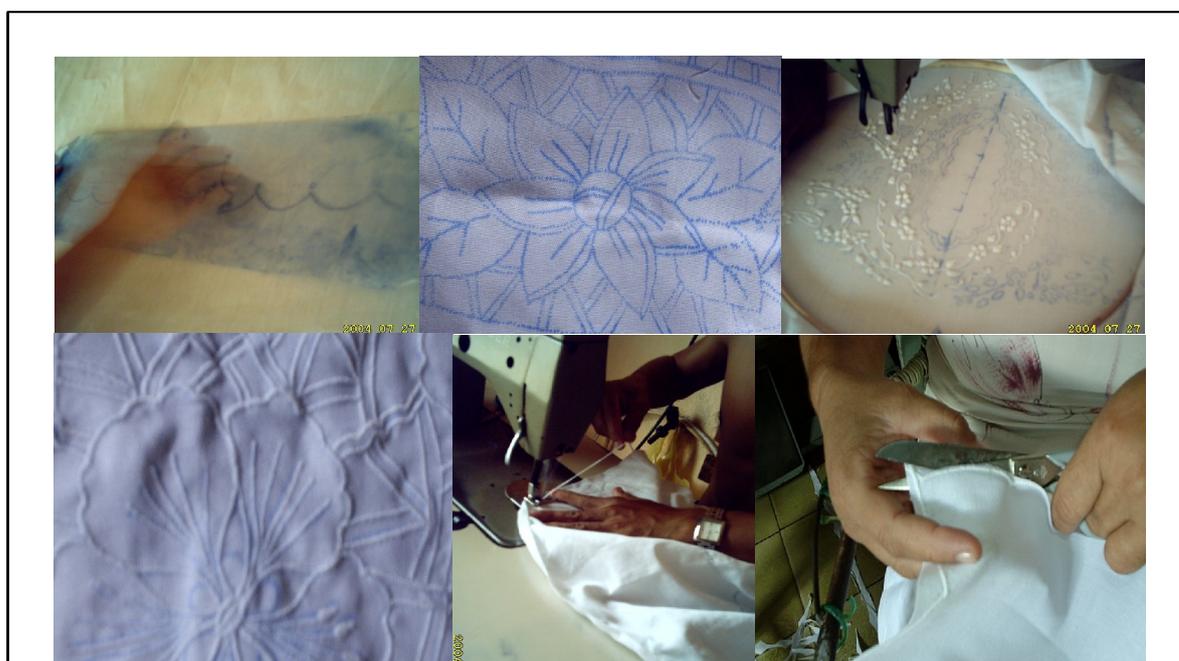
De 10 a 15 anos de idade	29	36
De 16 a 20 anos de idade	21	26
Total	80	100

Fonte: Dados da Pesquisa

4.1.2 Sexo

Ser maioria mulheres não corresponde apenas às entrevistadas. Verificou-se, durante as entrevistas e observações, que os homens ainda são minoria na atividade artesanal, entretanto, os companheiros e os filhos vêm paulatinamente aumentando sua participação. A seqüência da produção do bordado corresponde à criação, risco do desenho, bordado (à mão ou à máquina), separação das peças, lavagem, engomagem, passadoria e apara de pontas de linha; e, nessa seqüência, a participação da mão-de-obra masculina só não foi encontrada no processo de criação.

A Figura 6 demonstra algumas fases da produção do bordado: o risco sendo passado para o tecido, o tecido já riscado e em seguida sendo bordado, a feitura do acabamento da borda (cordão), recortando a peça, lavando, estendendo para secar e passando a peça.



O bordado é uma atividade historicamente feminina, mas que, aos poucos, a participação masculina vem se tornando crescente. Nos gráficos a seguir percebe-se a presença do homem na atividade artesanal. Das pessoas entrevistadas, apenas quatro foram homens, sendo dois chefes de família e dois rapazes jovens solteiros, correspondendo a apenas dez por cento das entrevistadas (Figura 7). Verificou-se *in loco* homens bordando, lavando ou fazendo outras atividades pertinentes ao bordado. Na população pesquisada, encontramos 54,8% mulheres e 45,2% homens, resultado não muito diferenciado do apresentado no Censo Anual de 2003 realizado pelos Agentes de Saúde Municipal, onde informa que Itapajé possui 41.093 habitantes distribuídos na Zona Urbana 27.459 (66,8%) e Zona Rural 13.634 (33,2%), sendo 20.561 mulheres (50,03%) e 20.532 homens (49,96%).

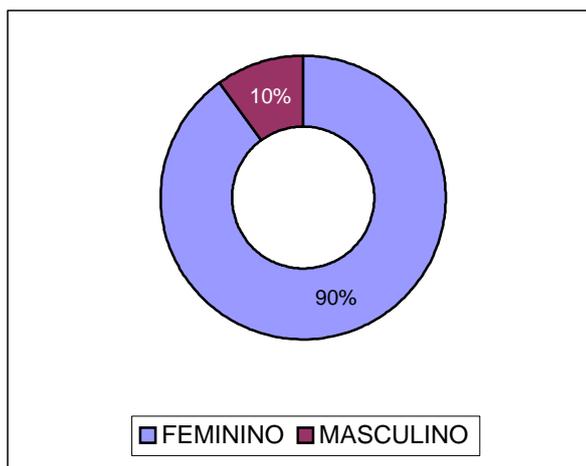


FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DAS BORDADEIRAS SEGUNDO O GÊNERO
FONTE: Dados da Pesquisa

Na sub seção Renda será verificada a participação que as famílias têm nas atividades agropecuárias, e se de fato está ocorrendo uma redefinição das ocupações tradicionais.

Com base nos dados coletados, verificou-se que 62% das 166 pessoas que compõem as famílias estudadas desenvolvem alguma etapa na confecção das peças artesanais com bordado. Desse percentual, 70% são mulheres e 30%, homens, conforme a Figura 8.

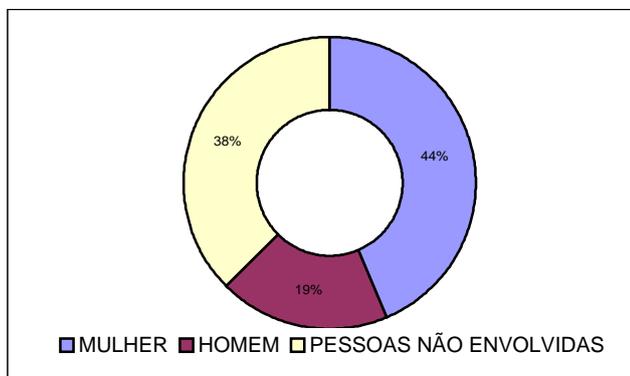


FIGURA 8 – PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS NA ATIVIDADE DO BORDADO, POR SEXO

FONTE: Dados da Pesquisa

Além da atividade artesanal as mulheres são as principais responsáveis por aquelas ditas domésticas e que culturalmente são desempenhadas pela mulher, seja ela mãe ou filha. Conforme os dados coletados, observados na TABELA 4, as entrevistadas se dividem entre o bordado e tarefas como cozinhar, lavar/passar, cuidar da casa, das crianças e demais familiares além de, no período invernos, ajudar na agricultura. Algumas delas bordam de dez a quatorze horas por dia mas esse fato não as impede de, paralelamente, desenvolver outras atividades.

Adicionalmente às tarefas descritas anteriormente algumas entrevistadas são professoras, zeladoras e estudantes. Percebe-se, ainda, que a maior concentração das entrevistadas (45%) borda em média oito horas por dia sem deixar de realizar outros afazeres o que representa uma sobrecarga. Nesse aspecto, Bruschini (1990), fala sobre compreender a condição feminina entre o produtivo e o reprodutivo. Como, no cotidiano, a mulher acumula e concilia estas duas funções: “mesmo quando não tem ocupação remunerada, a mulher trabalha e muito, pois consome grande parte do seu tempo na produção de valores de uso e/ou na prestação de serviços, na unidade doméstica. Além disso, ao assumir outros compromissos como o trabalho fora do lar, continuam encarregadas do desempenho das primeiras, o que as leva a estender o tempo dedicado ao trabalho e a ficar sobrecarregadas com uma ‘dupla jornada’” (BRUSCHINI, 1990, p. 42).

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE HORAS/DIA TRABALHADAS PELAS ENTREVISTADAS

	Bordado		Outras Atividades	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
0 horas	–	–	5	12,5
Até 2 horas	–	–	12	30

Até 4 horas	7	17,5	12	30
Até 6 horas	7	17,5	4	10
Até 8 horas	18	45	3	7,5
Até 10 horas	3	7,5	1	2,5
Até 12 horas	3	7,5	1	2,5
Até 14 horas	2	5	2	5
TOTA	40	100	40	100
L				

FONTE: Dados da Pesquisa

... Rocas, fusos, teares, jogos de bilros, assim como agulheiros e máquinas de costura, referenciam fragmentos dessa dimensão obscurecida da dimensão humana à qual encontra-se atrelada a memória construída em torno das mulheres. São nossas velhas conhecidas as imagens literárias e pictóricas de figuras femininas debruçadas sobre chumaços de algodão, na lida de preparar meadas e fios, dividindo o olhar ao mesmo tempo entre a roca e as crianças a seu redor. (OLIVEIRA, 1999, p.193).

De acordo com as observações realizadas, existe grande diferença entre a dedicação feminina e a masculina às tarefas domésticas sendo que em apenas duas famílias (5%) há participação intensiva dos homens nestas tarefas. Em outras quatro (10%) os homens “ajudam”, pois não as consideram como sua obrigação, e, quando a mãe tem dedicação maior ao bordado, essas tarefas são transferidas para as filhas.

Convém ressaltar que nesses lares ocorrem simultaneamente relações afetivas e de trabalho, que se entrelaçam e têm geralmente no centro, a dona de casa, a encarregada do conforto, saúde e bem-estar de todos os membros de seu domicílio.

É o labor de corpos e mãos que garante a continuidade do processo vital e a sobrevivência da espécie. Incessante e diário, o labor manifesta-se na preparação dos alimentos, na manutenção da limpeza dos cômodos, utensílios e roupas, na reprodução e no cuidado metódico dos filhos, no acompanhamento sem fim dos ciclos naturais do metabolismo dos membros da família e no repetitivo vai-e-vem dos dedos que costuram, bordam e remendam ou então produzem o fio e o transformam em rendas e tecidos para criar vestimentas. (OLIVEIRA, 1999, p.195).

A citação de Oliveira é uma alusão à sociedade do século XVII onde o papel feminino ‘natural’ podia ser prolongado por ofícios compatíveis como de costureira ou de modista, assim como as profissões ligadas à alimentação. A realidade observada no município de Itapajé – que não é único –, reflete ainda a cultura da sociedade brasileira de séculos passados, da família patriarcal, quando o trabalho feminino mais representativo era a costura que tinha nítida identificação com a feminilidade mas, ao homem, eram associados o controle financeiro, o trabalho produtivo, as ciências e a escrita em geral. Considerando as mudanças e alterações históricas da sociedade ainda perdura nas famílias resquícios dessa cultura nos hábitos e costumes.

Para Oliveira (1999), mesmo com todos os movimentos feministas e avanços no comportamento da mulher existe arraigadamente a perduração da tradição machista e a repetição de antigos hábitos. Em diferentes sociedades essa realidade é encontrada e sem perspectivas de grandes melhorias.

4.1.3 Grau de instrução

A educação é fator muito importante na construção moral e ética das pessoas pois, através dela, renovam-se os valores e as atitudes, os conhecimentos e as práticas de pertença à terra levando à recriação do meio. Essa mudança pode ser exemplificada pela busca de qualificação na atividade artesanal uma vez que as condições naturais adversas têm contribuído para certo distanciamento da agricultura embora as pessoas estejam inseridas no meio rural. A qualificação ora exposta, está mais detalhada na seção 4.4, quando se fala sobre o Programa de Revitalização do Artesanato de Itapajé. Assim, o nível de instrução e o acesso à educação de uma população refletem-se na qualidade de vida, na estrutura doméstica e, de certa forma, no consumo, seus hábitos e costumes.

A definição e implantação de uma política pública de educação no campo para o campo, respeitaria esse local como espaço de vida uma vez que este é ao mesmo tempo produto e produtor de cultura, um espaço de criação do novo e do criativo e não deve ser tomado como um local de atraso, da não-cultura. Nessa perspectiva, dentro do Plano Diretor para o Desenvolvimento Urbano, a Prefeitura de Itapajé implantou o projeto Itapajé Verde & Saudável que tem como base a educação para o desenvolvimento, uma política educacional como suporte para o desenvolvimento econômico sustentável com justiça social.

A Figura 9 mostra os resultados referentes à frequência das entrevistadas à escola. Verifica-se que apenas 3% nunca freqüentaram a escola e que há uma participação significativa daqueles que a freqüentaram (84%).

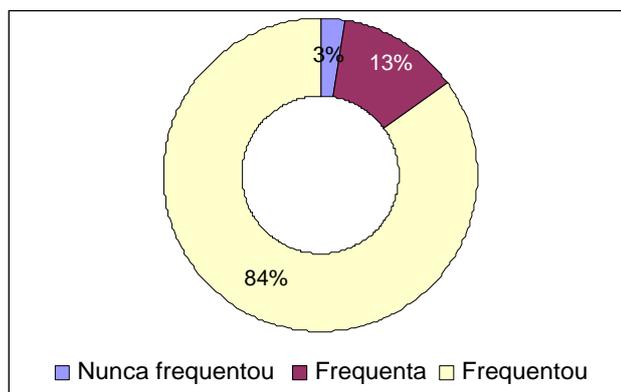


FIGURA 9 – FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS BORDADEIRAS
FONTE: Dados da Pesquisa

Infelizmente o 'frequentou' não significa necessariamente que a pessoa concluiu os estudos mas também, que os interrompeu. Nesse valor (84%) estão indivíduos desde uma pequena frequência à

escola até à conclusão do ensino médio. Entre as que concluíram o ensino médio, algumas pararam por falta de possibilidades de continuar para o ensino superior.

No entanto, essa realidade não é exclusiva do município: considerando os dados oficiais do país, IBGE (2003), a taxa de analfabetismo da população adulta na zona urbana é de 10,3%, enquanto na zona rural essa taxa é de 29,8%. O grau de instrução das entrevistadas é demonstrado na Figura 10, no qual observa-se que a maior concentração ocorre no pior nível, isto é, de analfabeto até fundamental incompleto (54% das entrevistadas têm, no máximo, o ensino fundamental incompleto), seguido até o ensino médio incompleto (20%); verifica-se, ainda, que 43% das entrevistadas têm entre o ensino fundamental ao ensino médio completo e, algumas vezes, o nível técnico. A Figura 11 mostra as diversas causas identificadas para a ocorrência dessa situação.

FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS BORDADEIRAS SEGUNDO A ESCOLARIDADE
 FONTE: Dados da Pesquisa

Verifica-se na TABELA 5 que a maior parcela (35%) dos chefes das famílias das comunidades pesquisadas no município de Itapajé pouco frequentaram a escola, mas



essa informação vem seguida de que 27,5% teve de 5 a 8 anos de estudo, valor superior às médias nacional, regional e local. Um fato observado e que merece relevância é que, dos 2,5% que têm de 12 a 16 anos de estudo, 83,33% são mulheres e dos que têm menos de 1 ano de estudo, 92,85% são homens. Esse perfil favorável às mulheres demonstra uma reversão das ocorrências no início do século XX, quando a educação formal era primordialmente para os filhos homens.

Em relação aos anos de estudo, fez-se um comparativo dos valores encontrados na pesquisa e os apresentados pelos dados do IBGE (2002), sendo visto a seguir:

TABELA 5 – ANOS DE ESTUDO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO (%)

Discriminação	Brasil (*)	Nordeste (*)	Ceará (*)	Itapajé (*)	Comunidades (**)
Sem instrução e menos de 1	16,17	31,13	32,14	40,40	35,00

ano					
De 1 a 4 anos	36,39	35,09	33,75	5,01	20,00
De 5 a 8 anos	21,98	15,84	17,46	16,21	27,50
De 9 a 11 anos	16,32	12,91	11,59	6,31	15,00
De 12 a 16 anos	7,94	4,31	4,23	1,24	2,50
17 anos ou mais	1,00	0,54	0,52	0,17	0,0
Não determinados	0,20	0,18	0,31	0,66	0,0
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: (*) IBGE, (2002); (**) Dados da Pesquisa

A Figura 11 ilustra os motivos pelos quais a entrevistada não frequenta, não frequentou ou deixou de ir à escola. Diversos motivos levaram essas pessoas a não atingirem o nível de instrução desejado por si ou por seus pais. Aquelas de maior idade identificam como causa maior, as dificuldades enfrentadas nos locais onde residiam quando criança, fosse a distância ou a inexistência de escolas. É um resultado triste quando se sabe que essa comunidade é relativamente jovem: grande maioria tem até quarenta anos de idade. Observa-se um fato curioso quando se vê que 30% interromperam os estudos para casar, ou ter filhos ou mesmo por desinteresse, ou seja, tiveram a oportunidade de continuar estudando, mas optaram por não fazê-lo.

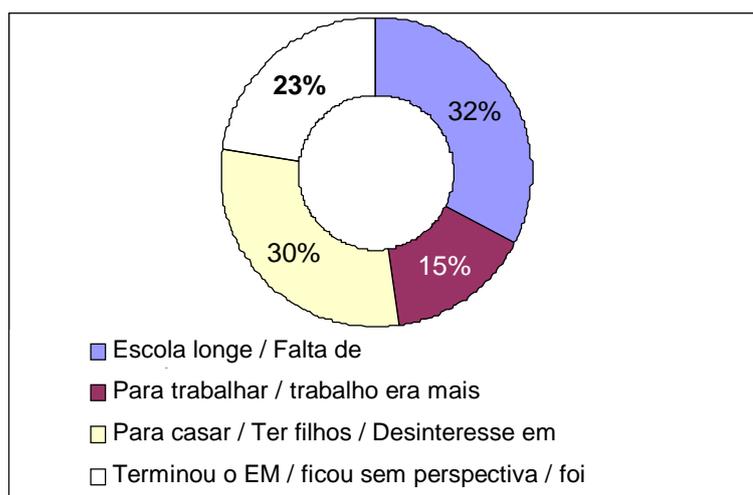


FIGURA 11 – MOTIVOS PELOS QUAIS A ENTREVISTADA NÃO FREQUENTOU OU PAROU DE FREQUENTAR A ESCOLA

FONTE: Dados da Pesquisa

Diante dos fatos relativos à educação, questiona-se: a educação pode ser rotulada de inconclusiva, tendo em vista que a difusão de idéias e práticas educacionais é um campo de pesquisa desordenado, uma vez que é um processo dinâmico e contínuo

onde os sujeitos têm comportamento, aceitabilidade e reações diferentes? A obtenção de resultados efetivos é conseguida com o passar dos anos, como consequência da ação e reação das pessoas envolvidas. Amplo é o tema, e grande é o espaço de exploração acerca do mesmo.

4.1.4 Tamanho e composição da unidade familiar

A quantidade de pessoas por unidade familiar encontrada nas comunidades estudadas varia de 1 a 8, sendo sua constituição média de 4,15 pessoas por família; conforme o IBGE, o tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001. Pode-se atribuir diversos fatores que contribuíram para essa ocorrência, tais como a utilização dos métodos contraceptivos, o advento da mulher trabalhar fora de casa além do aspecto financeiro. Ainda conforme o IBGE, o número médio de filhos por família é de 1,6 filhos enquanto o verificado na pesquisa foi de 3,3.

Outro dado relevante a ser considerado é a média de moradores por domicílio quanto às áreas urbana e rural. Enquanto a média na área urbana no Brasil é de 3,3 a rural é de 4,1, no Nordeste corresponde a 4,3 e 4,87, respectivamente. O Ceará apresenta valores iguais a 4,08 e 4,5, na mesma ordem. Percebe-se que nas áreas rurais, a média de pessoas por família é sempre maior que nas áreas urbanas. (IBGE, 2003).

De acordo com alguns depoimentos, podemos retirar a idéia que as mulheres têm sobre a restrição do número de filhos:

As coisas tão muito difíceis, não podemos mais ter muitos filho porque vai passar fome. A gente já quase passa, já pensou mais menino? (Antonia Célia, 26, 1 filha de 4 anos, comunidade Padre Lima).

A gente luta para dar o melhor pros filhos, que eles tenham a educação que a gente não teve. São muitos mas a gente batalha muito mas não perde a

esperança. (Evilásio Pacheco, 41, 5 filhos, de 1 a 17 anos, comunidade Padre Lima).

Dá trabalho, tá é difícil criar, mas... sabe como é... a gente acaba tendo. Mas aí eu liguei, E ainda tem minha sobrinha que nós cria. (Regilândia, 28, 3 filhos de 6 a 9 anos, cria a sobrinha de 3 anos, comunidade Camará).

De uma maneira geral, a saída da mulher do ambiente doméstico para trabalhar é um dos fatores que favoreceram para que isso ocorresse, mas não é o que acontece nas famílias pesquisadas. É possível afirmar que nestas, a presença da mulher é constante dentro de casa (98%) uma vez que elas desenvolvem sua atividade econômica dentro de casa.

Conforme Silva (1998), o crescimento relativo da população passou a decrescer a partir da década de 60 ao mesmo tempo que a taxa de fecundidade começou a diminuir, notadamente nas regiões Sul e Sudeste. Ainda segundo Silva, a redução da taxa de fecundidade deve-se principalmente aos seguintes fatores: políticas fragmentadas de planejamento familiar e o acelerado processo de urbanização vivenciado no país. Não podendo deixar de citar os aspectos de saúde e educação que têm relação direta com o nível de conscientização, com a decisão sobre a livre escolha de dignidade da pessoa humana e a paternidade responsável.

A Figura 12 nos mostra que 57% das pessoas são casadas – embora que em dois casos as entrevistadas falassem ‘casadas’ na realidade estavam em fase de separação. A opção casada foi aceita independente se é com registro oficial ou união consensual, tendo sempre em vista a relação marido e mulher.

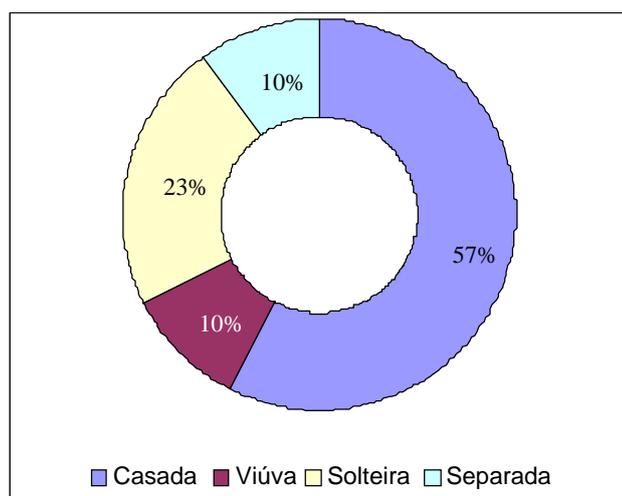


FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS BORDADEIRAS SEGUNDO O ESTADO CIVIL
FONTE: Dados da Pesquisa

De acordo com o IBGE (2003), em 2002 um quarto dos chefes de família era do sexo feminino, sendo que no Norte ocorreu a maior taxa (28,7%) e a menor no Sul (23,8%).

As famílias pesquisadas em Itapajé apresentaram um índice pouco maior que a média nacional: 35% e maior também que a do Ceará, que corresponde a 25,1% (Figura 13). Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais 2004, feita a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para 2003, os casos de famílias com mulheres como a pessoa responsável passaram de 22,3% para 28,8% entre 1993 e 2003. Estes dados estão muito próximos aos obtidos no levantamento feito pelo Dieese, em março de 2004, o qual informa que nos últimos 10 anos o percentual de mulheres chefiando a casa passou de 20% para cerca de 28% ou 30%.

Desde a década de 80 vem crescendo continuamente a proporção de mulheres como pessoa de referência da família. Para o IBGE, o aumento da responsabilidade feminina nas famílias "está relacionado com o crescimento da importância socioeconômica do papel da mulher e como ela se insere no contexto familiar". O instituto considera que a indicação de uma pessoa como responsável ou de referência na família é feita com base na autoridade moral ou financeira.

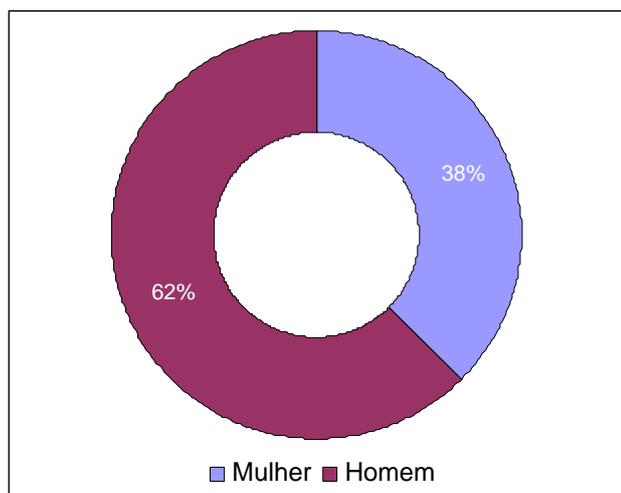


FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS CHEFES DE FAMÍLIA
FONTE: Dados da Pesquisa

O estudo de Guimarães (2000), faz uma consideração interessante a respeito da presença da mulher como chefe de família. Segundo a autora, na atual sociedade é crescente o fato da mulher chefe de família, onde ela é pai e mãe, tendo que trabalhar fora de casa para prover ou complementar o sustento do lar sem deixar a dedicação afetiva para com os filhos.

Com base nos dados obtidos, verifica-se ainda, que 57,5% das famílias têm chefes brancos e 42,5% pardos; quando homens, têm-se 50% das duas etnias, quando mulheres, são 71,4% brancas e 28,6% pardas. Esse fato é bem diferente do apresentado pelo IBGE, que aponta que na maioria das unidades da federação em 2002, predominam entre as chefes de família mulheres as pretas e pardas.

Embora o termo ‘moreno’ seja o mais utilizado, não faz parte da classificação, portanto, usou-se o termo ‘pardo’. Essa classificação de cor ou raça é a utilizada pelo IBGE – que tem, atualmente, cinco categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena – e vista no artigo de Osório (2003), no qual são abordadas a classificação e a identificação racial. A diferença entre estas é que a classificação consiste no conjunto de categorias que os sujeitos são enquadrados, enquanto que a identificação é a forma pela qual se define a pertença dos indivíduos nos grupos raciais, ou seja, a auto-atribuição. No caso em estudo, foi feita a classificação, isto é, definiu-se previamente a classificação em branca, parda e preta e, no ato da entrevista prevaleceu o ponto de vista do pesquisador, ou seja, foi a cor observada e não a auto-atribuída. Ainda de acordo com Osório (2003), esse aspecto é sempre questionável pois o limite fronteiriço das cores é relativa para cada entrevistador, entretanto, como a pesquisa foi realizada apenas por uma pessoa, o critério foi o mesmo.

Convém salientar que não existe uma classificação internacional para raças ou para etnias. Nos diferentes países, conceitos como nação, povo, etnia, tribo e raça recebem definições e conteúdos locais, pois as bases importantes para a delimitação das fronteiras entre grupos sociais são produzidas pela história de cada sociedade. A classificação racial brasileira é única e reflete em grande grau a própria história nacional.

4.2 Análise da qualidade de vida e do desenvolvimento humano das famílias das bordadeiras de Itapajé –

CE

Se o progresso é conquistado com base na disparidade entre grupos sociais, étnicos e/ou regionais, onde uns progridem e outros ficam para trás, o verdadeiro progresso – aquele em que as pessoas realmente crescem – ainda está por vir. (A autora).

Com o objetivo de verificar os índices de qualidade de vida e de desenvolvimento humano das famílias pesquisadas, procurou-se conhecer os fatores que interferem diretamente em suas condições de vida, através dos dados coletados em observações e entrevistas. De posse desses dados – objetivos e/ou subjetivos – procedeu-se à construção dos índices de qualidade de vida e de desenvolvimento humano. Acesso à educação, condições de saúde, condições sanitárias e de moradia, formas de vida e lazer, situação ocupacional, relações de consumo, expectativa de vida e renda são os indicadores utilizados para a construção dos referidos índices. Vale ressaltar que os valores apresentados refletem tanto os escores quanto o grau de satisfação de cada entrevistada em relação aos indicadores em questão.

4.2.1 Acesso à educação

O indicador educação refere-se ao grau de instrução através do ensino formal ministrado pelas escolas que as entrevistadas tiveram acesso. Os valores absolutos e relativos desse indicador podem ser vistos na TABELA 6.

TABELA 6 – INDICADOR EDUCAÇÃO: VARIÁVEIS

Grau de Instrução	Frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Analfabeto, alfabetizado, ensino fundamental incompleto	22	55,0
Ensino fundamental completo, ensino médio incompleto	8	20,0
Ensino médio completo, nível técnico	9	22,5
Nível Superior	1	2,5
TOTAL	40	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme os dados anteriores, 75% das entrevistadas não chegaram a concluir o ensino médio, sendo, portanto, baixo o seu nível de escolaridade como abordado na seção anterior. Diante desse quadro, procurou-se verificar o nível de instrução dos filhos das bordadeiras que pode ser visto na TABELA 7:

TABELA 7 – ESCOLARIDADE DOS FILHOS DAS BORDADEIRAS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa parcial (%)	Frequência relativa do total (%)
Na faixa etária	Ensino Fundamental (cursando)	46	69,7	53,5
	Ensino Médio ou Técnico (cursando)	15	22,72	17,45
	Ensino Superior (cursando)	1	1,51	1,16
	Não estão cursando	4	6,07	4,65
Subtotal		66	100,0	76,76
Fora da faixa etária (estão cursando ou já concluíram)	Ensino Fundamental incompleto	8	40	9,30
	Ensino Fundamental completo	2	10	2,32
	Ensino Médio incompleto	2	10	2,32
	Ensino Médio completo	8	40	9,30
Subtotal		20	100,0	23,24
Total		86		100,0

FONTE: Dados da Pesquisa.

Observa-se que 93,93% dos filhos que se encontram na faixa etária cursam as séries equivalentes, apenas 6,07% não estão cursando, e estes resultados são bastante satisfatórios quando comparados às médias nacionais e regionais. Os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) - Censo Escolar 2003 -, demonstram que 38,92% das matrículas no Nordeste são de crianças fora da faixa etária e no Brasil essa realidade corresponde a 27,12% das matrículas, desta forma, ter 23,24% dos

estudantes fora da faixa etária, no meio rural onde a educação é um recurso mais dificilmente disponível às comunidades, nosso núcleo de estudo apresenta um percentual não tão desfavorável.

Comparando-se os resultados entre pais e filhos, o nível educacional dos filhos é bem superior, este fato, porém, não reflete no nível de satisfação como pode ser verificado na TABELA 8.

TABELA 8 – INDICADOR EDUCAÇÃO: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Baixa satisfação	24	60,0
Média satisfação	7	17,5
Alta satisfação	9	22,5
Total	40	100,0

FONTE: Dados da Pesquisa.

De acordo com as respostas das bordadeiras, 60% responderam que tinham baixa ou nenhuma satisfação, às vezes referindo-se às atuais condições, noutras, às condições que tiveram no período escolar. Esse nível estava, em sua grande maioria, associado ao fato de a entrevistada ter grau de instrução muito baixo como analfabeta ou ter baixíssima capacidade de leitura, escrita e operações de matemática. Algumas vezes relataram sobre as dificuldades de escolas nas proximidades da residência (no caso do Barateiro) e em outras, sobre a não oferta de escolas de nível superior pois o município não dispõe de faculdade e, se os filhos forem cursar o terceiro grau, têm que se deslocar para o município de Sobral o que para muitos é impossível pelo fator econômico.

Nota-se que, mesmo havendo apenas uma entrevistada que concluiu o nível superior, 22,5% têm satisfação máxima em relação à educação em sua casa. Este fato pode estar associado à realização dos pais em fornecer para os filhos a educação que não teve. Conforme observado no item anterior, a população é bastante jovem (64% têm menos de trinta anos de idade, sendo 36,3% menores de 16 anos) o que significa ter muitas pessoas em idade escolar e que estão dentro da faixa, portanto, motivo para a satisfação dos genitores.

Conforme a metodologia utilizada, os pontos e escores obtidos serão utilizados para o cálculo do indicador educação. Este, é um dos componentes dos índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano que será demonstrado mais à frente na composição desses índices.

4.2.2 Condições de saúde

Neste item foram identificados a existência e periodicidade de médico ou agente de saúde, a existência de posto médico, tipos de remédio mais utilizados, nível de vacinação e ocorrências de doenças mais comuns.

De uma maneira geral, nota-se na TABELA 9 que a comunidade é bem assistida com serviços de enfermagem (95%) e razoavelmente bem por médico (75%), pelo menos no atendimento clínico geral pois se precisar de especialistas as pessoas têm que ir à sede do município ou à capital.

TABELA 9 – INDICADOR SAÚDE: VARIÁVEIS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Posto de saúde c/ primeiros socorros	Não	2	5
	Sim	38	95
Presença de médico / agente de saúde	Não	2	5
	Sim	38	95
Frequência do médico	Inexistente	2	5
	Mensal	4	10
	Semanal	30	75
	Diária	4	10
Tipo de remédio mais utilizado	Caseiro	19	47,5
	De farmácia e caseiro	14	35
	De farmácia	7	17,5
Ocorrência de vacinação (*)	Grupo I	1	2,5
	Grupo II	0	0
	Grupo III	39	97,5
Incidência de doenças nos últimos 5 anos (**)	Grupo I	26	65
	Grupo II	6	15
	Grupo III	1	2,5
	Grupo IV	4	10
	Grupo V	10	25
(*)	Grupo I	Antipólio/varíola/tríplice	
	Grupo II	As anteriores mais sarampo/BCG	
	Grupo III	As anteriores mais MMR/meningite/hepatite/gripe	
(**)	Grupo I	Diarréia/verminoses	
	Grupo II	Catapora/papeira/sarampo/tubéola	
	Grupo III	Pneumonia/tuberculose	
	Grupo IV	Hipertensão/doenças cardíacas, renais e reumáticas	
	Grupo V	Nenhuma doença	

FONTE: Dados da Pesquisa.

Em relação à utilização de medicamentos verifica-se que 82,5% usam remédios caseiro e de farmácia e 47,5 usam somente remédio caseiro (fitoterápicos), e apenas 17,5% usam apenas remédios alopáticos (de farmácia). Estes resultados retratam dois aspectos: os remédios caseiros são de mais fácil acesso, passam de geração em geração, é a cultura popular que dita as regras e o outro é que os remédios alopáticos custam caro e nem sempre estão disponíveis gratuitamente.

É considerado fitoterápico toda preparação farmacêutica (extratos, tinturas, pomadas e cápsulas) que utiliza como matéria-prima partes de plantas, como folhas, caules, raízes, flores e sementes, com conhecido efeito farmacológico. O uso adequado dessas preparações traz uma série de benefícios para a saúde humana ajudando no combate a doenças infecciosas, disfunções metabólicas, doenças alérgicas e traumas diversos, entre outros. Associado às suas atividades terapêuticas está o seu baixo custo; a grande disponibilidade de matéria-prima (plantas), principalmente nos países tropicais; e a cultura relacionada ao seu uso. (MATOS, 2000).

De acordo com Ferreira (1988), alopatia significa “Sistema terapêutico que consiste em tratar as doenças por meios contrários a elas, procurando conhecer suas causas e combatê-las. [Termo introduzido por Hahnemann (v. *homeopatia*) em cerca de 1850, com referência a qualquer outro método de cura que não o homeopático, e que, posteriormente, passou a abranger quaisquer outras práticas da medicina exercidas por médicos graduados em escolas não homeopáticas. Cf. *homeopatia* (1) e *isopatia*.]”.

Dois aspectos que devem ser observados para se caracterizar o nível de assistência na saúde são: o grau de vacinação das crianças e o nível de ocorrência de doenças. Para apreender esses dados, buscou-se conhecer o cartão de vacinação das crianças e obter informações sobre as doenças. É bastante positivo o fato de que apenas uma criança não recebeu as vacinas básicas (primárias) que são a antipólio e a tríplice DPT acelular, de proteção à poliomielite e à difteria, tétano e coqueluche, respectivamente; isto implica que 97,5% da população receberam as devidas vacinas, entretanto, mesmo só um caso de não vacinação, não há justificativa diante das contínuas campanhas de vacinação que o governo vem praticando e, entre elas, há treze anos atua para a erradicação da poliomielite.

Por outro lado, a ocorrência das chamadas “doenças de países em desenvolvimento” existe com elevada incidência, especialmente diarreias e verminoses (65%). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o principal problema de saúde continua sendo o controle das bactérias, vírus e parasitas transmitidos pela água, especialmente em países em desenvolvimento. Conforme a TABELA 9 nos últimos cinco anos ainda ocorreram seis casos de doenças como catapora, rubéola, sarampo e papeira, contudo, foram de intensidade bastante leve. Acredita-se que

este nível de intensidade seja decorrente do fato de que os acometidos estavam vacinados. Outra moléstia considerada doença de países em desenvolvimento, a pneumonia acometeu somente uma criança e as outras doenças identificadas ocorrem mais em pessoas de idade mais avançada como as cardíacas e reumáticas. Convém ressaltar que das quarenta famílias, 25% não sofreram nenhum tipo de doenças no último quinquênio, além de gripe.

Ainda sobre a variável incidência de doenças nos últimos cinco anos, observa-se que os dados referentes mostram uma somatória superior a 100%, pois às famílias foi dada a opção de responder a mais de um grupo.

Os resultados apresentados na TABELA 10 demonstram que quase metade da população considera o aspecto saúde muito ruim, portanto, a prestação dos serviços de saúde está muito aquém do necessário. Durante as conversas, percebeu-se que essa insatisfação está mais ligada aos preços dos remédios, que não têm como adquiri-los por valores mais acessíveis, tanto é que apenas 17,5% utilizam apenas remédios de farmácia.

TABELA 10 – INDICADOR SAÚDE: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	18	45
Média satisfação	13	32,5
Alta satisfação	9	22,5
Total	40	100,0

FONTE: Dados da Pesquisa

Obter 55% de satisfação de média a alta no setor de saúde demonstra que as pessoas têm suprido as necessidades mínimas de assistência médica. Considerando as dificuldades que o serviço público de saúde passa em todo o país, a realidade apresentada está em nível mais elevado que o geral.

4.2.3 Condições sanitárias e de moradia

Quase todas as entrevistas foram realizadas nas casas das entrevistadas, com exceção de duas que foram feitas no local de trabalho.

Os dados da TABELA 11 mostram os aspectos sanitários e estruturais das residências, onde foram identificados a situação de posse, tipo de construção, cobertura e piso da casa, fonte de iluminação, destino dado ao lixo e às fezes, abastecimento e tratamento dado à água, como também o número de cômodos.

TABELA 11 – INDICADOR MORADIA: VARIÁVEIS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Situação de posse	Alugada	9	22,5
	Própria	31	77,5
Tipo de construção	Taipa	3	7,5
	Tijolo sem reboco	9	22,5
	Tijolo com reboco	28	70
Cobertura da casa	Telha	40	100
Tipo de piso	Barro	1	2,5
	Cimento	28	70
	Cerâmica	11	27,5
Fonte de iluminação	Energia elétrica	40	100
Destino das fezes	Proximidades de plantações		
	Jogadas no lixo	1	2,5
	Fossa séptica	39	97,5
Destino do lixo	Proximidades de plantações e ou rios	6	15
	Enterrado / Queimado	7	17,5
	Coleta	27	67,5
Abastecimento de água	Sim	40	100
Tratamento dado à água	Nenhum / côa	12	30
	Filtrada / clorada	26	65
	Purificador	2	5
Número de cômodos	Até 4 cômodos	9	22,5
	5 ou 6 cômodos	12	30
	Mais de 6 cômodos	19	47,5

FONTE: Dados da Pesquisa.

O nível de moradia das famílias pode ser considerado bom pois, de acordo com os dados acima, com exceção do destino do lixo, as demais condições encontram-se em nível que atende às necessidades embora tenha sido demonstrado pelas entrevistadas, nível de satisfação variado, conforme a TABELA 12. Considerando o nível máximo de cada variável percebe-se que 69,25% das residências estão entre as que apresentam as melhores condições. 100% das famílias desfrutam de energia elétrica, água encanada e têm sua casa coberta com telha. Estes fatores permitem certo nível de conforto.

Em todas as casas visitadas verificou-se que os serviços que têm cobertura completa são de iluminação elétrica e de abastecimento d'água. Em relação ao serviço de telefonia, apenas 17,5% das famílias têm telefone fixo e 7,5%, telefone celular. Muito embora este serviço tenha tido considerável aumento da oferta

em nível nacional além da expressiva expansão da linha móvel celular, o meio rural ainda não o tem em nível de excelência.

A água consumida nas comunidades pesquisadas é fornecida pelo abastecimento d'água do município, portanto, água potável, que deve apresentar as características físicas, químicas e microbiológicas adequadas ao consumo humano. Porém, nem sempre a estação de tratamento faz a retirada completa de matérias orgânicas, ou seja, é possível que a água não esteja totalmente livre de contaminação logo, cada residência deve adotar um meio de melhor potabilidade desta água. Entretanto, 30% das famílias não dão nenhum tratamento, consumindo-a como obtém ou pelo menos cõa. O processo de coar não permite nenhuma prevenção de doenças uma vez que todos os microorganismos (germes, bactérias, protozoários, etc.) existentes são digeridos pelas pessoas. Mais um fator que influencia diretamente a incidência das doenças supra citadas. Nota-se que 65% das famílias utilizam o filtro ou a colocação de cloro, entretanto, diante do número elevado destas doenças, questiona-se se realmente os recursos estão sendo utilizados adequadamente.

O aspecto 'destino dado ao lixo' é crítico na comunidade Camará, situada no alto da serra, que não tem coleta de lixo e as pessoas o colocam nas redondezas, próximo às plantações e/ou rios ou o queimam. Segundo o IBGE, 64% dos municípios brasileiros depositam seu lixo de forma inadequada, em locais sem controle sanitário ou ambiental. Os resíduos sólidos jogados no ambiente além de alterar a paisagem e produzir mau cheiro, são focos de contaminação. Sua degradação proveniente da exposição ao sol e à chuva, infiltra na terra, levando à contaminação do solo e das águas subterrâneas. De acordo com o Consumo Sustentável: Manual de Educação (IDEC, 2002), ao serem decompostos, os materiais orgânicos (restos de alimentos, verduras, etc.) produzem diversos gases principalmente o metano (CH₄), um gás tóxico e inflamável que mata a vegetação; forma-se, também o dióxido de carbono (CO₂) que, junto com o metano e outros gases presentes na atmosfera, contribui para o aquecimento da terra, sem mencionar alguns resíduos domésticos (pilhas, lâmpadas fluorescentes, produtos de limpeza, etc.) que contêm significativas quantidades de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente.

Todos estes fatores podem estar associados à alta incidência de doenças como a diarréia e a verminose constatada no item indicador saúde pois o saneamento e a saúde estão intrinsecamente relacionados. Sabe-se, ainda, que o lixo atrai moscas e ratos e diversos insetos que, em contato com o ser humano, transmitem várias doenças como as apresentadas no Quadro a seguir, Figura 14.

Vetores	Formas de transmissão	Enfermidades
Rato e pulgas	Mordida, urina, fezes e picada	Leptospirose

Mosca	Asas, patas, corpo, fezes e saliva	Peste bubônica Tifo murino Febre tifóide Cólera Amebíase Giardíase Ascaridíase
Mosquito	Picada	Malária Febre amarela Dengue Leishmaniose
Barata	Asas, patas, corpo e fezes	Febre tifóide Cólera Giardíase
Gado e porco	Ingestão de carne contaminada	Teníase Cisticercose
Cão e gato	Urina e fezes	Toxoplasmose

FIGURA 14 – O LIXO E AS DOENÇAS

FONTE: IDEC, 2002.

Em relação ao destino das fezes 97,5% das casas dispõem de fossa séptica, apenas uma residência não tem fossa e joga as fezes em sacos nas proximidades de casa. A possibilidade de moscas, mosquitos e outros seres que poderiam surgir devido a presença destes dejetos está excluída, dificultando a proliferação de doenças, o que contrapõe a não coleta do lixo na comunidade de Camará, uma vez que nas comunidades Padre Lima, Barateiro e na Sede todas as casas têm coleta de lixo.

É importante ressaltar que no ano de 2000, a comunidade católica de Itapajé implantou o Programa de Apoio e Geração de Emprego e Renda (PAGE), uma empresa sem fins lucrativos – hoje é uma cooperativa – de compra e venda de material reciclável (papelão, plástico, ferro, alumínio, cobre e outros que possuem o símbolo da reciclagem). São 18 pessoas que trabalham na compra, coleta, classificação e venda do material mas que ainda precisa de maior divulgação, conscientização e adesão da comunidade itapajeense. Dentre as entrevistadas nenhuma participa desse projeto, por desconhecimento ou por falta de interesse.

O relatório do PNAD (2003), divulgou que entre 2002 e 2003, em todas as regiões brasileiras foram observadas melhorias na abrangência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica e telefonia, embora ainda perdurem diferenças marcantes. A região Sudeste apresenta os melhores resultados, ficando os do Nordeste no outro extremo, distanciado dos alcançados nas demais regiões.

Com referência ao tamanho das casas, observa-se que a média do número de cômodos das famílias – que está diretamente relacionada com a satisfação das entrevistadas – não corresponde à média nacional. De acordo com o Censo 2000 (IBGE), a média brasileira de domicílios com até quatro cômodos é de 47,05% onde a maior concentração é nos domicílios com um cômodo, caso não encontrado entre as entrevistadas. A maior concentração encontrada foi nas casas com cinco ou seis cômodos; independente do tamanho, em todas elas estão presentes sala, quarto, cozinha e banheiro.

Diante de todos estes fatores, as entrevistadas falaram sobre seu nível de satisfação em relação a este indicador. Conforme TABELA 13, quase metade demonstrou alto nível de satisfação. Quando relataram baixo nível este era, quase sempre, associado ao tamanho da casa, que é pequeno em relação ao tamanho da família, tanto que, para ter nível de satisfação máximo, 98% disseram que gostariam de mais um ou dois quartos. Convém lembrar que a unidade familiar tem média de 4,15 pessoas/família

TABELA 12 – INDICADOR MORADIA: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	12	30
Média satisfação	10	25
Alta satisfação	18	45
Total	40	100

FONTE: Dados da Pesquisa

4.2.4 Formas de vida e lazer

A qualidade de vida das pessoas está bastante associada às horas de lazer, como essas as desfrutam e aproveitam do que a localidade tem disponível. As administrações públicas muitas vezes aplicam recursos na construção de quadras de esporte visando a retirada dos jovens da ociosidade levando-os a se envolverem com atividades esportivas. Este envolvimento favorece ao melhor desenvolvimento físico, evita o sedentarismo e desvia o jovem de “atrações” como a marginalidade e as drogas.

Neste item foram observadas as seguintes variáveis: importância e valores da família, preferência de atividades lúdicas, o que tem e o que falta na comunidade para melhorar as opções de lazer. Algumas questões são subjetivas mas as opções de resposta foram ordenadas pelo grau de importância designado pelas entrevistadas. Os resultados dessas variáveis encontram-se sistematizados na TABELA 13.

TABELA 13 – INDICADOR FORMAS DE VIDA E LAZER: VARIÁVEIS

Discriminação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	
O que representa a família para você	Importante	10	25
	Tudo na vida	30	75
O que mais a assusta	Falta de saúde / doenças	15	37,5
	Violência / drogas	15	37,5
	Falta de trabalho / não poder estudar	10	25
O que é mais importante na vida	Ter trabalho, qualquer que seja / saúde	25	62,5
	Ter família e filhos / ter um bom emprego / ter um bom marido	12	30
	Ter tempo para lazer, amigos e parentes	03	7,5
O que prefere fazer nas horas de folga	Visitar parentes, amigos / tomar banho de lagoa, açude	27	67,5
	Assistir TV / rádio / ler	10	25

	Descansar	03	7,5
O que precisa ser feito na comunidade para melhorar	Atendimento médico e odontológico / saneamento	19	47,5
	Escolas primárias e secundárias / locais para produção do artesanato	9	22,5
	Açude, ponte / melhoria das estradas	7	17,5
	Escolas de nível superior	5	12,5
Que divertimento deveria ter na comunidade	Quadra de esporte / parque infantil	25	62,5
	Pólo turístico / praça / teleposto	8	20
	Cinema / Clube	7	17,5

FONTE: Dados da Pesquisa.

Os laços familiares ainda são muito fortes nas relações afetivas, conforme a TABELA 13. Em diversas ocasiões foi presenciado atos de atenção e de preocupação com os filhos, com a harmonia dos membros da família; entretanto, vê-se certa divergência quando se pergunta o que é mais importante na vida. Quando a resposta é ter emprego e saúde (opção que apresenta maior percentual) a justificativa é que sem emprego ou saúde, fica difícil manter a família nas mínimas condições de vida, principalmente a alimentação: todas as preocupações são direcionadas ao bem-estar da família. Este fato é reforçado quando se questiona o que mais assusta a entrevistada e 75% se dividem entre a possibilidade da ocorrência de doenças e de envolvimento com drogas e violência.

Os dados apresentados na TABELA 13 não incluem o bordado como atividade cultural ou de lazer e isto pode indicar que o bordar não se constitui expressivamente numa atividade lúdica, uma vez que funciona como meio de sobrevivência. Os resultados desta Tabela mostram que em virtude da ausência de opções para lazer como cinema, clube, quadra de esportes ou até mesmo de praças, as pessoas têm como maior diversão visitar parentes e amigos e aproveitar os açudes e lagoas da redondeza. Um quarto (25%) das entrevistadas também gostam de assistir televisão, eletrodoméstico presente quase na totalidade das famílias. Apenas três pessoas se dedicam à leitura o que reflete o nível cultural, de educação, de formação e o acesso das pessoas aos livros.

Fazendo um paralelo com as informações das TABELAS 13 e 14, percebe-se que a satisfação das entrevistadas neste indicador, é muito baixa, podendo ser associada em grande parte pelas deficiências no atendimento odontológico, pelas poucas opções de lazer e de escolas como também demonstrado em outros momentos, a carência financeira. Outro aspecto considerado por elas muito forte, foi a questão da (in)segurança em função de um episódio que ocorreu neste período, o qual compreendeu a chacina de uma família por elemento conhecido de todos. Este fato abalou a cidade e todas as pessoas se referiam como um indicativo da evolução da violência na localidade.

TABELA 14 – INDICADOR FORMAS DE VIDA E LAZER: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	22	55
Média satisfação	16	40
Alta satisfação	2	5
TOTAL	40	100

FONTE: Dados da Pesquisa

4.2.5 Situação ocupacional

A definição dos papéis do homem e da mulher no âmbito familiar é construído ao longo do tempo mas que vem sendo redefinido conforme as alterações sociais e econômicas que a sociedade vem se submetendo e se adequando às circunstâncias e condições de gênero. VIEIRA (2001, p. 75) cita o cientista social Antonio Negri na seguinte fala:

Trabalhar conjuga-se antes no feminino do que no masculino. Na sociedade pós-moderna a mulher se torna modelo para as formas de produção. E que, portanto, os homens, para produzir, têm de algum modo que se feminizar. (...) A sociedade mais rica e produtiva é a que consegue pôr no trabalho o mais rico e produtivo intercâmbio social e a mais rica e produtiva geração de subjetividade. Mas, quem estaria no centro da reprodução social da vida, da produção de subjetividade, portanto, se não fossem as mulheres? Quem educa para os valores da vida relacional e afetiva, senão as mães?

Compartilhando desses aportes teóricos observa-se na nossa sociedade que, mesmo ainda havendo certa resistência, aos poucos os homens vêm ocupando cargos anteriormente de dominância feminina, e vice-versa. Especificamente no caso em estudo, a atividade de bordar, predominantemente feminina, vem sendo desenvolvida pelos homens, quer seja marido ou filhos. Alguns fatores são responsáveis por esta ocorrência, tais como: a necessidade de complementar a renda familiar, a ociosidade gerada pela falta de trabalho ou pela falta de qualificação (existem oportunidades de trabalho mas as pessoas se encontram desqualificadas), alterando, assim, os padrões de comportamento e a distribuição de tarefas no âmbito doméstico.

A elevação da expectativa de consumo face à oferta de novos produtos e grande publicidade em torno dos mesmos, são fatores que influenciaram a redefinição do conceito de necessidades econômicas. Dentro desta perspectiva, explica-se a busca do homem em participar de outras atividades até então ignoradas ou subjugadas. Este fato abrange não somente a classe média mas também as classes de renda mais baixa, onde, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a surgir também o anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Como nos diz FREITAS et.al. (1997), chega-se ao ponto de deixar de atender às reais necessidades para a atender às necessidades criadas.

A TABELA 15 expressa os resultados da situação ocupacional da entrevistada e do seu parceiro. Nesta, percebe-se em que 17,5% das famílias, os dois trabalham conjuntamente no bordado. Conforme já citado anteriormente, o homem se dedica mais às etapas de produção em que requer mais força como lavar, engomar e

passar, embora também atue na comercialização onde necessita esforço para deslocamento e transporte das peças produzidas.

TABELA 15 – INDICADOR SITUAÇÃO OCUPACIONAL: VARIÁVEIS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Da (o) entrevistada (o)	Artesã (o)	21	52,5
	Artesã (o) e agricultor (a)	8	20
	Artesã (o) e funcionário público	9	22,5
	Artesã (o) e comerciante	2	5
Do (a) parceiro (a)	Não tem parceiro (a)	12	30
	Artesã (o)	4	10
	Artesã (o) e agricultor (a)	3	7,5
	Agricultor, pedreiro, outros	16	40
	Funcionário público, comerciante ou aposentado	5	12,5
Total		40	100,0

FONTE: Dados da Pesquisa.

Acredita-se que essa divisão ocorra involuntariamente, ou seja, naturalmente, ficando a mulher com as etapas mais minuciosas e detalhadas como a criação execução do bordado além das tarefas domésticas. Alguns consultores especializados em gestão empresarial consideram que a mulher tem mais visão crítica e criativa, percepção mais apurada e a tendência de executar diversas tarefas porque é mais versátil. Tantas qualidades refletem não somente neste estudo de caso mas na participação da mulher no mercado de trabalho que tem se alterado a taxas crescentes nas décadas mais recentes; sua facilidade e maior versatilidade de trabalhar em equipe, de relacionamento e de delegar poderes são alguns dos outros motivos considerados para esta elevação.

As atividades desempenhadas pelas entrevistadas permitem grau satisfatório de médio a alto nível em 62,5% delas, devendo-se considerar que mais da metade tem como atividade principal o artesanato. As bordadeiras que declararam alto nível de insatisfação justificam que este é decorrente da inexistência de lucro, das dificuldades de venda e das circunstâncias desfavoráveis pelas quais as famílias passam em relação à ausência de dinheiro para as necessidades básicas ou pela impossibilidade de adquirir bens considerados supérfluos.

TABELA 16 – INDICADOR SITUAÇÃO OCUPACIONAL: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	15	37,5
Média satisfação	16	40
Alta satisfação	9	22,5
TOTAL	40	100,0

FONTE: Dados da Pesquisa

Situação ocupacional e aquisição de bens estão diretamente ligados uma vez que o segundo depende primordialmente do primeiro partindo-se do princípio que a ocupação seja rentável financeiramente. Os argumentos que definem a insatisfação nos faz perceber que o bordado como atividade econômica principal não dá o retorno financeiro desejado. Comparou-se este aspecto entre as bordadeiras das comunidades Camará e

Barateiro as quais apresentam os maiores níveis organizacionais. As bordadeiras do Barateiro participam do Projeto de Revitalização do Artesanato de Itapajé – Pra-Ita (que será descrito na seção 4.4), são organizadas e têm nível de satisfação de médio a alto, enquanto grande maioria das bordadeiras do Camará não querem nem se interessam pelo Projeto nem por se organizarem, colocando sempre muitas dificuldades em operacionalizar qualquer organização de grupo.

A conscientização da necessidade de organização de grupo, seja em forma de associação, cooperativa ou outro, passa pelo conhecimento e amadurecimento da importância do capital humano.

O cooperativismo surgiu como uma necessidade de reação dos operários perante a exploração dos padrões, ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, em meados do século XVIII. (RIOS, 1987). Ao longo do tempo algumas idéias foram incorporadas, conceitos revistos e hoje, tem-se a concepção de que uma cooperativa baseia-se na iniciativa e articulação dos trabalhadores que queiram se entreatuar e trabalhar em prol comum, tornando-se a cooperativa um instrumento de progresso coletivo.

Veiga e Fonseca (2001), definem o cooperativismo como um sistema que proporciona o desenvolvimento global do indivíduo por meio do coletivo: “É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores.”

No município de Itapajé existe a COOPART – Cooperativa de Artesanato de Itapajé da qual fazem parte apenas cinco bordadeiras dentre as quais a presidente foi entrevistada.

Quando questionadas a respeito de organização, as entrevistadas deram três tipos diferentes de resposta: a presidente da cooperativa falou que o aspecto positivo da cooperativa, mesmo com muitas dificuldades administrativas e operacionais, é que “pelo menos o que fazemos já é encomenda”; as bordadeiras do Barateiro responderam em unanimidade que os trabalhos desenvolvidos na Cooperativa são exclusivos para a Ceart, portanto, todos os padrões do design (formas, cores, desenhos, etc.) são definidos pela instituição e que o pagamento não compensa a pressão – por prazos e uniformidade – além de cercear as principais características que o artesanato tem: a criatividade e a sensibilidade intrínseca a cada um, contrapondo-se aos seus princípios. Desestimuladas, as bordadeiras deixaram de participar da cooperativa.

Na comunidade Camará a resposta foi outra: as pessoas não se dispõem ao compromisso, ao deslocamento, à certeza e permanência do padrão na qualidade do produto e colocam como principal barreira o fato de estar localizada no alto da serra. Nas duas situações, segundo as entrevistadas, a experiência com a cooperativa não tem possibilidade de continuidade, cada uma com sua visão distinta.

A idéia de solidariedade, o desejo de colaborar e de ajudar uns aos outros é fundamental para um movimento de cooperativismo. Ainda de acordo com Rios (1987), os fundamentos do cooperativismo são: i) adesão voluntária e livre; ii) gestão democrática; iii) participação econômica dos membros; iv) autonomia e independência; v) educação, informação e formação; vi) intercooperação e vii) interesse pela comunidade. Diante da realidade presenciada em Itapajé, todas as bordadeiras precisariam ser trabalhadas, capacitadas e

conscientizadas da necessidade – ou não – de uma cooperativa, associação ou outro meio de unidade pela maior qualificação do processo artesanal como estratégia para melhor qualidade de vida.

Percebe-se a necessidade de uma organização social que tenha como princípio produzir, gerir e usufruir, independente de associações ou cooperativas. Para a implementação destas organizações sociais precisa-se da promoção de educação, formação e informação daqueles que provavelmente serão seus membros.

4.2.6 Relações de consumo

...Em cada anúncio “vende-se” “estilos de vida”, “sensações”, “emoções”, “visões de mundo”, “relações humanas”, “sistemas de “classificação”, “hierarquia” em quantidades significativamente maiores que geladeiras, roupas ou cigarros. Um produto vende-se para quem pode comprar, um anúncio distribui-se indistintamente. (ROCHA, 2001, p. 341).

Conforme citado anteriormente, a mídia tem explorado todos os meios publicitários existentes para criar no consumidor necessidades que até então não existiam. Veiculam padrões de comportamento, estilos de vida e determinada visão sobre a realidade, desta forma os objetos deixam de ter apenas valor de uso, adquirindo valor simbólico. Assim, muitas vezes as pessoas sacrificam as necessidades básicas em função de objetos que satisfaçam desejos subjetivos e inconscientes.

Nesta seção foram identificados os bens que as famílias possuem, os quais serão mostrados na TABELA 17. O acesso das pessoas por determinados serviços e a posse de alguns bens duráveis relevantes na atualidade são fatores que se refletem na saúde, no conforto e no acesso à informação da população.

TABELA 17 – INDICADOR RELAÇÕES DE CONSUMO: VARIÁVEIS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Número de refeições feitas por dia	Até 3	9	22,5
	4 ou 5	23	57,5
	6 ou mais	8	20
Proporção da renda gasta com alimentação	Mais de 50%	25	62,5
		12	30
	Menos de 50%	3	7,5
Consumo mensal de combustível	Mais carvão, menos gás butano	21	52,5
	Mais gás butano menos carvão	11	27,5
	Somente gás butano	8	20
Posse de bens duráveis	Possui pelo menos um dos bens do Grupo I	2	5

	Possui pelo menos um dos bens dos Grupos I e II mas não do III e IV	12	30
	Possui pelo menos um dos bens dos Grupos I, II e III mas não do IV	6	15
	Possui pelo menos um dos bens do Grupo I II, III e IV	20	50
Grupo I	Fogão a gás, rádio, máquina de costura, ferro de passar, filtro		
Grupo II	TV, bicicleta, geladeira, sistema de som		
Grupo III	Telefone fixo/celular, vídeo cassete, moto		
Grupo IV	Antena parabólica, automóvel, caminhão		

FONTE: Dados da Pesquisa

Percebe-se a seguir que grande maioria da comunidade estudada (62,5%) gasta quase toda a renda com alimentos e que 57,5% fazem quatro ou cinco refeições por dia; logo, o valor direcionado com alimentação corresponde ao bom número de refeições. Entretanto, este fator não implica uma alimentação saudável. De acordo com Azevedo (2001), não é a quantidade dos alimentos que determina o nível nutricional das famílias mas, a qualidade dos alimentos ingeridos.

Encontra-se um contradição quando se observa a posse de bens duráveis. Na denominação dos bens na última opção onde inclui pelo menos um bem de todos os grupos, encontra-se que 50% têm, pelo menos, um bem do grupo IV que corresponde a veículo ou antena parabólica. Estes bens são de valor alto e de pagamento sacrificado em virtude da baixa renda mas, mesmo assim, os têm.

Alguns autores como Lemos (2002) e Monte (1999), falam que a relação entre a despesa com alimentos e a renda familiar pode ser utilizada como referencial para aferição do nível de pobreza. Quanto for maior esta relação, mais pobre será a família. Ao longo das visitas percebeu-se que os maiores volumes são com a alimentação, seguida de algum desejo de consumo, como celular, moto, antena parabólica e, por fim, se der, móveis e eletroeletrônicos, ou seja, estes últimos em sua maioria foram adquiridos há bastante tempo.

Considerando que estamos trabalhando com famílias do meio rural, os resultados apresentados em relação ao consumo de combustível estão conforme o esperado. A possibilidade de fácil aquisição de carvão e o elevado preço do gás butano, fazem com que 80% consumam carvão sendo que destes, 52,5% utilizam mais carvão do que o gás. Observou-se que muitas famílias utilizam fiapos de pano dos recortes dos bordados e de tubos de linha vazios para a queima no carvão, pois a etapa de engomagem requer o cozimento da goma, tendo, assim, que ‘economizar’.

Ainda de acordo com os dados da TABELA 17, parte-se para o reflexo destes, na satisfação que a entrevistada tem em relação ao aspecto consumo, apresentada na TABELA 18, a seguir. De todos os indicadores avaliados, este é o que propicia o pior nível de satisfação das entrevistadas. Quando questionadas, quase a totalidade argumentou que a circulação do dinheiro é baixa e que os valores monetários que têm acesso não permitem comprar o que precisam, o que querem, o que gostam – a entrevistada e seus familiares.

TABELA 18 – INDICADOR RELAÇÕES
DE CONSUMO: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
---------------------	---------------------	-------------------------

Baixa satisfação	32	80
Média satisfação	6	15
Alta satisfação	2	5
TOTAL	40	100

FONTE: Dados da Pesquisa

Na avaliação das próprias entrevistadas sobre o grau de satisfação deste aspecto, tem-se os seguintes depoimentos:

Tamo muito ruim, é difícil viver com esse dinheiro para comer, pagar energia cara sem falar que roupa a gente custa muito a comprar. Mal dá para viver. (D. Raimunda Vaz – Padre Lima)

O dinheiro é difícil de “entrar” mas quando chega, ligeirinho se acaba. (Maria Cilma – Camará)

Outro fator a ser considerado está diretamente ligado ao bordado: o preço dos insumos, que tem tido frequentes elevações mas o produto desenvolvido não. Aos poucos os custos diretos vão se aproximando do preço de venda reduzindo a margem de lucro e isto as faz ficarem desestimuladas mas, mesmo assim, continuam a fazê-lo, pois têm esperança e expectativa de que conseguirão melhorar a produção e conseqüentemente a renda.

4.2.7 Expectativa de vida

Outro indicador de real importância nesta análise integrada refere-se à longevidade ou expectativa de vida. De acordo com o IBGE, para determinar a longevidade “considera-se o número médio de anos que uma pessoa nascida no município, no ano de referência, deve viver, ou seja, a expectativa de vida no município referente a esse ano.” Este indicador sintetiza as condições de saúde e salubridade local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

No início do século XX, nos Estados Unidos e países mais ricos da Europa, a expectativa de vida ao nascer estava abaixo de 50 anos, entretanto, ao longo do século diversos fatores provocaram uma extensão dos limites da vida média sem paralelo na história da humanidade. O desenvolvimento tecnológico da agropecuária - que permitiu o acesso de grandes massas populacionais a alimentos de melhor qualidade - e os avanços científicos da biologia - que conduziram às noções modernas de higiene e de saneamento básico, controle de doenças, principalmente as infecto-contagiosas, à vacinação em massa, aos antibióticos, à descoberta do colesterol e dos benefícios da atividade física – permitiram a uma queda na mortalidade infantil e proporcionaram a elevação dessa esperança de vida ao nascer. Conforme o IBGE (Censo 2000), a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 72,6 anos

para as mulheres e de 64,8 para os homens. De acordo com a edição de 2004 do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), a expectativa de vida no Brasil é de 68 anos, superior aos países em desenvolvimento (64,6) e à taxa média mundial, que é de 66,9 anos.

Souza (1999), nos fala que no mundo todo a expectativa de vida ao nascer aumentou - no período de 1970 a 1993 - em virtude da erradicação de doenças, do progresso da tecnologia médica, da expansão da rede hospitalar e da melhor nutrição da população em seu conjunto.

Considerado como um fenômeno chamado 'revolução demográfica', esse aumento da longevidade e as perspectivas de aumento dessa expectativa geram a necessidade de maior atenção por parte do setor público, influenciando nas decisões em diversas políticas públicas de seguridade social, como idade de aposentadoria, valores de seguro-saúde, etc. Ocorrendo eventuais distorções nas previsões o governo poderá tomar decisões inadequadas à realidade social. Paralelo a essa elevação outro fato deve ser observado: o crescimento da população mundial, onde mais de um bilhão de pessoas (dados da ONU) em todo o mundo continuarão passando fome, não por falta de recursos naturais, mas como consequência de fatores econômicos, políticos e sociais, como a má distribuição de renda.

Os fatores acima relacionados podem ser considerados quando se observa as características da região Nordeste e da localidade em estudo, onde diversos aspectos interferem negativamente na qualidade de vida, como as condições climáticas que não são favoráveis ao plantio contínuo durante o ano todo, as escassas alternativas para complementação da renda e as políticas públicas que não são suficientes para manutenção de um padrão de vida mais digno.

Para melhor compreensão, convém salientar que o crescimento mundial de expectativa de vida tem dois componentes: o aumento da qualidade de vida da população idosa e a diminuição da mortalidade infantil.

Em relação ao primeiro, diversos fatores interligados, como o aumento da renda média em vários países, melhoria nas condições de educação, evolução da qualidade sanitária, inovações na medicina geriátrica, etc. são responsáveis por esta ocorrência. O segundo componente, que se refere à diminuição da mortalidade infantil, acontece porque a expectativa de vida é calculada através de médias sobre

toda a população, de forma que uma alta mortalidade infantil pode "puxar" para baixo o índice.

Ainda no Relatório do Desenvolvimento Humano, consta que a principal razão para o aumento na expectativa de vida até a década de 50, foi a diminuição da mortalidade infantil. Porém, a partir daquela época, melhorias na condição de vida depois dos 65 anos foram as principais responsáveis.

Em virtude do cálculo da esperança de vida ao nascer ser complexo e envolver várias fases, optou-se por adaptar a metodologia aplicada no IDH municipal que tem como base as perguntas do Censo sobre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos ainda vivos na data em que o Censo foi feito – “no caso da esperança de vida por município, as estatísticas do registro civil são inadequadas”. (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003, p. 11)

Conforme os dados coletados para análise dos aspectos idade e condições de saúde, sanitárias e de moradia, apresentados na TABELA 19, pode-se perceber que dos 157 filhos gerados pelas entrevistadas, 42 morreram correspondendo a 26,75%, ou seja, uma média de natalidade com vida de 73,24%. Tendo como base estes dados, verifica-se um índice de mortalidade bastante elevado. Percebe-se, entretanto, que o maior número de filhos que morreram antes de completar um ano de vida foram de mulheres com mais de cinquenta anos, ou seja, que os óbitos aconteceram, em sua maioria há quase duas décadas. Por outro lado, 52,5% das mães não perderam nenhum filho.

Ainda a partir dos resultados da TABELA 19, tem-se que a média de filhos por entrevistada é de 4,08 logo, se comparada à média brasileira, esta taxa pode ser considerada elevada pois a taxa nacional é de 2,3 filhos por mulher, ou seja, quase o dobro, sendo a taxa nordestina muito próxima a esta, em valores referentes ao Censo de 2000. Conforme o IBGE, esta taxa teve uma queda significativa entre o período de 2001 a 2003, apresentando média de filhos por mulher caindo de 2,33 para 2,14, respectivamente, com tendência à continuidade de queda.

Vale ressaltar que existe grande relação entre a média de filhos por mulher com o grau de escolaridade: enquanto as mulheres de nível universitário hoje têm em média 1,4 filho, as analfabetas têm 4,4. Acredita-se que o conhecimento e o acesso às informações e aos métodos contraceptivos sejam verdadeiros

condicionantes ao número de gestações. O planejamento familiar é inacessível aos que mais precisam dele; aqueles que têm melhores condições financeiras, têm acesso garantido à pílula, injeções e adesivos anticoncepcionais, preservativos de qualidade, DIU, laqueadura, vasectomia e, em caso de falha, ao abortamento

TABELA 19 – INDICADOR EXPECTATIVA DE VIDA: VARIÁVEIS

Discriminação		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Número de gravidezes	Mais de 5	9	22,5
	De 3 a 5	18	45
	Até 2	8	20
	Nenhuma	5	12,5
Resultado das gestações	Menos de 50% vivos	4	10
	Mais de 50% vivos	11	27,5
	Todos vivos / Não teve filhos	25	62,5
Idade dos filhos quando morreram	Até aos 3 meses	8	20
	De 4 meses a 1 ano	5	12,5
	Acima de 1 ano	2	5
	Nenhum morreu / Não teve filhos	25	62,5
Causa das mortes	Desidratação, diarreia	5	12,5
	Indefinida, mal de sete dias	9	22,5
	Problemas da mãe	1	2,5
	Sem mortes	25	62,5
Número de pessoas por família	De 7 a 8	4	10
	De 5 a 6	17	42,5
	De 3 a 4	13	32,5
	Até 2 pessoas	6	15
Idade média da família	Até 28 anos	24	60
	De 29 a 56 anos	14	35
	De 57 a 84 anos	2	5

FONTE: Dados da Pesquisa.

A causa *mortis* é também reflexo das condições de vida das famílias. Doenças como desidratação e diarreia são fortes indicadores da ausência de saneamento básico e da inexistência ou ineficiência das condições básicas de saúde e alimentação adequada, características de países pobres ou em desenvolvimento.

No gráfico a seguir é demonstrada a variação das taxas de fecundidade (média anual de filhos por mulher por ano) do Brasil e de suas regiões. Observa-se que a Região Nordeste apresenta a segunda taxa mais alta, bem acima das médias nacionais, durante o período de 1940 ao ano 2000, Figura 15.

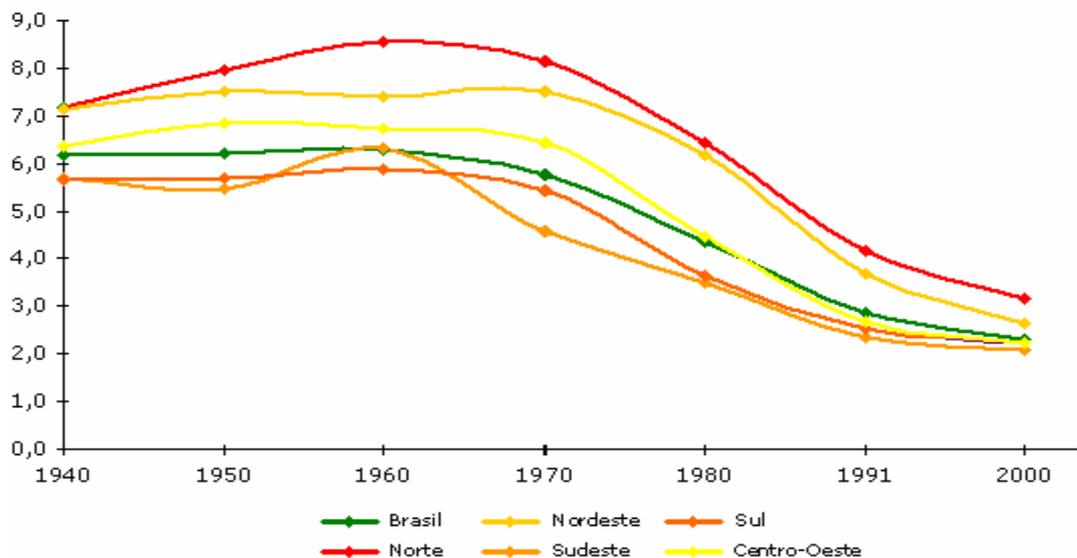


FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1940/2000

FONTE: Censo Demográfico 2000, Fecundidade e Mortalidade Infantil, resultados preliminares da amostra. IBGE, 2002.

Verifica-se neste gráfico que, ao final da curva, todas as médias tendem a se aproximar da média brasileira mas mesmo assim, a taxa nordestina fica abaixo apenas da Região Norte. Em dados reais enquanto o Brasil tem, no ano 2000, média de 2,32 e a Região Nordeste tem 2,64, o Ceará apresenta uma taxa de 3,12 filhos por mulher, maior até que a média da Região Norte que é de 3,09, segundo o IBGE.

O nível de satisfação das entrevistadas quanto à expectativa de vida é expressado na TABELA 20. 87,5% apresentam satisfação de média a alta, crê-se que em virtude de ser uma população jovem, visualizam este aspecto como positivo. Estão satisfeitas com o seu estado de saúde, com a idade que têm e a de seus familiares, sem vislumbrar ou ser consciente das perspectivas.

TABELA 20 – INDICADOR EXPECTATIVA DE VIDA: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	5	12,5
Média satisfação	19	47,5
Alta satisfação	16	40
Total	40	100

FONTE: Dados da Pesquisa

Alguns cientistas e pesquisadores sugerem que não só a condição econômica mas também - e especialmente - as conquistas, o prestígio e a auto-estima são elementos determinantes da duração da vida. Os três primeiros elementos não são tão presentes na vida das pessoas pesquisadas, sabe-se, também, que quanto mais socialmente coerente, menor a graduação da expectativa de vida da população, entretanto, a auto-estima não é tão decadente como mostra a TABELA 20.

4.2.8 Renda

Outra abordagem que merece atenção é em relação à renda da família a qual permite o acesso dos membros a produtos de consumo, a bens duráveis e a outros bens que propiciam conforto, bem-estar e saúde influenciam diretamente na qualidade de vida. A ausência dessa renda gera carências que causam a não satisfação das necessidades básicas humanas. Essas carências se refletem no estado nutricional, na ocorrência de doenças de países pobres, nas condições de moradia, no nível de instrução e, principalmente, nas carências sociais como lazer, cultura, organização social, etc.

Na sociedade capitalista em que nos encontramos é impossível conviver sem renda, sem poder aquisitivo que possibilite o acesso aos elementos essenciais à sobrevivência.

Dentro deste estudo, o aspecto renda vem a ser abordado para compreendermos como as famílias estudadas a obtêm, sua composição e a participação de cada componente. Sendo a renda destas famílias bastante diversificada, esta foi dividida em quatro grupos compostos pela agricultura, salário e/ou comércio, pelo bordado, por fontes do governo e pela aposentadoria e/ou pensão, conforme apresentado na TABELA 21.

TABELA 21 – INDICADOR RENDA: VARIÁVEIS

Discriminação			Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Salário, comércio	agricultura e/ou	Não têm	14	35
		Até R\$ 80,00	3	7,5
		Entre R\$ 81,00 e R\$ 160,00	6	15
		Entre R\$ 161,00 e R\$ 240,00	5	12,5
		Entre R\$ 241,00 e R\$ 320,00	7	17,5
		Entre R\$ 321,00 e R\$ 400,00	3	7,5
		Acima de R\$ 400,00	2	5
		Bordado		Até R\$ 100
De R\$ 101 a R\$ 200	5			12,5
De R\$ 201 a R\$ 300	12			30
De R\$ 301 a R\$ 400	2			5
De R\$ 401 a R\$ 500	1			2,5
Maior que R\$ 500	9			22,5
Fontes do Governo		Não têm	24	60
		Até R\$ 20,00	3	7,5
		Entre R\$ 21,00 e R\$ 40,00	4	10
		Entre R\$ 41,00 e R\$ 60,00	3	7,5
		Entre R\$ 61,00 e R\$ 80,00	5	12,5
		Acima de R\$ 80,00	1	2,5
Aposentadoria / Pensão		Não têm	26	65
		Até R\$ 260,00 (1 Salário Mínimo)	5	12,5
		Entre R\$ 261,00 e R\$ 520,00 (1 a 2 SM)	8	20
		Entre R\$ 261,00 e R\$ 520,00 (1 a 2 SM)	0	0
		Acima de R\$ 780,00 (de 3 sm)	1	2,5
Renda Familiar Total		Até 1 Salário Mínimo	7	17,5
		Entre 1 e 2 SM	14	35
		Entre 2 e 3 SM	8	20
		Entre 3 e 4 SM	1	2,5
		Acima de 4 SM	10	25

FONTES: Dados da Pesquisa..

Sabe-se que as comunidades pesquisadas encontram-se no meio rural, entretanto, conforme a TABELA 21, observa-se que 35% das famílias não têm qualquer renda proveniente da agricultura, salário ou comércio e, da maioria que tem (17,5%), os valores equivalem entre R\$ 241,00 e R\$ 320,00. 45% das famílias falaram que “retiram alguma coisa da agricultura” mas tudo o que é produzido, é utilizado no consumo e que este ainda precisa ser complementado através de compra. Em apenas três famílias a participação da agricultura é superior a 75% como fonte de renda. De acordo com Romeiro (et al., 1994), que debatem sobre o relatório da FAO, de 1993, a renda autoconsumo é gerada pela atividade de consumo de sua própria produção, ou seja, equivale à renda que o agricultor obteria se a vendesse ao invés de consumi-la. Entretanto, a capacidade de sobrevivência da pequena produção é limitada por diversas razões como acesso e qualidade da terra, irrigação, recursos financeiros, etc.

De uma maneira geral, a agricultura não produz renda além de ser necessário às famílias, a compra complementar de alimentos de origem agrícola. Dessa maneira, fica em risco a possibilidade da segurança alimentar e nutricional que consiste em garantir, a todos, condições de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes e saudáveis, e de modo permanente, que correspondam aos vários sentidos simbólicos de que se revestem os alimentos nas diferentes culturas. (PACHECO, 2002).

Juntamente com Azevedo (2000), essa autora relata, também, sobre a adequação de políticas para a valorização e o fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais. A busca e implementação de estratégias para a conservação e utilização econômica de recursos genéticos agrícolas através do resgate, da experimentação, da seleção, do melhoramento, da multiplicação e do uso produtivo do cultivo de diversas culturas, têm enorme importância para a composição da renda, na reprodução das famílias e para o cuidado das criações.

Sob o ponto de vista social, esse modelo estrutura a diversidade dos sistemas de produção, asseguram a reprodução dos vários segmentos de agricultores e a biodiversidade agrícola; reduz a concentração da terra; evita a migração e tende a reduzir problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor (ausência dos efeitos da industrialização da agricultura).

Nesse contexto, Azevedo (2000), realça a necessidade de se construir um mundo de inclusão social, criando e compartilhando a riqueza social com desenvolvimento sustentável e participação coletiva nas políticas públicas. Reunindo-se o pensamento destas duas autoras, percebe-se a necessidade emergente de construir um programa em nível global, numa visão com ponto de vista social, ecológico, político e econômico. Constituindo-se, assim, um desafio promover a segurança alimentar e nutricional sustentável.

A renda *per capita* tem sido usada tradicionalmente como o principal indicador de desenvolvimento. É um indicador importante, mas como média este valor camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa renda, que poderá ser bastante numerosa. Economias com renda muito concentrada, possuem altas rendas *per capita*. (SOUZA, 1999).

A Região Nordeste e em especial o Estado do Ceará, são locais dos mais subdesenvolvidos e carentes do Brasil. Estes aspectos ocorrem, em parte, em decorrência da predominância do clima semi-árido, da elevada concentração de renda, da escassez de recursos hídricos, baixo nível tecnológico, dificuldade de crédito enfim, todos esses elementos aliados à ausência de políticas públicas coerentes com as reais necessidades e, muitas vezes, o não acesso à terra por parte de pequenos produtores. Estes fatores - isolados ou em conjunto - vêm, ao longo do tempo, propiciando para a não efetivação da agricultura familiar levando as famílias a outras alternativas de fonte de renda e à opção de compra dos produtos agrícolas que poderiam ser produzidos por elas mesmas. Estas alternativas surgem para recompor a rentabilidade perdida com a produção de alimentos básicos.

Fernandes Filho e Campos (2003), nos relatam que mudanças estruturais na economia têm causado grandes impactos no meio rural, nas unidades de produção e, principalmente nas de base familiar. Propõem, como uma das alternativas para a recuperação e sustentabilidade dessas unidades familiares, o incentivo ao desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas – a chamada indústria rural artesanal –, que podem melhorar o nível de renda e emprego, contribuindo para o seu desenvolvimento. Os autores citam que essa diversificação de atividades dentro da propriedade, pode ocorrer a partir do fomento de processamento de alimentos como, por

exemplo, a produção de queijo e requeijão na Região Sudeste e rapadura e farinha de mandioca na Região Nordeste. O desempenho destas ou outras atividades artesanais – intensivas em mão-de-obra – relacionadas à indústria rural nos estabelecimentos familiares possibilitam o incremento de suas rendas.

A TABELA 21 nos mostra uma conseqüência da tradição na atividade artesanal aliada a esse projeto, percebe-se nos dados a relação do bordado como fonte de renda: 87,5% obtêm mais de 50% da renda com a venda das peças bordadas produzidas. Percebe-se, ainda, que 30% das famílias têm renda proveniente do bordado, com valores entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00. Como referenciado anteriormente o poder municipal de Itapajé vem, desde o ano de 1999, trabalhando junto às bordadeiras para melhor qualificação da sua produção artesanal. Esse aspecto vem recebendo atenção diferenciada por considerar a importância que a atividade desempenha na economia do município. Diversos segmentos dessa economia estão ligados na atividade artesanal, não se restringindo apenas à atividade no seio doméstico como vejamos: as pessoas que têm diversas máquinas, alugam-nas ou atraem bordadeiras para utilizar sua mão-de-obra; o mercado varejista vende os insumos, compra as peças prontas e as revendem; na “feira do bordado sujo” pessoas compram as peças que precisam de acabamento, lavam, passam e as revendem fora do município; as bordadeiras que participam do PRA-ITA (Projeto de Revitalização de Itapajé) têm loja própria à beira da estrada, local de intenso movimento rodoviário, além daquelas que vendem seus produtos para clientes em Fortaleza.

Os valores anteriormente apresentados podem ser comparados à pesquisa realizada pelo Governo do Estado (citada na seção ‘estudos empíricos’), onde 29% da renda provêm do artesanato e são considerados bastante significativos no orçamento familiar.

Quanto a valores, quase 60% das famílias têm renda superior a um salário mínimo (na época da pesquisa o salário equivalia a R\$ 260,00). 22,5% têm renda maior que R\$ 500,00, encontrando-se valores superiores a R\$ 2000,00, salientando-se que essa renda é proveniente apenas do bordado. À medida que esses valores sobem percebe-se nível mais elevado de participação e envolvimento das profissionais com a qualidade e a quantidade na atividade artesanal. Têm mercado consumidor mais abrangente, utiliza maior quantidade de maquinário e o número de pessoas envolvidas.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega as remunerações de todas as fontes dos seus moradores, a proporção de domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 17,5% e a dos que estavam na faixa de mais de 4 salários mínimos em 25%, havendo uma concentração (30%) nas famílias com renda entre dois e três salários mínimos. Os maiores percentuais na última faixa (acima de quatro salários mínimos) correspondem àquelas compostas por comércio do bordado, aposentadoria ou salário. Estes resultados são superiores aos apresentados pelo IBGE (Censo 2000) que são até três salários mínimos. Brasil, Nordeste e Ceará têm valores correspondentes a 12,42%, 8,4% e 8,2%; para rendas entre três e cinco salários, concentram-se 14,23%, 7,06% e 6,65%, respectivamente. Revela-se assim que as condições na localidade não são tão ruins.

A renda proveniente dos recursos governamentais equivale à participação das rendas advindas de transferências governamentais através de programas

oficiais de auxílio (bolsa escola, bolsa família, auxílio gás, fome zero, cartão cidadão). Algumas entrevistadas reclamam dos critérios de seleção para os benefícios, dos valores que são sempre mínimos e quase sempre são insuficientes para o que se propõem.

Entretanto, em virtude da renda total familiar ser muito baixa (75% têm renda até quatro salários mínimos) esses recursos governamentais são de extrema importância no orçamento doméstico, quase vitais. Com referência à renda per capita – razão entre o somatório da renda de todos os membros da família e o número total desses membros – verificam-se valor de R\$ 641,33, valor bem superior à média nacional, que corresponde a R\$ 379,78, lembrando-se que existe um percentual de 27,26% de miseráveis. Esses valores foram divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (2004) quando ressalta que a pobreza aumentou no ano de 2003 devido, principalmente, à má distribuição de renda e que a desigualdade no Brasil está entre as três maiores do mundo.

Para que possam participar dos programas governamentais de benefício, as famílias não podem ultrapassar meio salário mínimo (R\$ 120,00) na renda per capita (MEC, 2004). A família que apresenta a menor renda per capita encontrada (R\$ 16,00) não tem acesso a nenhum dos benefícios que teria direito, em função desse fator sobrevive da agricultura (autoconsumo) e a única fonte de renda monetária é o artesanato. Nesta mesma situação encontramos cinco famílias (12,5%) que têm como única fonte de renda o artesanato. Verifica-se ainda que 60% não recebem qualquer transferência da renda pública através dos programas das

compensatórias citadas. Neste cenário, percebe-se a ausência de coerência na distribuição dessas bolsas, de controle na implantação dos programas governamentais e na aplicação de políticas destinadas à produção agrícola familiar.

A TABELA 22 nos mostra que 60% da população pesquisada estão insatisfeitos com o nível de renda que têm. Condições financeiras adequadas favorecem às famílias o acesso a bens e serviços que refletem no conforto, no prazer, enfim, na qualidade vida. Dentre os diversos indicadores que observamos, a renda tem influência direta sobre quase todos os outros, entretanto, o indicador que apresenta maior índice de insatisfação é relativo ao consumo, que depende exclusivamente do poder aquisitivo e das necessidades decorrentes e (in)satisfeitas.

TABELA 22 – INDICADOR RENDA: SATISFAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Baixa satisfação	5	12,5
Média satisfação	19	47,5
Alta satisfação	16	40
TOTAL	40	100

FONTE: Dados da Pesquisa

Diferentes níveis de renda monetária são utilizados para aferição e estratificação das classes sociais e, quanto maior a renda, melhores condições de vida. Lemos (2002), explica que o investimento público nas áreas sociais amenizam o estado de pobreza das famílias já privadas de bens materiais, decorrente da deficiência de renda. Em seu trabalho de pesquisa, o autor avalia e verifica a evolução dos índices de pobreza, processo brutal de exclusão social principalmente nas áreas rurais.

O conceito de pobreza perpassa da visão econômica e quantitativa, envolvendo um componente de subjetividade social e ideológica. No Relatório de Desenvolvimento Humano (2004), podemos encontrar que pobreza significa ‘a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano’, ou seja, a ausência total de opções. Esse

conceito vai ao encontro dos argumentos de Cebotarev (1982), – quando relata que a qualidade de vida humana envolve as necessidades biofisiológicas e às de formação intelectual e psicológica – e ao pensamento de Amartya Sen, no qual ao indivíduo devem ser oportunizadas possibilidades de ampliação das capacidades e das alternativas de escolha.

Definir linha de pobreza é bastante complexo por envolver conceitos objetivos e subjetivos, e principalmente se esta definição começar pela determinação arbitrária dos limites de renda. Lemos (2002), relata que a pobreza é um processo de exclusão não apenas pela falta de renda, mas porque também, acarreta na privação das pessoas à utilização de suas energias e seus potenciais assim como também na incidência de doenças, crescimento exacerbado da população (lembrar que na comunidade pesquisada a média de filhos é de 4,08 e a do Brasil é de 2,3), altas taxas de migração além da degradação do meio ambiente e da instabilidade social.

Desenvolvimento significa o padrão das transformações econômicas, sociais, estruturais, através da melhoria qualitativa e do equilíbrio relativo ao meio ambiente. (LEMOS, 2002, p.12).

Reverter o processo de exclusão implica rever decisões e ações das políticas públicas para efetiva implementação do processo de desenvolvimento. A ONU enumera ações prioritárias e emergenciais para a implantação do verdadeiro desenvolvimento e bem-estar humano, partilhando motivação e compromisso das nações. Erradicar a fome e a pobreza extrema, alcançar o ensino primário fundamental, promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental e por fim, promover uma parceria mundial para o desenvolvimento são os objetivos da ONU.

Nesta perspectiva, o fim real do desenvolvimento é o progresso que incida diretamente no bem-estar do ser humano nas suas múltiplas dimensões, portanto, a suma importância das políticas que traduzam riqueza em desenvolvimento.

4.3 Análise da contribuição de cada indicador nos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé - CE

A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; pois ela é apenas útil por causa de outra coisa qualquer. (Aristóteles).

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH (2004), o Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH) enfoca três mensuráveis dimensões do desenvolvimento do ser humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno. No RDH, estas dimensões são consideradas como capacidades essenciais para o progresso do homem, além de uma quarta que é a de participar na vida da comunidade.

As capacidades inerentes a cada indivíduo e as escolhas para eles disponíveis são infinitas e variam de pessoa para pessoa diante das mais diversas situações, logo, avaliar o progresso e o bem-estar de uma comunidade, um estado, um país, dependerá, também, de como essas possibilidades foram oportunizadas para seus habitantes.

A determinação do IDH das bordadeiras de Itapajé, utilizando as mesmas variáveis do IDH oficial compreende aos seguintes resultados, apresentados na TABELA 22:

**TABELA 23 – ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO
DAS BORDADEIRAS DE
ITAPAJÉ/CE.**

Indicador	Contribuição	Participação (%)
1. Educação	0,281250	65,82
2. Expectativa de Vida	0,090088	21,08
3. Renda	0,055990	13,10
Total	0,427328	100
IDH	0,142	

FONTE: Dados da pesquisa.

malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental e por fim, promover uma parceria mundial para o desenvolvimento são os objetivos da ONU.

Nesta perspectiva, o fim real do desenvolvimento é o progresso que incida diretamente no bem-estar do ser humano nas suas múltiplas dimensões, portanto, a suma importância das políticas que traduzam riqueza em desenvolvimento.

4.3 Análise da contribuição de cada indicador nos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé - CE

A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; pois ela é apenas útil por causa de outra coisa qualquer. (Aristóteles).

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH (2004), o Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH) enfoca três mensuráveis dimensões do desenvolvimento do ser humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno. No RDH, estas dimensões são consideradas como capacidades essenciais para o progresso do homem, além de uma quarta que é a de participar na vida da comunidade.

As capacidades inerentes a cada indivíduo e as escolhas para eles disponíveis são infinitas e variam de pessoa para pessoa diante das mais diversas situações, logo, avaliar o progresso e o bem-estar de uma comunidade, um estado, um país, dependerá, também, de como essas possibilidades foram oportunizadas para seus habitantes.

A determinação do IDH das bordadeiras de Itapajé, utilizando as mesmas variáveis do IDH oficial compreende aos seguintes resultados, apresentados na TABELA 22:

TABELA 23 – ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO
DAS BORDADEIRAS DE
ITAPAJÉ/CE.

Indicador	Contribuição	Participação (%)
1. Educação	0,281250	65,82
2. Expectativa de Vida	0,090088	21,08
3. Renda	0,055990	13,10
Total	0,427328	100
IDH	0,142	

FONTE: Dados da pesquisa.

Esta Tabela mostra a formação do IDH com apenas três variáveis. Sua construção baseou-se na média aritmética onde todos os indicadores receberam o mesmo peso. Observa-se que, a partir dos valores obtidos na pesquisa utilizando-se somente três indicadores, a maior participação é do indicador educação (65,82%), seguido pela expectativa de vida (21,08%) e da renda (13,10%). Por ser muito baixa a renda, o poder de compra dos moradores é pequeno, fato que reflete nas condições gerais que influenciam a qualidade de vida dessas pessoas.

O IDH divulgado pelo Anuário do Ceará de 2004 referente ao município de Itapajé corresponde ao valor de 0,641, à 66ª posição no estado do Ceará e à 3905ª no Brasil. No período de 1991 a 2000, o Ceará foi o estado brasileiro que apresentou maior crescimento no IDH, passando de 0,597 para 0,699, com isso saiu da 23ª posição do ranking nacional, em 1991, para a 19ª posição, em 2000. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004). Comparando-se o valor acima (0,641) com o encontrado (0,142), nota-se grande diferença a qual pode ter sido gerada pelos dados obtidos e pela metodologia aplicada no trabalho com os mesmos. Considere-se, também, que a amostra utilizada é relativamente pequena à necessária para avaliação e obtenção do IDH do município, que tem 41.093 habitantes, e que corresponde ao grupo específico delimitado como objeto desta pesquisa – as bordadeiras. Os dois valores acima correspondem a áreas distintas de classificação do desenvolvimento humano. Para este subgrupo (das bordadeiras) esse valor necessita ser elevado através de políticas para melhoria da renda e da qualidade de vida.

Esta classificação varia de zero a um, escala que significa de nenhum desenvolvimento humano a desenvolvimento humano total, respectivamente, e compreende a três estágios: IDH até 0,499 corresponde a desenvolvimento humano

considerado baixo, se o IDH está entre 0,500 e 0,799 é considerado médio desenvolvimento humano e IDH superior a 0,800 corresponde ao desenvolvimento humano considerado alto. A análise destes dados leva à implementação de programas que visem melhorar os referidos índices: pelo Anuário o município tem médio desenvolvimento humano e pelo estudo realizado, as comunidades têm baixo desenvolvimento humano.

O RDH divulgado em novembro de 2004 apresentou considerável diferença do IDH brasileiro nos anos 2003 e 2004, tendo o Brasil saído da 65ª para a 72ª posição, correspondente aos valores 0,773 e 0,775, respectivamente. Contudo, essa diferença deve-se ao fato de que foram usados dados de bases diferentes e mudanças no cálculo de educação, um dos indicadores que formam o Índice de Desenvolvimento Humano. Esta ocorrência não significa queda, pois se tivessem sido usadas as mesmas séries de dados no RDH 2003 que foram usadas no RDH 2004, o IDH do Brasil estaria ocupando melhor posição no ranking. (PNUD, 2004).

De acordo com Souza (1999), embora seja a iniciativa privada o maior responsável pelo crescimento econômico, o Estado tem papel fundamental na organização pelo desenvolvimento, na implantação de infra-estrutura econômica básica, na regulação do crédito e, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança, etc.. Com isso, aumenta-se a oferta dos serviços sociais básicos à população favorecendo à melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Sabe-se que para aferir um índice que compreenda o desenvolvimento global do bem-estar do ser humano, três variáveis não representam com fidedignidade os dados reais. Comparando-se o IQV com o IDH obtidos da mesma comunidade, verifica-se consideráveis diferenças nos valores apresentados. A inclusão de dados referentes às outros indicadores permitem e possibilitam uma análise mais detalhada, próxima e coerente com a realidade observada e vivenciada.

Para quantificar a qualidade de vida da comunidade em estudo, fez-se necessário determinar estas dimensões – chamadas indicadores – de forma qualitativa para serem medidas quantitativamente. A seleção desses indicadores para a análise do Índice de Qualidade de Vida – IQV desta comunidade foi bem além dos três

utilizados para a obtenção do IDH oficial. A complexidade de fatores que envolvem a vida das pessoas, suas atitudes, e o acesso à aquisição de bens e serviços, influenciaram na determinação dos indicadores que o compõem.

Esta análise permite identificar o IQV decorrente dos indicadores pré-determinados bem como a participação de cada um na composição deste índice; neste caso, os indicadores são: acesso à educação, condições de saúde, condições sanitárias e de moradia, formas de vida e lazer, situação ocupacional, relações de consumo, expectativa de vida e renda.

Os resultados presentes na TABELA 24 mostram freqüências absolutas e relativas dos indicadores que formam o IQV do universo pesquisado. O IQV encontrado está no nível de qualidade de vida humano baixo (0,104). Valor pouco inferior ao IQV da comunidade quando foram exploradas apenas as dimensões educação, longevidade e renda (0,142). Considerando que o pior nível varia de 0 a 0,499, as famílias pesquisadas apresenta nível de desenvolvimento humano muito baixo. Verificou-se que, dentre os indicadores que apresentaram maior contribuição para a formação do IQV, destacam-se a educação e a situação ocupacional. Isso revela a importância desses dois indicadores para o bem-estar da população pesquisada.

TABELA 24 – CONTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CADA UM DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DAS BORDADEIRAS DE ITAPAJÉ/CE (SITUAÇÃO I).

Indicador	Contribuição	Participação (%)
1. Acesso à Educação	0,281250	33,67
2. Condições de Saúde	0,069599	8,33
3. Condições de Moradia	0,060797	7,28
4. Formas de Vida e Lazer	0,048457	5,80
5. Situação Ocupacional	0,158796	19,02
6. Relações de Consumo	0,070353	8,42
7. Expectativa de Vida	0,090088	10,78
8. Renda	0,055990	6,70
Total	0,835329	100%
IQV	0,104	

FONTE: Cálculos da autora.

Os indicadores educação e situação ocupacional apresentam algumas singularidades quanto ao grau de satisfação: de média a baixa. Os referidos indicadores têm 77,5%; mas enquanto a educação apresenta 60% de nível baixo a situação ocupacional reflete 37,5% de satisfação baixa, embora ambas apresentem 22,5% de alta satisfação, conforme apresentados e discutidos no item anterior (4.2). Acredita-se que em virtude destes dois indicadores terem poucas variáveis (Situação I), os valores referentes aos mesmos sejam os mais altos.

Assim, procedeu-se os cálculos do IDH incorporando mais outras variáveis para o indicador educação. Supondo-se mais outras duas variáveis para o indicador educação – frequência à escola e os motivos pelos quais a entrevistada deixou de frequentar a escola –, este nível baixa para 0,127778, e os demais resultados ficam alterados na frequência relativa, como pode ser observado na TABELA 25 (Situação II). Essa alteração negativa reforça o teoria de que quanto mais variáveis utilizadas, o resultado se torna mais próximo da realidade observada.

Verifica-se que o IQV cai de 0,104 para 0,085 este fato indica que o indicador educação representa grande participação na construção deste índice (TABELA 25). Considerando a alteração no indicador educação, a participação de cada indicador muda nas referidas proporções. A falta de formação, informação e conhecimento geram resistência e apatia às questões sociais como, por exemplo, à organização de grupos de trabalho, luta por direitos e solução de problemas comuns, entre outras.

TABELA 25 – CONTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CADA UM DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA DAS BORDADEIRAS DE ITAPAJÉ/CE (SITUAÇÃO II).

Indicador	Contribuição	Participação (%)
1. Situação Ocupacional	0,158796	23,28
2. Acesso à Educação	0,127778	18,73
3. Expectativa de Vida	0,090088	13,22
4. Relações de Consumo	0,070353	10,31
5. Condições de Saúde	0,069599	10,21
6. Condições de Moradia	0,060797	8,93
7. Renda	0,05599	8,22
8. Formas de Vida e Lazer	0,048457	7,10
TOTAL	0,68186	100
IQV	0,085	

FONTE: Dados da pesquisa.

Nos resultados acima observa-se que todos os indicadores tiveram uma parcela importante na formação do referido índice. Os indicadores formas de vida e lazer e renda tiveram pouca participação na qualidade de vida. A renda, como é de se esperar no espaço rural nordestino, é muito baixa e esta é realidade na comunidade pesquisada. Dentre os dados encontrados, mais da metade da renda de 87,5% das famílias provém da venda das peças bordadas produzidas. Se houver um trabalho mais intensivo e sistemático, certamente o

número de pessoas envolvidas e a renda gerada da atividade artesanal serão bem superiores, o que poderá trazer uma elevação no IQV das comunidades estudadas.

As formas de vida e lazer dependem, em sua maioria, da infra-estrutura que o município não oferece. Durante as entrevistas e conversas, surgiram solicitações de parques infantis, praças e quadras de esporte, vistas como opções para divertimento principalmente de jovens e crianças. Esta infra-estrutura tem grande relevância para evitar estresse nos membros da comunidade, e favorecem a maiores relações e interações entre as pessoas podendo facilitar, inclusive, maiores e melhores relações sobre a atividade artesanal. Outro fator importante relatado foi a necessidade de melhoria no atendimento médico e principalmente odontológico.

Os demais indicadores – situação ocupacional, educação, expectativa de vida, relações de consumo e condições de saúde, apresentam participação significativa na composição do IQV, variando de 23,28% a 10,21%, de acordo com a TABELA 25. Como foram selecionados oito indicadores, a participação de cada um se torna fragmentado quando comparada à composição de determinado índice que requer apenas três variáveis, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano, portanto, retrata com maior precisão os diversos fatores que afetam e/ou alteram o cotidiano das famílias. Este fato reforça que índices devem ser construídos com o máximo de indicadores e variáveis possíveis para retratar uma realidade com maior clareza e realismo.

Os valores encontrados funcionam como ferramenta poderosa, rica de informações para melhor definir e incorporar estratégias, projetar ações e implantar políticas públicas e programas sociais que satisfaçam, ou pelo menos tentem satisfazer às necessidades coletivas de determinado local.

4.4 O Bordado na vida, na cultura e nas representações sociais das bordadeiras de Itapajé - CE

O artesanato é o fazer diário, necessário e comum. A habilidade de trabalhar qualquer matéria-prima ao alcance das mãos para afeiçoá-la e torná-la útil ao bem-estar dos indivíduos, conferindo a cada peça ou objeto oriundo desse processo características de quem o cria, assim como pode identificar ou caracterizar a região em que se expande. (SALLES, 1983, p. 148).

A extensão do artesanato brasileiro faz-se representar pela diversidade de tipologias e pelo incontável número de objetos, tornando-se um universo inesgotável. Estudiosos como Amadeu Amaral, Souza Barros e Costa Pereira admitem que a formação deste universo tem a contribuição de três linhas que se fundiram, mas que em determinados locais ou regiões, uma se sobrepõe às outras: a arte do índio, do português e do negro, trazendo assim, pesos característicos em regiões diferenciadas.

Outros fatores são fortes influentes determinantes desse universo. Sua abundância e variedade determinam as alternativas possíveis: a diversidade de matéria-prima, das técnicas tradicionais, do equipamento tecnológico e, nas próprias peças, contextura, formato, funções, uso ou destino.

Tipologias como a renda-de-bilro, o labirinto e o bordado foram herdadas do colonizador europeu. (FLEURY, 2002; PEREIRA, 1957). O bordar se constitui num trabalho artesanal realizado por meio de fios sobre o tecido de algodão e ou de linho, tido como atividade ocupacional e geradora de renda monetária, desenvolvida no seio familiar.

No Brasil, a maior representatividade de peças bordadas está no estado do Ceará, e Itapajé é a cidade mais tradicional na produção e comercialização destas peças tipicamente nordestinas. “(...) os bordados respondem pela maior absorção de mão-de-obra feminina e doméstica em todo o Nordeste, desempenhando uma das funções econômicas mais expressivas do artesanato regional”. (PEREIRA, 1979, p. 90).

A oportunidade vivenciada durante o processo de pesquisa possibilitou conhecer, com mais profundidade, o cotidiano das bordadeiras englobando não somente a maneira de trabalhar o processo da atividade, suas dificuldades na criação e na comercialização, mas também sentimentos, emoções e ‘viagens’ que permeiam o seu

imaginário. Fleury (2002, p.32), quando trata da arte como expressão da cultura material (produção de objetos), nos relata que “os fenômenos culturais apresentam-se na forma de idéias, comportamentos e objetos físicos”, e a esse último a autora afirma que a cultura material não é desvinculada do comportamento humano e de suas idéias – a cultura não material.

Por ser uma atividade cultural, o artesanato é inserido nas relações sociais. Dentro deste conceito e, tendo em vista que neste subitem analisamos também o subjetivo, o que vemos e sentimos, faz-se necessário demonstrar como os procedimentos acontecem na comunidade pesquisada:

O dia-a-dia começa para a bordadeira, em sua maioria, no desempenho das tarefas domésticas como preparar café, crianças para a escola e iniciar a preparação do almoço. Em seguida debruçar-se sobre o tecido, quer seja na máquina ou no colo, e bordar, bordar... Interrompendo algumas vezes para conferir a cocção dos alimentos e, quem sabe uma rápida limpeza na casa.

Seguir as etapas de obter o desenho, o risco e riscar no pano, etapas geralmente feitas pela bordadeira e que não recebem a interferência da sua criatividade. Entretanto, quando ela se dispõe a colocar seu toque pessoal, retoques e alterações são feitos levada pelas emoções daquele momento, conquistas e percepção do ambiente que a rodeia. Na ocasião, as idéias fluem e acabam sendo representadas no bordado. Tarefas como recortar as peças (picotar), tirar as pontas de linha, lavar e passar são desenvolvidas por ela quando não tem peças para bordar; depende também do envolvimento de membros da família que muitas vezes são responsáveis por estas etapas.

O processo de criação existe na prática de poucas profissionais. Percebe-se bem na comunidade Barateiro, onde as profissionais participam efetivamente do PRA-ITA*. Elas foram qualificadas e têm a compreensão de identificar elementos da natureza, do cotidiano ou que tenham alguma ligação com o seu dia-a-dia e repassá-los para o papel, avaliar as possibilidades de construção e repassar para a peça a ser confeccionada. As demais se limitam a copiar e reproduzir desenhos inúmeras vezes bordados, em algumas oportunidades, esses riscos sofrem pequenas alterações.

É interessante caminhar nas ruas e vielas escutando o barulho intenso das máquinas vindo por todos os lados. O que outrora era bordado à mão, aos poucos vai sendo substituído pela máquina (Figura 16). Outro detalhe que convém mencionar são os inúmeros

varais (Figura 17) que enfeitam as ruas: o colorido das peças lavadas e engomadas expostas a sol e vento para secarem. Percebi que essa visão é repassada para o desenho nos bordados em forma de aplicação, que retrata fielmente cenas do seu cotidiano.



FIGURA 16 – MULHER BORDANDO À MÃO E HOMEM BORDANDO À MÁQUINA



FIGURA 17 – VARAIS NAS RUAS

Após o almoço, recomeçar a bordar e só parar quando a iluminação natural não mais permite um bordado de qualidade. Contudo tem bordadeira que, alterando esta rotina, acorda as cinco da manhã e borda até às vinte e duas horas. Em algumas famílias as tarefas domésticas são distribuídas e desempenhadas pelas filhas, filhos e marido. Constatou-se que 62% dos membros das famílias desempenham alguma ou algumas das etapas de confecção do bordado e que destas, 70% são mulheres.

A busca pela comercialização ocorre sempre que tem peças prontas – às vezes apenas bordadas e recortadas muitas delas de qualidade questionável (consideradas “bordado sujo”), noutras, a peça acabada, ou seja, lavada, limpa e passada. No último caso as peças têm maior valor de venda, retornando mais lucro às bordadeiras. Peças de ‘bordado sujo’ são vendidas na Feira do Bordado Sujo, que ocorre aos sábados na Praça da sede do município; as pessoas que moram no alto da serra saem de casa ao amanhecer do dia. Nesta feira a oferta

é grande e os preços o mais baixo possível. Discutimos a possibilidade da inexistência da feira, considerando que todas as peças produzidas se apresentassem da melhor forma possível e de melhor qualidade, pois assim elas obteriam preços melhores e podendo atingir outros mercados. Recebemos como resposta os custos para as etapas de finalização, o imediatismo pelo dinheiro e outras dificuldades operacionais. Outro local que permite o mesmo tipo de comercialização, é a Praça dos Correios em Fortaleza. As peças ali encontradas são, em grande parte, de qualidade ruim e preço baixo, mas que, mesmo assim, concorre com o “bordado de Itapajé” de melhor qualidade e acabamento.

Identificou-se que o bordado sujo adquirido é revendido em lojas locais da sede e de Fortaleza, com preços bem superiores aos adquiridos na feira. Mesmo mostrando estas oportunidades, as bordadeiras não se sensibilizaram. Até chegar à conscientização, demandará muito trabalho de grupo, de dinâmicas e de tempo.

Em outras ocasiões, viu-se que algumas bordadeiras nas comunidades serranas compram de outras o bordado sujo, dão o acabamento necessário e vendem as peças tanto nas lojas da cidade quanto na capital. Neste caso, as produtoras acham bom, pois não precisam se deslocar até à Sede.

Ainda existem os casos em que as bordadeiras trocam o bordado sujo por tecidos e linhas, um processo de troca no estilo escambo. As moradoras do Barateiro têm um ponto de venda – disponibilizado pela Prefeitura – bem na localidade e à beira da estrada que dá acesso à região norte do estado. Grande parte das vendas é realizada para viajantes: comerciantes e turistas.

A Loja do Pra-Ita (Figuras 18 e 19) possibilita com maior facilidade a comercialização das peças produzidas pela comunidade do Barateiro, aos ‘passantes da estrada’, uma vez que está situada às margens da BR-222.



FIGURA 18 – LOJA DO PRA-ITA



FIGURA 19- VISÃO DA LOJA PARA A BR-

A noite vai chegando, as luzes acendendo e o barulho das máquinas escutado por todas as ruas, aos poucos, silenciando-se. É a hora de a família verificar o que precisa ser produzido, o que precisa ser comprado ou trocado, assistir à televisão – o divertimento preferido da maioria, pois outras opções noturnas de lazer são poucas ou, dependendo da localidade, inexistem.

O Projeto de Revitalização do Artesanato de Itapajé (*Pra-Ita) foi uma das iniciativas da prefeitura do município para incentivar a produção do bordado, envolvendo os artesãos, estilistas, sociólogo, o Sebrae-CE e a prefeitura no apoio logístico. A metodologia aplicada para a implementação do Pra-Ita constituiu-se de diversas etapas. Inicialmente foi realizado um diagnóstico onde foram captadas informações diversas dos artesãos, como: nome, endereço, tipologia, produção mensal, matéria-prima utilizada e fornecedor, preço, para quem, onde e como vendem as peças produzidas.

“Diante do resultado, objetivou-se renovar e revitalizar o artesanato local, com identidade cultural, originalidade, qualidade e diferencial. Aliando-se artesanato e cultura, é possível desenvolver um artesanato criativo, com história, único, diferenciado, competitivo e com sustentabilidade”. (Iara Braga, estilista).

Três blocos de conhecimento abrangem o Projeto: motivação, empreendedorismo e desenvolvimento de produto. Foi realizada a capacitação dos profissionais através de módulos, onde ocorreram dinâmicas, vivências, oficinas, discussões e jogos oportunizando conhecer etapas de construção do saber e do fazer. Artesanato e cultura foram temas trabalhados no primeiro módulo, a inter-relação entre esses dois elementos e o seu cotidiano.

No módulo seguinte foram abordados o artesanato ocasional e o artesanato profissional, que têm preocupação com o produto, o mercado e o cliente. Conhecimentos administrativos e comerciais foram explorados neste momento. No último módulo foram trabalhados o design, o processo criativo e o desenvolvimento do produto. Neste, os envolvidos foram levados a trabalhar os elementos que fizeram parte da infância, da vida ou que os rodeiam, permeando o dia-a-dia. Essa seqüência de ações as levou à prática e ao desenvolvimento de peças comercializáveis com qualidade bem superior à apresentada anteriormente à capacitação.

As artesãs envolvidas no Projeto moram nas seguintes comunidades: Pitombeiras, Padre Manoel, Barateiro, Padre Lima (Pau Ferrado), Camará e Sede; as quatro últimas foram exatamente as comunidades exploradas neste estudo. Observou-se que a comunidade que mais interiorizou e colocou em prática os conhecimentos e os objetivos do Pra-Ita foi a do Barateiro. Nesta, as bordadeiras valorizam e defendem seu produto, participam efetivamente do seu desenvolvimento e comercialização de forma conjunta. Como exemplo, pode ser citada a logomarca do Pra-Ita (Figura 20), que foi criada a participação efetiva das artesãs.



FIGURA 20 – LOGOMARCA DA LOJA DO PRA-ITA

A produção artesanal nesta localidade é diferenciada, não somente na qualidade, que é bem melhor. Outros fatores são perceptíveis, como o grau de discussão sobre os valores das peças que é superior ao preço das mesmas, os argumentos para o processo de elaboração, desenvolvimento e comercialização se sobrepõem ao ato de bordar, pois as bordadeiras definem o tipo de produto, as influências que o meio têm sobre os desenhos a serem elaborados e outros aspectos que consideram para a valorização total do produto, com a consciência de que as peças do Barateiro são realmente diferentes das outras comunidades próximas.

4.4.1 O bordado na cultura local

Entender e amar o artesanato são a certeza de estar alcançando a alma do povo. É identificar seus códigos, seus modelos de comunicação, suas crenças e seus sonhos. (Autor desconhecido)

A história do bordado pode ser relatada por Maria Luíza Pinto de Mendonça (1959, *apud* Fleury, 2002, p.62), que nos remonta ao desenvolvimento da arte de tecer até a inserção e interferência da arte feminina no tecido:

Em suas mãos, o tecido vai adquirindo qualidades: mais espesso ou mais tênue, do colorido natural ao artificial, liso ou ornamentado com a superposição de outros fios, formando malhas ou cortando aqui e ali, formando texturas diferentes. Assim nasceram os bordados mais ricos e os pontos mais variados(...).

O bordado como atividade artesanal (no município de Itapajé) perpassa da concepção de ser uma ocupação secundária, que se utiliza o tempo ocioso ou disponível e objetiva complementar a renda, pois se tornou a atividade principal de quem o produz, expressão de sua cultura material.

No dia-a-dia das famílias, o fazer artesanal é transmitido com maior facilidade e eficiência, constituindo-se em grande fator que garante a perpetuação desta arte. O conceito de identidade cultural, evidente na questão da cultura e da memória, alia-se aos conceitos de utilidade e de beleza, complementando-se. Fazendo-se uma ligação entre a teoria e a arte do bordado constata-se que, no artesanato, aspectos imprescindíveis funcionais e formais se vinculam à qualidade estética.

D'Ávila (1983, p.175), nos diz que “no campo estético, artesanato e arte não têm uma linha divisória”. Neste caso, a originalidade, a sensibilidade, a inteligência, os valores, o jeito pessoal, a dignidade pessoal, o estilo e a sabedoria adquirida na profissão, enfim, a personalidade e todo o envolvimento que se transferem ao produto de suas mãos definem o belo que atende às regras do bem fazer que constitui a atividade artesanal.

A subjetividade do belo no bordado de Itapajé está associada à qualidade do mesmo e da peça em seu aspecto geral, incluindo a bainha ou cordão, o recorte das bordas e o engomado. Não se espera que todas as peças e detalhes sejam iguais visto que este é o aspecto primordial do artesanato: a individualidade. São as características que cada peça pode oferecer como variação e qualidade decorrente do cunho humano e pessoal, mesmo se sabendo que o mesmo desenho seja repetido indefinidamente infinitas vezes.

O bordado se liga à individualidade do agente que transforma – durante o processo de execução – o objeto de trabalho através da inteligência, que enfim, é uma posse sua. Na literatura, também são frequentes as referências entre o fazer e o meio, as relações existentes, ocorrentes e decorrentes das atividades na produção artesanal, a interferência direta no fazer como consequência dessas relações.

O imaginário feminino permeia o fazer, sua sensibilidade, a maneira como capta o que se passa ao seu redor; as relações com filhos, marido e ou outras companheiras acabam por se refletir no risco, nos traços, nas cores... Muitas vezes, até no volume de linha em cada traço... Quando se vê cenas do cotidiano – quebra de milho, homens a cavalo, mulheres bordando, entre outras – nas peças de bordado aplicado, percebe-se nestas, um pouco da alma e da vivência da bordadeira. Passa, para quem olha, o amor pela maneira que vivem naquele meio, como são representativas no seu íntimo, as ‘passagens’ diárias e repetitivas a sua frente, no seu ‘terreiro’. Estão ali, sentimentos impregnados. Involuntariamente. Na inspiração, nos tipos, nas formas, quantidades e design.

A partir do momento em que o homem começa a manter relações sociais no decorrer do uso ou da transformação do mundo material não-humano, constitui sua história e a sua repetição vai fortalecendo a tradição.

Uma direção consciente que o ser humano dá aos seus atos lhe possibilita criar condições para mudanças que venham favorecer à concretização dos seus projetos. Para Fagundes (2001), cada indivíduo é a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações; o que une ou diferencia os indivíduos são os seus pensamentos e não suas diferenças biológicas. Nas atividades em interação é que os homens constroem suas possibilidades, suas diferenças e seu lugar no mundo.

Podemos relatar as relações que ocorrem no âmbito artesanal e no pós-artesanal, como nos sugere Williams (1992). Durante as etapas de execução da peça artesanal, quase sempre realizadas no seio doméstico, a interferência do artista é imediata, o convívio, sentimentos e emoções acabam por se retratar as relações de produção nas criações - mesmo que involuntariamente. Na fase seguinte, a pós-artesanal, seguem-se as relações de comercialização, tipicamente capitalistas, onde o mercado explora e visa o lucro, sobrepondo-se às características intrínsecas e individuais da obra.

Considerando as dificuldades no meio rural, onde a mão-de-obra disponível não é absorvida, o bordado desempenha papel social e econômico relevante. Sua produção e comercialização compatível oportunizam o equilíbrio e a preservação da cultura bem como representam renda capaz de fornecer meios de subsistência condigna à mão-de-obra empregada.

Recentemente a imprensa nacional (Jornal Nacional, 23/nov/2004, Rede Globo) veiculou reportagem com a seguinte manchete: “Agricultores trocam trabalho no campo pela máquina de costura”, e em tom mais leve: “Agricultores de uma das áreas mais secas do sertão cearense estão trocando a dificuldade do trabalho no campo pela máquina de costura. A primeira escola de moda do semi-árido nordestino aproveita uma vocação natural da região: o bordado”. Essa matéria se referia especialmente ao Estado do Ceará, no município de Tejuçuoca, limite sudeste de Itapajé.

Trata-se de um projeto – Tecnomoda – que reforça a necessidade de investimento em trabalho artesanal, principalmente onde a comunidade tem vocação e as condições de trabalho na agricultura são imensamente difíceis. Foram apresentados depoimentos de artesãos, alguns que são ao mesmo tempo agricultores e estudantes. Ações como essa, envolvendo ONGs, instituições, profissionais e a comunidade que visam aproveitar e valorizar o potencial das pessoas tendem a possibilitar melhores níveis de bem-estar social.

Conciliar conhecimento, habilidades e tecnologia com estrutura e apoio, podem ser uma alternativa de desenvolvimento de indivíduos e comunidades que não têm facilmente oportunidades de crescimento. O desenvolvimento de tecnologias ou a globalização da economia não devem ser empecilhos ou barreiras, mas um estímulo, e conceber que a modernidade, ao romper com a geografia tradicional, cria novos limites.

A necessidade do desenvolvimento do design do artesanato é urgente. Revitalizar e inovar o patrimônio cultural, além de ser investimento social profícuo, é um investimento econômico de grande eficácia, além de buscar satisfazer os desejos de enriquecimento da consciência e crescimento pessoal de cada pessoa envolvida.

Nenhum fator isolado pode explicar as dificuldades do país, mas prioridades e estratégias devem ser estabelecidas e implantadas para compensar a alta necessidade de atenção de recursos e compromisso, especialmente no espaço rural. Dentre alternativas, o turismo pode ser considerado uma opção, independente de estar relacionada com o meio rural ou não, como, por exemplo, podem ser citados o agroturismo, os hotéis-fazenda e o ecoturismo. A ativação do turismo no espaço rural é uma estratégia que pode ser adotada pelos produtores na administração de sua área, permitindo a sobrevivência e a manutenção da propriedade como um todo, visto as condições econômicas e sociais em que se inserem.

O fluxo de turistas permite o contato com os diversos produtos da região, incrementa a renda e possibilita a abertura do meio em contato com o mundo. Disponibilizar os artigos artesanais na rota turística faz com que os artesãos não se desloquem e os produtos estejam à mão mais facilmente.

No município de Itapajé não há um movimento turístico capaz de proporcionar maiores efeitos ao comportamento da economia municipal. Reconhecendo essa realidade, a prefeitura de Itapajé tem buscado desenvolver ações relativas à exploração de trilhas, mirantes e locais atraentes, construção de parque ecológico, melhores condições de acesso aos pontos turísticos e a criação e manutenção de espaços culturais nos distritos. Se forem estes efetivados certamente os turismos ecológico e cultural propiciarão geração de trabalho e renda sustentáveis, além de abrir mais um espaço para a comercialização do bordado. É o que Mello e Silva (2003), denomina de integração intersetorial das atividades econômicas e sociais.

Para Mello e Silva (2003), é importante o desenvolvimento do turismo para incremento da economia, entretanto, é primordial que as ações voltadas para esta atividade decorram de um planejamento que envolva de forma integrada: interação sociopolítica, identidade, laços de coesão e projeto social. A inexistência desse planejamento provocará, irremediavelmente, desequilíbrios sócio-espaciais e ambientais.

Ainda nesta perspectiva, Farias e Nogueira (2003), alertam para o fato das atividades tradicionais serem substituídas pelas geradas pelo turismo, decorrendo assim, substituição de postos de trabalho e não sua ampliação conseqüentemente, o possível declínio das atividades tradicionais, como relatam o fato em Flexeiras-CE. Portanto, a implementação de políticas ligadas ao turismo local, devem estar alinhadas com as ligadas ao desenvolvimento da atividade artesanal. No mesmo raciocínio, Coriolano (2003, p.26), nos diz que:

Entender o desenvolvimento na escala humana significa encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento local e o desenvolvimento do turismo, por que ambos têm o homem no centro da ação e o objetivo é a busca da satisfação humana.

Desta forma, priorizar o desenvolvimento global envolve as características inerentes ao ser humano e, às condições disponíveis, acrescentar elementos que viabilizem melhoria na qualidade de vida. Esta premissa é indispensável para a construção do desenvolvimento humano homogêneo e coletivo.

4.5 Tipologias, Técnicas, Formas de produção e Comercialização

Ver no artesanato resquícios de uma sociedade tradicional é esquecê-lo como contemporâneo e minimizá-lo em sua importância na medida em que é através das chamadas atividades artesanais que parte significativa da população sobrevive. (SOARES, 1983, p. 49).

As tipologias do bordado exploradas no universo da pesquisa são o bordado cheio, a aplicação e o rechiliê (Figuras 21, 22, 23). O bordado cheio é a tipologia de maior uso (97,5%), seguido da aplicação (7,5%) e do rechiliê (5%), tendo quatro casos em que há a execução de mais de uma tipologia. Os produtos mais vendáveis são os artigos de mesa (caminhos e toalhas), cama (colchas e fronhas) e banho (conjuntos de toalha). Bordados de enxovais infantis –sempre feitos à mão – têm concentração na localidade Pitombeiras.



FIGURA 21 – BORDADO CHEIO À MÃO E À MÁQUINA EM TECIDO PLANO



FIGURA 22 – BORDADO RECHILIÊ E APLICAÇÃO EM TECIDO PLANO



FIGURA 23 – BORDADO E APLICAÇÃO À MÃO NA MALHA

A história do bordado em Itapajé tem início no ano de 1837 quando a primeira máquina de costura é adquirida e, junto à confecção doméstica de roupas, o bordado surgiu. Com o passar do tempo, a atividade tomou força de produção comercial, foi, portanto o momento de, aos poucos, ser substituída de totalmente manual para ser realizado com a utilização da máquina. A introdução deste equipamento tecnológico não modificou o caráter artesanal, mas a técnica manual passou gradualmente a ser menos utilizada. (LOUSADA, 2002).

Facilitando a produção, o comércio local dispõe de todos os materiais e insumos necessários, onde 90% das entrevistadas os adquirem, 5% compram em Fortaleza e 2,5% compram os tecidos direto da fábrica em São Paulo. As compras de 7,5% das entrevistadas são feitas tanto em Itapajé quanto Fortaleza ou ainda não compram, pois trocam as peças bordadas por materiais e insumos. Braga (2003), informa que duas fábricas em Fortaleza (Tomás Pompeu e Ribeiro Chaves) têm sua produção destinada quase completamente para Itapajé, e 30% da produção de linhas Coats Corrente Nordeste é vendida para este município.

As formas de produção identificadas – à mão e à máquina (Figura 24)– demonstram que a atividade é, em sua totalidade, desenvolvida no ambiente doméstico; quase sempre na própria residência, mas às vezes na casa de pessoas que têm diversas máquinas e o pagamento é efetuado pela produção desempenhada. Em relação à quantidade produzida, 77,5% são feitas à máquina, 12,5% à mão e 10% das entrevistadas, bordam à máquina e à mão. Os argumentos utilizados para justificar a técnica mais usada são que a produção à máquina é mais rápida, portanto, a certeza do giro financeiro uma vez que a produção à mão é muito lenta e o valor monetário que a peça merece nem sempre é conseguido no momento da venda.



FIGURA 24 – SENHORA BORDANDO À MÃO, GAROTO BORDANDO À MÁQUINA

Não só a matéria-prima e os insumos, mas movimentam também o comércio local a venda de máquinas, seus acessórios e equipamentos, e o crédito financiado por banco oficial em parceria com o Sebrae.

A Feira do Bordado Sujo é um centro de grande comercialização que acontece aos sábados na praça principal da cidade. Ali são encontradas, geralmente, peças mal elaboradas, incompletas, sem acabamento enfim, de qualidade inferior o que as leva ao preço mínimo que muitas vezes não cobrem nem os custos diretos de produção. As bordadeiras se vêem a vendê-las nestas condições pela necessidade do dinheiro em espécie em suas mãos.

As peças também são vendidas em feiras locais, regionais e de todo o Brasil – em Itapajé, municípios vizinhos, Fortaleza e em Belo Horizonte/MG, para clientes de cidades de outros estados – Pernambuco, Bahia, Piauí, Maranhão, São Paulo e do Distrito Federal e, em alguns casos, compradores vêm de outras localidades para levar em consignação ou mesmo para distribuir em outras praças.

Em pesquisa de campo realizada pela estilista Iara Braga grande parte do país é abastecida pelos bordados da cidade feitos à mão e à máquina. Encontra-se o bordado de Itapajé tanto em butiques e lojas do Jardim Paulistano bem como nas calçadas do Hospital da Clínicas em São Paulo; nas lojas da Savassi e na Feira Nacional do Artesanato em Belo Horizonte (MG), nas feirinhas de artesanato de Caruaru, Porto

de Galinhas e Boa Viagem (PE), da Redinha, João Pessoa e Campina Grande (PB), Maceió (AL) e em São Leopoldo e Imbé (RS). (BRAGA, 2003).

Convém considerar, neste estudo, o sistema de comercialização como o mecanismo primário para a coordenação das atividades de produção, distribuição e consumo. Para Brandt (1980, p.15), “o mercado é mais conceitual do que físico e constitui parte integrante dos diferentes processos por meio dos quais se transfere a propriedade dos bens e serviços”. Em conformidade com a teoria e como demonstrado acima, a produção do bordado de Itapajé atinge grandes mercados, embora deva receber maiores estímulos para expansão da produção, conseqüentemente, maior abrangência de mercado. Esta expansão poderá propiciar ao aumento do nível de renda, de ocupação e do nível de bem-estar da população.

O sociólogo Ésio Lousada, que trabalha principalmente as relações de comercialização com os grupos de produção, acredita que “a manutenção da arte do bordado, da sua originalidade, são fundamentais para a tradição da cultura local; que o apoio que vem sendo dado às bordadeiras objetiva maior conscientização do poder que elas têm na construção e continuidade do fazer, que não pode morrer ou ao longo do tempo cair no esquecimento”.

Durante a fase artesanal, não somente é possível como também necessária, a organização das pessoas envolvidas, desde o processo de criação, de execução, comercialização, distribuição e avaliação de todo processo. Em dois momentos foi identificada a possibilidade de organização: Comunidade Barateiro e Cooperativa (Figura 25). Na primeira, percebe-se a participação informal de associados, uma aparente *associação consciente ou identificação grupal*, como grifa Williams (1992, p. 86), o qual sugere que essa organização é fundamental e imprescindível, mesmo que informal ou, por vezes, limitada ao trabalho em conjunto ou a relações de caráter mais geral.



FIGURA 25 – BORDADEIRAS NA LOJA DA COOPERATIVA E LOJA DO PRA-ITA

Na prática do Barateiro, verifica-se um exemplo de organização tipo de formação cultural moderna como nos fala Williams (1992). É evidente a preocupação das artesãs em comercializar conjuntamente, em produzir com qualidade, unidade e identidade (suas peças têm identificação incluindo o nome da bordadeira), *designs* que representam elementos de vida da comunidade enfim, existe o estilo agregado ao produto artesanal.

Em uma organização informal mecanismos como exposições coletivas, feiras ou outros tipos de manifestações demonstram relações sociais de produção cultural. Obviamente que também apresenta desvantagens como a falta da legitimidade que impossibilita barganhas na compra de insumos e equipamentos, ausência de capitalização coletiva, entre outras.

No segundo momento, constatou-se a existência de uma cooperativa comandada por uma bordadeira que faz toda a negociação com a Ceart, onde sua produção é definida (grifo nosso) pela instituição, seja no design, na quantidade ou na qualidade. Neste tipo de situação, observa-se que a artesã pode estar simplesmente oferecendo seu trabalho para ‘produzir obras de determinado tipo’. Questiona-se então a obrigação, sujeição e responsabilidade da artesã a um público ou a um mercado, e onde ficam a liberdade e a oportunidade de criar ‘como lhe interessar’, mas, por outro lado, sabe que o que produzir será vendido e sua renda está garantida.

Observou-se que, como são apenas cinco bordadeiras na cooperativa, e a análise das demais é que a renda não compensa por que os produtos têm preço muito baixo, acredita-se que não é vantagem ser cooperado da forma como elas trabalham. De

acordo com a literatura, mais à frente descrita, a cooperativa é uma alternativa com mais vantagens que desvantagens desde que todos os seus membros compartilhem das idéias e decisões, legalmente.

Diversas abordagens podem ser discutidas quando se fala de organização cooperativa. Veiga e Fonseca (2001), ressaltam as vantagens e dificuldades de sua existência. Os autores levantam que condições de crédito, aumento da produtividade, eliminação de intermediários, quebra do individualismo e solidão social além de favorecer à consciência de cidadania, entre outras. Como dificuldades, enumeram a dependência a pessoas ou a órgãos, possibilidade de paternalismo, pessoas que trabalham menos que outras e têm o mesmo ganho, os associados não saberem que rumo segue a cooperativa, entre muitas outras. Em ‘uma relação pacífica de ação’, os autores sugerem um sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo, abrangendo produção, solidariedade e crescimento comum.

Fazendo-se um paralelo entre a prática de Itapajé e os autores acima, percebe-se que as cinco bordadeiras ocupam o prédio da cooperativa e que as ações que lá acontecem são distantes do ideal entre cooperativa e cooperado. As relações existentes entre as cooperadas são de submissão à instituição e à bordadeira ‘chefe’. As peças produzidas são todas definidas pela instituição que encomenda. O grupo envolvido vê isso como vantagem por ter sua produção toda vendida. Não percebem que a expressão da alma e da personalidade de cada uma foi tolhida, que não está sendo respeitado o seu ritmo, que os produtos podem estar sendo massificados enfim, que esta prática despreza a identidade do bordado. Vives coloca muito bem quando ações como esta acontecem de cima para baixo: “(...) e, socorrido imprudentemente, pela iniciativa oficial, acabará por desvirtuar seu papel original de testemunho, submetido que será às exigências mercadológicas” (1983, p. 139). Ainda neste raciocínio, a autora defende que “(...) quando os planejadores oficiais se intrometem, tentando orientar eles deformam e degradam a obra, pretendendo adequá-la ao mercado”.

Sabe-se, enfim, que nem tudo é de tão ruim. Estas pessoas têm a renda garantida – mesmo que na baixa valorização de suas peças – e todas as peças que produzem têm destino certo, desde que satisfaçam às exigências da instituição.

As vendas específicas de bordados são feitas de formas variadas. Há o agenciamento onde um indivíduo fica responsável por todas as transações comerciais,

inclusive determinando o que deve ser produzido. Em algumas comunidades existem locais predeterminados – pontos de apoio e venda – para comercialização (tipo galpões). A venda também pode ocorrer diretamente do produtor ao consumidor, onde o próprio artesão sai para vender seus produtos em feiras ou demonstrando-os em lojas de artesanato, casas de veraneio ou hotéis e pousadas. Outra forma de comercialização comumente utilizada é através de intermediários, pessoas que levam os produtos confeccionados pelas bordadeiras para Fortaleza e trazem produtos da capital para vender nessa localidade. (FLEURY, 2002).

Quando se trata de comercialização, Raymond Williams relata que as relações sociais dos artistas parcial ou totalmente envolvidos na produção de mercadorias são, de fato, extremamente variáveis. Ocorre muitas vezes do próprio ‘artista’ vender sua arte, sua obra. Desta forma, o autor nos diz que:

... Chama-se a isso *artesanal*. O produtor é totalmente dependente do mercado imediato, mas, dentro das condições deste, sua obra permanece sob seu controle em todas as etapas, e nesse sentido, ele pode considerar-se independente. (1992, p. 44).

Produzir e comercializar: paradoxo para o artesão. Como dar o valor devido às peças, como calcular o valor da sua criação, da sua mão de obra? Na vivência das bordadeiras, o valor monetário certamente não cobre os custos, mas vimos que na grande maioria das famílias estudadas, quando o bordado não é a fonte exclusiva de renda, é a maior e principal. Seu trabalho é doméstico e também de subsistência, não somente contribuindo, mas determinando a receita familiar.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A pessoa humana é a sede de uma alma original, sede da cultura e de todos os aperfeiçoamentos. A proficiência artesanal está na pessoa do artesão. Ele é capaz de exercer sozinho todas as fases de um determinado ofício. (D'Ávila, 1983, p.175)

5.1 Conclusões

Conhecer bordadeiras, seu dia-a-dia, a prática artesanal, suas alegrias e dificuldades... uma experiência que só vivendo para conhecer profundamente: ir à Itapajé, caminhar em suas ruas, dormir e acordar ao som de máquinas que quase não param de soar. O som não chega a ser ensurdecedor, mas é marcante.

Viver e conviver. É assim que se pode tirar conclusões não apenas numéricas e concretas mas também aquelas que percebemos no olhar, no sorriso, nas mãos, atitudes e entonações de voz. A análise apresentada não é só de dados apreendidos das questões objetivas do questionário mas também daqueles comentários que foram por demais representativos.

Por saber que o bordado faz parte da história dos itapajeenses, foi de grande valia compreender a importância que esta atividade tem sobre a vida social e econômica das famílias e do município.

Considerando os resultados encontrados na presente pesquisa, chega-se a algumas conclusões a respeito da qualidade de vida das bordadeiras de Itapajé. A população em estudo é extremamente jovem. Entretanto, a idade não está relacionada positivamente com o grau de instrução, pois destes que têm até quinze anos, apenas pouco mais de um quarto está na idade regular de matrícula, ou seja, têm ou estão com oito anos de estudo, ainda desconsiderando que uma pequena parcela não está em idade escolar. Conclui-se assim, que embora todas as crianças estejam freqüentando à escola, algumas encontram-se na série atrasada em relação à idade. Verificou-se, ainda, que maioria dos membros das famílias têm até o ensino fundamental incompleto, concentrando-se pessoas de mais idade na categoria analfabeto, alfabetizado e ensino fundamental incompleto.

Com relação ao indicador saúde os indicadores demonstram que a comunidade tem relativa assistência para casos primários, mas com deficiência no

atendimento odontológico. Percebe-se que o nível de vacinação é elevado, embora aconteçam alguns casos esporádicos de doenças infectocontagiosas.

O aspecto de moradia foi satisfatório. Apresenta dados que refletem boas condições de habitação e moradia. Todas as residências têm cobertura com telha, iluminação através de energia elétrica e água encanada, embora um terço não dê nenhum tratamento para a potabilidade adequada da água. Este fator incide diretamente nos indicadores saúde e expectativa de vida pois a incidência de doenças como diarreia e verminoses são ocorrentes com freqüência e maiores causadores de mortalidade infantil. Apenas na comunidade Camará não existe coleta de lixo e em sua maioria, as famílias o jogam nas proximidades de rios e plantações ou o queimam.

Quanto às formas de vida e lazer, existe uma reclamação/solicitação das comunidades pela construção de áreas de lazer para jovens e crianças, como parques e quadras esportivas. Este aspecto deve-se à grande quantidade de pessoas jovens e sem opções de diversão. Verificou-se que as alternativas mais utilizadas são a televisão e os banhos de rio/açude.

Na situação ocupacional, das entrevistadas, mais da metade são somente artesãs, têm como atividade rentável financeiramente, apenas o bordado. Quando analisamos a entrevistada e o parceiro, mais de um terço das famílias têm no casal a atividade de renda proveniente exclusivamente do bordado. Apenas uma pequena parcela está envolvida com artesanato e agricultura. Sob este aspecto, podemos reforçar a necessidade de estimular a produção artesanal, absorvendo a mão-de-obra disponível da agricultura e, também, a agricultura familiar.

Sendo este Município considerado pobre, que mesmo possuidor de paisagens naturais belíssimas, sofre de intempéries da natureza: a seca principalmente. Esta, impede o desenvolvimento regular e constante das atividades agrícolas. Eis que o bordado se apresenta como forte alternativa de renda, a qual, em um quarto das famílias, é a única fonte e em quase todas as famílias estudadas, mais da metade da renda provém da venda das peças bordadas produzidas. Um aspecto observado que deve ser ressaltado, relaciona-se às fontes do governo. Os valores verificados são muito baixos, representando pouquíssima participação no orçamento familiar cujo valor e poder de compra são muito pequenos.

Comprovando o baixo índice de qualidade de vida e de desenvolvimento humano apresentados no capítulo anterior, observe-se o nível de consumo da alimentação em relação à renda. Grande parcela das famílias gasta quase tudo com despesas alimentares, porém, verificou-se que mais de três quartos delas fazem de quatro a cinco refeições por dia, isto é, não passam fome. A compra de bens concentra-se nos bens duráveis, que em sua maioria faz muito tempo de aquisição, verificou-se presença massiva de aparelho de tv, som e antena parabólica.

O indicador expectativa de vida é diretamente ligado aos aspectos educação e saúde, que influenciam nos índices de natalidade e mortalidade. Como já foi dito, a população estudada é muito jovem. Das entrevistadas, quase metade teve de três a cinco gravidezes e aproximadamente um quarto, acima de cinco. Observe-se que metade encontra-se na faixa etária entre vinte e um e quarenta anos, e que muitas delas tiveram filhos que morreram antes de completar um ano de vida. Não se pode esquecer que diarreia, desidratação e mal de sete dias foram os maiores causadores desta mortalidade. Acesso à informação, educação e assistência são fundamentais para a prevenção e erradicação de doenças ditas de localidades pobres.

Considerando todos estes aspectos dos indicadores, entendemos o porquê dos níveis da qualidade de vida e do desenvolvimento humano das famílias estudadas. Os índices encontrados poderão ser melhorados paulatinamente com a parceria e iniciativa do setor público e da comunidade envolvida.

Conforme dito na Introdução deste trabalho, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, criado em 1977, vem, ao longo do tempo sendo reformulado e adequado às condições e definições de cada momento. Seu objetivo inicial de organização do trabalho, das relações de trabalho, de organização da produção e de sua comercialização, além da formação da mão-de-obra, continua sendo trabalhado e, atualmente, algumas instituições vêm dando apoio à produção do artesanato, como Sebrae e Ceart. Em Itapajé, o Sebrae já participou mas o trabalho executado não “fincou raízes”. A Ceart continua trabalhando à sua maneira, com a cooperativa do município. Convém lembrar, também, o CrediArtesão, instituído e administrado pelo Banco do Nordeste.

5.2 Sugestões

Considerando que a renda é um grande fator no conforto e na satisfação da família em adquirir o que deseja, observa-se que ainda é pequeno o valor, mas muito representativo, o que as bordadeiras tiram da atividade para o sustento da família. Entretanto, por ser uma opção concreta e viável, esta atividade deve ser estimulada, estruturada e apoiada no seu desenvolvimento.

Sabe-se que outras atividades chamadas ‘indústrias artesanais’ são grandes propulsores da economia doméstica e principalmente do espaço rural. A aquisição de insumos, materiais e equipamentos requer recursos; para o desempenho da atividade, conhecimento do mercado, das exigências deste e domínio das técnicas (o que não falta às bordadeiras); da peça em si, apresentação com design de beleza e qualidade, aliando estética, utilidade e funcionalidade. Todas estas etapas precisam ser trabalhadas pelas artesãs em conjunto com o poder público, detentor de meios que possibilitem o desenvolvimento da atividade com maior precisão, competência e qualidade, uma vez que o mercado encontra-se cada vez mais aberto, mais estimulante e mais diversificado.

Bordar em Itapajé é quase tão essencial quanto respirar, é de natureza econômica típica porque, além de participar efetivamente do mercado de trabalho com absorção da mão-de-obra, ainda tem por objetivo primacial a comercialização dos produtos dela resultante. É também de caráter social. Faz parte do cotidiano as relações de combinação de etapas na produção e comercialização, no empréstimo e troca de linhas e tecidos, enfim, no programar, fazer e vender: viver. Uma atividade humana, dinâmica, variável mas constante no tempo e no espaço.

Como nos disse SS. o papa João XXIII, “o respeito à pessoa humana deve caminhar diante de qualquer consideração de progresso econômico”.

Saliente-se, aqui, que o artesanato não pode ser valorizado apenas como uma economia de mercado, mas pelo desenvolvimento cultural como um todo. Não podemos esquecer que estas pessoas participam da vida cultural, pelo que produzem materialmente. Valorizar a identidade e autenticidade dessa cultura que, ao mesmo tempo que supre as necessidades básicas, fazem parte da parte mais íntima de cada um.

Enfim, podemos acrescentar que as artes e as técnicas populares não podem ser desvinculadas dos estilos de vida, hábitos e costumes vigentes na área de sua produção, distribuição e consumo. Devem, sim, serem resgatadas, provocadas, estimuladas, e asseguradas. Conforme nos diz D'Ávila op. cit., feita de percepções e de subjetividade, a arte vira cultura material de valor. Cabe à Prefeitura intensificar ações de envolvimento, resgate e desenvolvimento dessa arte que está presente no sangue de cada itapajeense – sujeito e objeto de uma política governamental específica. Mesmo que seja um trabalho lento, uma vez que mexe com necessidades imediatas, com a destreza das bordadeiras, com seus sentimentos, angústias, necessidades e, principalmente interesses e prioridades, são muitos os motivos para dar continuidade e maior notoriedade a esta tão importante atividade desenvolvida por todo o município.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Luís Henrique de P. e S. de. **Indicadores de qualidade de vida, instrumentos para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais.** Prainha do canto verde. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2002. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

ÁLVARES, Maria Luíza Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (orgs.). **A Mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém/PA: GEPEM/GOELDI, 1995.

AZEVEDO, Helena Selma. O Desafio social da fome no Brasil. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENISTAS DE ALIMENTOS. Guarapari/ES **Anais eletrônicos...** Guarapari/ES, 2001.

AZEVEDO, Helena Selma; AMORIM, Mirtes Mirian; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA. **Trabalhadores invisíveis na escola: relações de trabalho, de gênero e corporalidade.** Fortaleza, 2003. 221fl. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará.

BANCO DO NORDESTE. **Ações para o desenvolvimento do artesanato no Nordeste.** 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. 210p.

BARRADAS, Manoel do Nascimento (org). **Desenvolvimento sustentável:** em busca da operacionalização. Fortaleza: Programa Editorial da Casa de José de Alencar, 1999.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de e FRANCO, Samuel. **O Índice de desenvolvimento da família.** Rio de Janeiro: IPEA, Outubro/2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 05 mai. 2004.

BARROSO NETO, Eduardo. **Curso design, identidade cultural e artesanato.** Mód. I e II. Fortaleza: FIEC/IEL/COMPI/SEBRAE, 2002.

BONFIM, Gustavo Amarante. Algumas considerações sobre teoria e pedagogia do design. **Revista em Design.** Associação de Ensino de Design do Brasil. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 23-39, agosto. 1999

BRAGA, Iara M. S. **Bordado de Itapajé:** tradição e modernidade. Fortaleza: UFC/CCA/DED, 2003. (Monografia).

BRANDT, Sérgio A. **Comercialização agrícola.** Piracicaba: Livroceres, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em 17 mar. 2004.

BRUSCHINI, Ma. Cristina A. **Mulher, casa e família:** cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. 222p.

CAMPOS, F. R.; FERNANDES FILHO, J.F. & OLIVEIRA, I. M. A Indústria rural como alternativa de renda para a agricultura familiar em Minas Gerais. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA. Rural. Foz do Iguaçu/PR. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu/PR, 1999.

CAMURÇA, Sylvia Ma. S. (org.). **Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2003.

CANCLINI, N.G. **As Culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CEBOTAREV, Eleonora. Qualidade de vida da família rural. In SEMINÁRIO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL. Recife: SAG/EMATER/IICA, 1982.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org.). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. 340p.

CUNHA, Gabriela Castro. **Análise da sustentabilidade da agricultura familiar: o caso do assentamento 1º de setembro no município de Tauá-Ceará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2003. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

D'ÁVILA, José da Silveira. O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In: RIBEIRO, Berta G. et. al. Artesanato indígena: para quê e para quem? In: **O Artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

Design - o poder do belo. **Revista Veja**. Edição 1855 Ano 37 – No. 21 – 26 de maio de 2004.

FAGUNDES, T. C. P.(org.); PASSOS, E. S. (et al.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBE – Pró-Reitoria de Extensão, 2001.

FARIAS, Ma. Dolores Mota; NOGUEIRA, Sheila. Turismo, emprego e mulheres: dissimulações de uma apropriação marginal em Flecheiras-CE. In: CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (orgs.). Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003. 366p.

FERNANDES FILHO, J. F; CAMPOS, F. R. A Indústria Rural no Brasil. **Revista da Economia e Sociologia Rural / Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.41, n. 4, p. 859-880, nov/dez, 2003.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FLEURY, C. A. E. **Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo**. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secult, 2002.

FREITAS, Joseania Miranda; MELO, Ellen Ferreira. Representações de Gênero – abordagem histórica. In: PASSOS, E. S. (et al.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBE – Pró-Reitoria de Extensão, 2001.

FREITAS, Patrícia; COUTINHO, Maria das Dores M. B.; OLIVEIRA, Raquel Pereira. Consumo – uma abordagem com crianças. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA; II ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 1997, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABED, 1997. p.347-350.

FUNARTE. Instituto Nacional do Folclore. **Artesanato brasileiro: rendas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1986.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Evolução recente da miséria**. Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps>> Acesso em 07 fev. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA/IBGE. **Aspectos do desenvolvimento humano em Minas Gerais**. Cadernos BDMG. No. 7. Dez/2003. MG/2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 23 mai. 2004.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Rendas de bilros**. Fortaleza: Proed/UFC, 1984.

GOULART FILHO, A.; JENOVEVA NETO, ROSELI. **A Indústria do vestuário**. Economia, estética e tecnologia. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Anuário do Ceará, 2004**. Fortaleza: O Povo, 2004.

_____. **Experiências do trabalho intersetorial no Ceará**. Fortaleza: Link, 2002.

_____. **Manual das macrorregiões turísticas do Ceará**. Fortaleza: Setur, 2002.

_____. **As mil cores e formas do artesanato cearense**. Secretaria de Indústria e Comércio. Fortaleza, 1978.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Demandas urgentes na experiência popular. In: MOTTA, Alda Brito da. (org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador/NEIM/UFBA, 2000. 338p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. **Consumo sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers International/MMA/IDEC, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Brasília. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso de mar. 2004 a fev. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Disponível em <<http://inep.gov.br/pesquisa/publicacoes/>> Acesso em 15 mar. 2004.

INSTITUTO PÓLIS. **Desenvolvimento social**. Disponível em <<http://www.institutopolis.org.br>> Acesso em 25 mai. 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LEMONS, José de Jesus Souza. **Exclusão social no Brasil: radiografia dos anos noventa**. (Relatório de pesquisa) Fortaleza: 2002

LEROY, Jean-Pierre et al.. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LIMA, A. A. M.; AZEVEDO, I. M. **O Artesanato nordestino: características e problemática atual**. Fortaleza: Banco do Nordeste/ETENE, 1982.

LOUSADA, Ésio. **Cronologia do artesanato em Itapajé. Prefeitura Municipal de Itapajé, 2002**.

MATOS, F. J. Abreu. Plantas medicinais: fitoterapia no Nordeste do Brasil. 2. ed. Fortaleza: IU, 2000. 344p.

MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de. O Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: **CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (orgs.).** Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003. 366p.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Qualidade de vida e perspectivas dos irrigantes do projeto Jaguaribe-Apodi, Ceará. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1998. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

MONTE, Francisca Silvânia Souza. Efeito da Implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE na Qualidade de Vida das Famílias Rurais da Região: o caso do reassentamento do Cambéba. 144p. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 1999. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

NEIVA, Ana Cláudia Gomes. R. Projeto São José e o desenvolvimento rural no estado do Ceará: O caso da comunidade Recreio – Iguatu, Ceará. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2000. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Memória feminina e espaços domésticos. In: **SAMARA, Enide Mesquita (org.).** Trabalho feminino e cidadania. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: **JORNADA DE SOCIOLOGIA DO CENTRO-OESTE .** Pirenópolis/GO 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 06 mai. 2004.

PACHECO, Ma. Emília Lisboa. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero. In: Perspectiva de gênero: debates e questões para as ONGS. Recife: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes NOVIB/sos corpo gênero e cidadania, 2002. 192p.

PEREIRA, José Carlos da Costa. Artesanato – definições, evolução e ação do ministério do trabalho, programa nacional do desenvolvimento do artesanato. Brasília: Ministério do Trabalho, 1979.

PEREIRA, José Carlos da Costa. Artesanato e arte popular. Bahia: Editora Progresso, 1957.

PEREIRA, José Kleber Costa. Análise socioeconômica em assentamento de reforma agrária no Ceará: o caso São Joaquim. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2000. (Dissertação Mestrado em Economia Rural).

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – PNAD.2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso de jan. 2004 a fev. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAJÉ. PDDU. O bem estar da população. Disponível em: <<http://www.itapaje.ce.gov.br/governo/pddu/meta3.asp>> (Acesso em 18 jan. 2004)

_____. **Aprendendo e ensinando uma nova lição.** Educação para o desenvolvimento sustentável. Secretaria de Educação. Itapajé, 2003.

_____. **Educando para o desenvolvimento sustentável.** Secretaria de Educação. Itapajé, 2002.

_____. **Itapajé verde & saudável.** Agenda 21. Itapajé, 2002.

_____. **Itapajé 142 anos.** Verde e saudável. Itapajé, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.
Relatório do desenvolvimento Humano 2004. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade> Acesso em 10 jun. 2004.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO/MDIC. Disponível em:
<<http://www.mdic.gov.br>> Acesso em 12 ago. 2004.

RIBEIRO, Berta G. et al.. Artesanato indígena: para quê e para quem? In: _____ **O Artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHA, Maria Alice V. e RAMOS, Francisco S. A Gestão do design de vestuário segundo as necessidades de Maslow. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA. Viçosa/MG. **Anais...** Viçosa/MG: ABED, 2001 p.775-783.

ROMEIRO, Adhemar et al. (orgs). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. 216 p.

ROSA, Antonio Teles da, e ALVES, Francisco Ferreira. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense.** Fortaleza: Edições IPLANCE, 2001.

SALLES, Vicente. **Integração e função de outros organismos:** posicionamento do MEC. II Encontro do Artesanato. Brasília: MEC – Departamento de Assuntos Culturais /Campanha de Defesa do Folclore, 1977. Apostila.

_____. Artesanato brasileiro – seu universo. In: ZANINI, Walter. (Org). **História geral da arte no Brasil.** São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.Vol. II.

SEMARH/DESSUS. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL. **Consulta de banco de dados:** Índices. Disponível em: <<http://www.semarh.df.gov.br/dessus/Dessus1.htm>> Acesso em 10 jun.2004.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Tecnologia e vida doméstica nos lares. **Cadernos pagu.** Gênero, tecnologia e ciência. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, 1998 (10). p. 25.

SILVA, Francisco Carlos Bezerra. **Sob as vistas do monge lendário.** Itapajé 2000 – Um guia para conhecer melhor nosso município. Fortaleza: Mauro Morais, 2000.

SOARES, Lélia Gontijo. **Encontro produção de artesanato popular e identidade cultural.** Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VAZ, José Carlos. **Medindo a qualidade de vida**. Núcleo de Gestão Municipal do Instituto Polis. São Paulo. Disponível em: <<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D027%20-%20medindo%20a%20qualidade%20de%20vida.htm>> Acesso em 12 jun. 2004.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VIEIRA, Edlamar Souza. Identidade: uma construção psicossocial. In: PASSOS, E. S. (et al.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBE – Pró-Reitoria de Extensão, 2001.

VIVES, Vera de. **A Beleza do cotidiano**. In: RIBEIRO, Berta G. et. al.. **O Artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

VANUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.